

C2

DOMENICO LOSURDO

FUGA da HISTÓRIA?

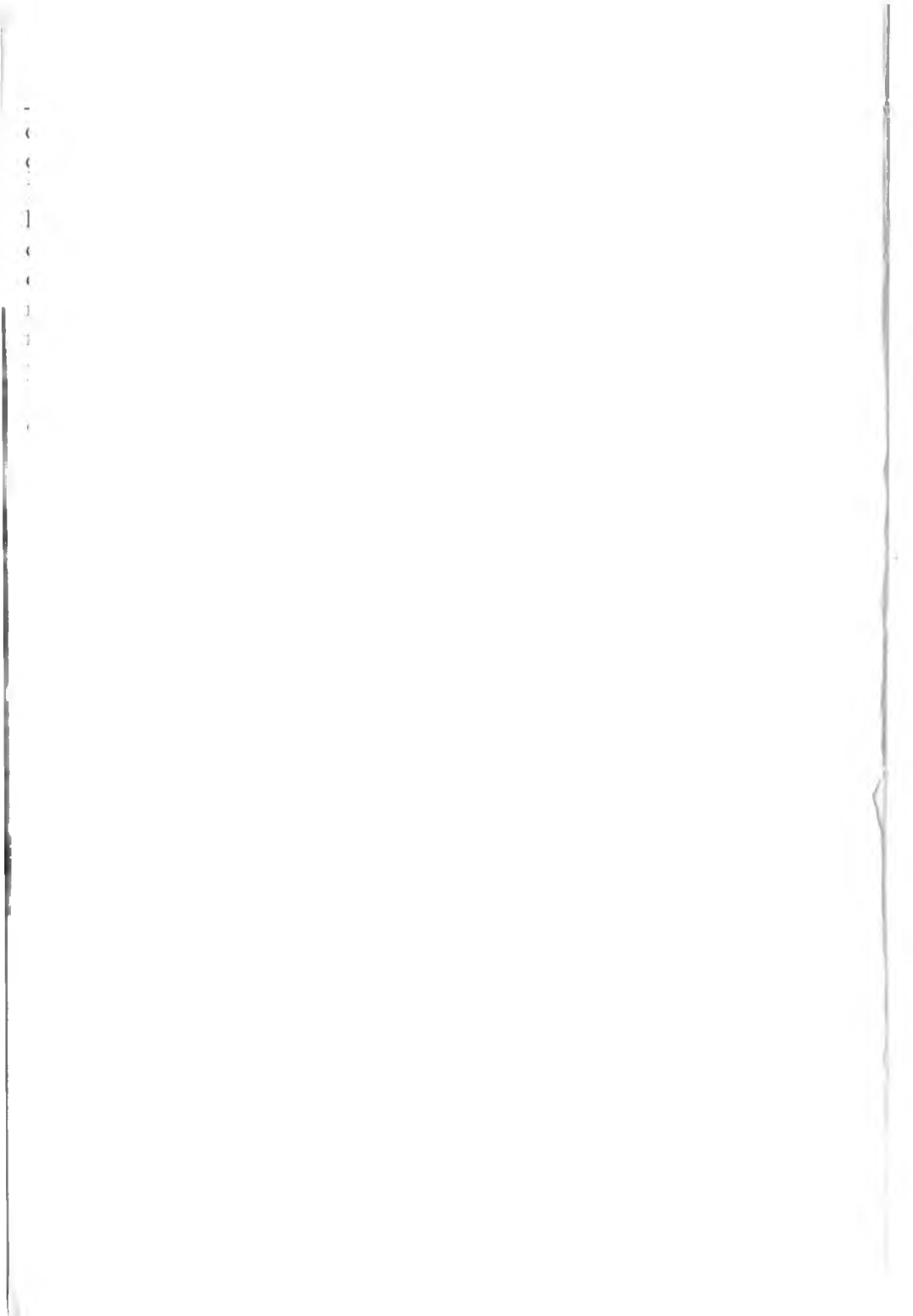
A REVOLUÇÃO RUSSA
E A REVOLUÇÃO CHINESA
VISTAS DE HOJE

Tradução

Luiz Mario Gazzaneo
e
Carolina Muranaka Saliba


Editora Revan





Copyright © 2004 by Domenico Losurdo

Todos os direitos reservados no Brasil pela Editora Revan Ltda.
Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por
meios mecânicos, eletrônicos ou via cópia xerográfica, sem a
autorização prévia da Editora.

Revisão de tradução
Maro José Farhi

Revisão
José Moura
Roberto Teixeira

Capa
Sense Design & Comunicação

Impressão e acabamento
(Em papel off-set 75g após paginação eletrônica em tipo Gâtineau, 11/13)
Naner Gráfica

Losurdo, Domenico

Fuga da História? A revolução russa e a revolução chinesa
vistas de hoje – Rio de Janeiro: Revan, 2004

208p.

ISBN 85-7106-305-2

1. História

FOTO DE CAPA: Em abril de 1945, soldados do Exército Vermelho hasteiam a bandeira soviética no alto do edifício do Reichstag, em Berlim, selando assim a vitória sobre a Alemanha nazista e o fim da II Guerra Mundial.

Sobre o autor

Domenico Losurdo, nasceu em Sannicandro de Bari, Itália, em 1941; estudou em Tübingen e Urbino, em cuja Universidade se formou em filosofia e, atualmente, é professor de Filosofia da História. É autor de numerosas obras, traduzidas em diversos países. Esteve diversas vezes no Brasil, convidado para palestras e conferências. Dedicou-se especialmente a aprofundar o estudo de Hegel, Marx e do significado histórico da Revolução de Outubro 1917. Nos últimos anos, publicou uma crítica fundamental ao conceito de totalitarismo (reproduzido na revista *Crítica Marxista*, nº 17, e disponibilizado na página correspondente a esse número da revista no sítio da Revan – www.revan.com.br, assim como textos voltados para a recuperação do pensamento revolucionário de Gramsci e para a análise crítica da evolução da história recente, especialmente do movimento comunista e, em geral, da esquerda. No Brasil, além de artigos em *Crítica Marxista*, publicou, entre outros textos, o livro *Hegel, Marx e a Tradição Liberal* (Unesp, 1998, com 2ª edição).



Índice

Primeira parte

O movimento comunista: da autofobia ao desenvolvimento do processo de aprendizagem 11

Prefácio 13

I. Numa encruzilhada: religião ou política? 17

1. *Uma experiência esclarecedora de quase dois mil anos* 17
2. *História das classes subalternas e história dos movimentos religiosos* 18
3. *“Volta a Marx” e o culto formalístico dos mártires* 20
4. *Recuperar a dimensão e a autonomia política* 22

II. A derrocada do “campo socialista”. Implosão ou terceira guerra mundial? 25

1. *“Implosão”: um mito apologético do imperialismo* 25
2. *Nas origens da guerra fria* 27
3. *Uma mistura mortal: a nova cara da guerra* 31

III. Um movimento comunista com soberania limitada? 35

1. *Normalidade e estado de exceção* 35
2. *Bobbio e o estado de exceção* 37
3. *A luta pela hegemonia* 38

IV. Os anos de Lênin e Stalin: um primeiro balanço 43

1. *Guerra total e “totalitarismo”* 43
2. *Gulag e emancipação na época de Stalin* 45

3. *Uma história da qual cabe apenas envergonhar-se?* 46
4. *Churchill, Franklin Delano Roosevelt e Stalin* 49
5. *Dois capítulos da história das classes subalternas e dos povos oprimidos* 50
6. *Os comunistas devem apropriar-se novamente de sua história* 52

V. Por que os EUA venceram a “terceira guerra mundial” 55

1. *A ofensiva diplomático-militar dos EUA* 55
2. *Questão nacional e dissolução do “campo socialista”* 56
3. *Frente econômica e frente ideológica da “terceira guerra mundial”* 59
4. *Uma teoria do comunismo completamente irrealista* 60
5. *“Sem teoria revolucionária, não há revolução”* 62

VI. China Popular e balanço histórico do socialismo 63

1. *Mao Tsé-tung e a revolução chinesa* 63
2. *Uma NEP gigantesca e inédita* 66
3. *Uma enorme aposta* 68

VII. Marxismo ou anarquismo? Repensar até o fundo a teoria e a prática comunista 71

1. *Materialismo ou idealismo?* 71
2. *“Ditadura do proletariado” e “extinção do Estado”* 74
3. *Política e economia* 77
4. *O comunismo fora da abstrata utopia anárquica* 78

VIII. Além do capitalismo. O século XX e o projeto comunista 81

1. *Como superar o atraso em relação ao Ocidente capitalista* 81
2. *Revolução social e revolução política* 86
3. *Revolução de baixo e revolução pelo alto* 88
4. *O processo de autonomia das camadas ideológicas e políticas* 89

5. *“Falência”, “traição” e aprendizagem* 92

6. *Conclusão e início* 95

IX. Falência, traição, processo de aprendizagem. Três perspectivas na leitura da história do movimento comunista 99

1. *Movimento comunista, superação das três grandes discriminações e conquista da democracia e do Estado social* 99

2. *Da “falência” à “traição”* 105

3. *A “traição”, de Stalin a Kruschov* 108

4. *Máxima extensão e crise incipiente do “campo socialista”* 111

5. *Entre utopia e estado de exceção* 116

6. *Revolução e processo de aprendizagem* 118

7. *Processo de aprendizagem e desmessianização do projeto comunista* 120

8. *Des-demonização de Stalin (e de Kruschov) e des-canonização de Marx, Engels e dos “clássicos”* 125

9. *Capitalismo e socialismo: experimentos em laboratório ou luta e condicionamento recíproco?* 127

Segunda parte

A China e o balanço histórico da experiência do socialismo 131

X. A dialética da revolução na Rússia e na China. Uma análise comparativa 133

1. *Revolução e pacto social: um confronto entre Rússia e China* 133

2. *Algumas características filosóficas da revolução chinesa* 137

3. *Independência nacional e desenvolvimento econômico* 142

4. *A crise do pacto social de 1949* 145

5. *Deng Xiaoping e a reformulação do pacto social de 1949* 152

6. *Deriva nacionalista ou “nova revolução”?* 156

XI. A esquerda, a China e o imperialismo 161

1. *"A China crucificada"* 161
2. *Cultural liberal e celebração da superior "raça européia"* 164
3. *"Só o socialismo pode salvar a nação chinesa"* 167
4. *Os Estados Unidos, o Dalai Lama e os massacres na Indonésia* 169
5. *A CIA e Hollywood convertem-se ao budismo!* 172
6. *O Tibet e a luta entre progresso e reação* 174
7. *Um olhar sobre os "dissidentes"* 179
8. *A esquerda, a autodeterminação e a democracia* 182
9. *Do retorno de Hong Kong à pátria-mãe ao bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado* 189
10. *O movimento comunista e a tragédia e farsa das "excomunhões"* 194
11. *Era uma vez a esquerda...* 197

Referências bibliográficas 199

PRIMEIRA PARTE

**O MOVIMENTO COMUNISTA: DA AUTOFOBIA AO
DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**



PREFÁCIO

EM 1818, EM PLENA Restauração, e em um momento no qual a falência da Revolução Francesa tornava-se evidente, mesmo aqueles que, inicialmente, a haviam visto com bons olhos se preocupavam em manter distância da experiência histórica iniciada em 1789: tinha sido um equívoco colossal, ou, pior, uma vergonhosa traição de nobres ideais. Neste sentido, Byron cantava: “Mas a França se inebriou de sangue para vomitar delitos. E as suas Saturnais foram fatais à causa da Liberdade, em qualquer época e em toda a Terra”. Devemos hoje tornar nosso esse desespero, limitando-nos apenas a substituir a data, 1917 por 1789, e a causa do socialismo pela “causa da Liberdade”? Os comunistas devem se envergonhar de sua história?

A história das perseguições sofridas por grupos étnicos ou religiosos nos coloca diante de um fenômeno singular. Em um determinado momento, as vítimas tendem a adotar como seu o ponto de vista dos opressores e começam até mesmo a desprezar e odiar a si mesmas. O *Selbsthass* ou *Self-hate*, a autofobia é pesquisada sobretudo em relação aos judeus, objeto há milênios de uma sistemática campanha de discriminação e difamação. Mas algo análogo se verificou no curso da história dos negros, também esta trágica, deportados de seus países, submetidos à escravidão e opressão, e privados da própria identidade: em um certo momento, as jovens afro-americanas, mesmo aquelas dotadas de esplêndida beleza, começaram a desejar e a sonhar ter a pele branca, ou pelo menos que o negro de sua pele se atenuasse. Tão radical pode ser a adesão das vítimas aos valores dos opressores...

O fenômeno da autofobia não concerne apenas aos grupos étnicos e religiosos. Pode atingir classes sociais e partidos políticos que sofreram uma derrota severa, sobretudo se os vencedores, deixando de lado ou em segundo pla-

no as verdadeiras e reais armas, insistem em sua campanha mortífera, atualmente garantida pelo poder de fogo da multimídia. Entre os vários problemas que afligem o movimento comunista, o da autofobia não é certamente o menor. Deixemos de lado os ex-dirigentes e ex-exponentes do PCI que chegam a declarar ter aderido no passado ao partido sem jamais terem sido comunistas. Não por acaso, eles admiram e até mesmo invejam Clinton, que, quando de sua reeleição, agradeceu a Deus por ter nascido estadunidense. Uma forma ainda que sutil de autofobia é estimulada em todos aqueles que não tiveram a sorte de fazer parte do povo eleito, o povo ao qual a providência divina confiou a tarefa de difundir no mundo, através de todos os meios, as idéias e as mercadorias *made in USA*.

Mas, como dizia, convém deixar de lado os ex-comunistas que lamentam nostalgicamente não terem nascido anglo-saxões e liberais, e que foram colocados, por uma sorte madrasta, longe do sagrado coração da civilização. Desgraçadamente, porém, a autofobia alinha também em suas fileiras aqueles que, mesmo continuando a se declararem comunistas, se mostram obcecados com a preocupação de reiterar seu total distanciamento em relação a um passado que, para eles, como para seus adversários políticos, é simplesmente sinônimo de abjeção. Ao soberbo narcisismo dos vencedores, que transfiguram a própria história, corresponde a substancial autoflagelação dos vencidos.

É óbvio que a luta contra a praga da autofobia resultará tanto mais eficaz quanto mais radicalmente crítico e sem preconceito for o balanço da grande e fascinante experiência histórica iniciada com a Revolução de Outubro. Porém, apesar das assonâncias, autocrítica e autofobia constituem duas posições antitéticas. Em seu rigor, e até mesmo em seu radicalismo, a autocrítica exprime a consciência da necessidade de acertar as contas com a própria história; a autofobia é a fuga vil desta história e da realidade da luta ideológica e

cultural que sob ela ainda arde. Se a autocrítica é o pressuposto da reconstrução da identidade comunista, a autofobia é sinônimo de capitulação e de renúncia a uma identidade autônoma.

Urbino, fevereiro de 1999



I. NUMA ENCRUZILHADA: RELIGIÃO OU POLÍTICA?

*Para analisar as idéias, as posições e os humores
da esquerda contemporânea convém
partir de um longo recuo no tempo.*

1. Uma experiência esclarecedora de quase dois mil anos

SETENTA DEPOIS DE CRISTO: a revolução nacional judaica contra o imperialismo romano é obrigada a capitular, após um implacável cerco que condenou Jerusalém não apenas à fome, mas também à desintegração de todas as relações sociais: “[...] os filhos arrancavam o pão da boca dos pais e, a coisa mais dolorosa, as mães da boca dos filhos”. Se terrível foi o cerco, não menos terríveis foram as medidas tomadas para enfrentá-lo. Sem misericórdia, traidores e desertores, reais ou potenciais, eram castigados com a morte; aos suspeitos, doentamente delatados, eram feitas falsas acusações, frequentemente formuladas em privado, com fins privados e ignóbeis; nem velhos nem crianças foram poupados das torturas infligidas àqueles que se supunha terem escondido comida. Mas tudo isto de nada serviu: ao triunfo dos romanos correspondeu não apenas a morte dos dirigentes e militantes da revolução nacional, mas também o exílio e a diáspora de todo um povo.

Quem relata estes detalhes é um autor judeu, que por algum tempo participou da luta de resistência, mas que passou para o lado dos vencedores, dos quais elogia a magnanimidade e a invencibilidade. José – este é seu nome – se tornou José Flávio, assumindo o nome da família dos comandantes que destruíram Jerusalém. Mais importante do que esta mudança de lado é a experiência vivida pelos cris-

tãos. Originariamente parte integrante da comunidade judaica, eles sentiram a necessidade de declarar que não tinham nada em comum com a revolução recém-subjugada. Continuaram a se apegar aos textos sagrados, sagrados também para os revolucionários derrotados, que foram acusados de tê-los desfigurado e traído.

É uma dialética que se pode seguir de perto a partir, principalmente, do Evangelho de São Marcos, escrito imediatamente após a destruição de Jerusalém. Uma catástrofe prevista por Jesus: "Não permanecerá pedra sobre pedra". E a chegada de Jesus, o Messias, foi por sua vez profetizada por Isaías. A tragédia que se abateu sobre o povo judeu não deve ser principalmente imputada ao imperialismo romano: por um lado, já estava escrita na economia divina da salvação; de outro lado, foi resultado de um processo de degeneração interna da comunidade judaica. Os revolucionários cometeram o erro de interpretar a mensagem messiânica pelo viés mundano e político, e não pelo lado espiritualista e intimista: o horror e a catástrofe foram o resultado inevitável desta desnaturação e traição. Distanciando-se claramente da revolução nacional judaica, derrotada pelo imperialismo romano, os cristãos distanciaram-se também, com a mesma nitidez, da ação histórica e política enquanto tal.

2. História das classes subalternas e história dos movimentos religiosos

Gramsci esclareceu que, mesmo no mundo contemporâneo, as posições religiosas (mais ou menos explícitas) podem muito bem se manifestar no âmbito dos movimentos de emancipação das classes subalternas. Vejamos a dialética que se desenvolveu em seguida ao colapso do "socialismo real". Deixemos, porém, de lado aqueles que sofregamente saltaram para o carro dos vencedores. Concentremo-nos, em vez

disso, no desgaste, na devastação espiritual e política que tal fracasso produziu em determinados setores do movimento comunista. Assim como os cristãos do Evangelho de São Marcos, dirigindo-se aos próprios vencedores romanos, se empenhavam em declarar seu total distanciamento com relação à revolução nacional judaica recém-derrotada, do mesmo modo, em nossos dias, procedem não poucos comunistas: rechaçam, indignados, a suspeita de qualquer vínculo com a história do “socialismo real”, e, reduzindo esta história a uma simples cadeia de horrores, esperam readquirir credibilidade, desta vez aos olhos da própria burguesia liberal.

Marx sintetizou a metodologia do materialismo histórico afirmando que “os homens fazem eles próprios sua história, mas não em circunstâncias escolhidas por eles”. Nos nossos dias, se alguém tenta timidamente chamar a atenção para o estado de exceção permanente no qual se desenvolveu a experiência iniciada com a Revolução de Outubro, se alguém procura pesquisar concretamente as “circunstâncias” objetivas nas quais se insere a tentativa de construção de uma sociedade pós-capitalista, eis que os “comunistas” êmulos da primitiva comunidade cristã, esbravejam contra a ignóbil tentativa “justificacionista”. Para entender a posição destes “comunistas”, mais vale recorrer ao Evangelho de São Marcos do que *À Ideologia Alemã* ou ao *Manifesto do Partido Comunista*. Aos olhos deles, o cerco imperialista ao “socialismo real” e à revolução socialista é irrelevante, assim como aos olhos da primitiva comunidade judaico-cristã era insignificante o cerco romano a Jerusalém e à revolução nacional judaica. Nesta perspectiva, atormentar-se com uma pesquisa histórica concreta é desviacionismo e imoralidade: a única coisa que importa, verdadeiramente, é a autenticidade, a pureza não contaminada da mensagem da salvação.

Em vez de constatar dolorosamente a vitória do imperialismo romano, a comunidade judaico-cristã parece alegrar-se com a queda e a destruição de Jerusalém: ela fora prevista

por Jesus, portanto, a partir deste momento, é possível pregar a mensagem da salvação sem as mentiras e as traições próprias da política. Analogamente, em nossos dias, não poucos comunistas declaram ter experimentado uma sensação de alívio e de “libertação” com o colapso do “socialismo real”: finalmente, é possível voltar ao “autêntico” Marx e pregar a idéia do comunismo sem as manchas horríveis que sobre ela haviam depositado a história e a política.

3. “Volta a Marx” e o culto formalístico dos mártires

Eis que emerge a palavra de ordem “volta a Marx”. Seria fácil demonstrar que Marx é o filósofo mais decisivamente crítico da filosofia dos retornos. Em sua época, desprezou aqueles que, em polêmica com Hegel, queriam voltar a Kant ou, definitivamente, a Aristóteles! Volta a entrar, no abc do materialismo histórico, a tese segundo a qual a teoria se desenvolve a partir da história, da materialidade dos processos históricos. O grande pensador revolucionário não hesitou em reconhecer o débito teórico contraído por ele em relação à breve experiência da Comuna de Paris: atualmente, ao contrário, décadas e décadas de um período histórico particularmente intenso, da Revolução de Outubro à chinesa, cubana etc., devem ser declaradas destituídas de significado e de relevância no que diz respeito à “autêntica” mensagem de salvação já consignada, de uma vez por todas, em textos sagrados, que teriam apenas de ser redescobertos e reanalisados religiosamente!

Por sua vez, os primeiros a não levarem a sério a palavra de ordem da “volta a Marx” são aqueles que a lançaram. Diversamente, como explicar a grande atenção que dedicam a Gramsci e Che Guevara? Trata-se de duas personalidades cujo pensamento e cuja ação pressupõem a revolução bolchevique e o desenvolvimento do movimento comunista inter-

nacional, em uma palavra, decênios e decênios de decisiva história mundial transcorridos após a morte de Marx e cujo desenrolar por ele não foram e não poderiam ter sido previstos! Em que texto de Marx se pode ler a previsão ou a justificativa de um socialismo em uma pequena ilha como Cuba, ou da guerrilha na Bolívia para promover uma revolução de tipo socialista? No que concerne a Gramsci, é notório que ele saúda Outubro como A revolução contra “o capital”. Foram os mencheviques que lançaram, naquele momento, a palavra de ordem da “volta a Marx” (mecanicisticamente interpretado)! E a grandeza de Gramsci reside exatamente no fato de ter-se oposto a tudo isto.

Claramente, a fórmula do retorno a Marx é religiosa. Do mesmo modo que a primitiva comunidade cristã declarava o seu distanciamento em relação à revolução nacional judaica, contrapondo a ela Isaías e Jesus, assim determinados “comunistas” contemporâneos proclamam o seu distanciamento em relação à experiência histórica iniciada com a Revolução de Outubro, contrapondo a ela Marx e eles próprios.

Igualmente, apresenta características bastante singulares o apelo a Gramsci e Che Guevara. Em apoio aos dois age a lição de Lênin, que, ao contrário, é diligentemente acusado. Bastante diferentes entre si, Gramsci e Che Guevara têm em comum o fato de terem sido derrotados, de que não puderam participar da gestão do poder originado da revolução e que, em vez disso, sofreram a violência da ordem político-social existente. Por isso, destes dois eminentes expoentes do movimento comunista internacional se preza o martírio, não o pensamento e a ação política, que remetem a uma história obstinadamente ignorada.

4. Recuperar a dimensão e a autonomia política

Bastante graves são as conseqüências desta visão fundamentalmente religiosa. Limito-me a dois exemplos. Il Manifesto e Liberazione, justificadamente, condenam o embargo contra o Iraque e contra Cuba como um genocídio ou tentativa de genocídio, mas em seguida criticam os EUA por não renunciarem ao normal intercâmbio comercial com a China, acusada de sufocar os “dissidentes”. Assim, para garantir o respeito aos “direitos humanos” na China, é chamado um país acusado de genocídio, e este país é, uma hora, acusado porque pratica o embargo, e na hora seguinte porque não o pratica ou não aplica a medida. Claramente, não há lógica; mas é inútil procurar traços, ainda que remotos, de lógica no discurso de uma consciência religiosa que se move em um espaço fantástico e que está unicamente preocupada em proclamar o próprio distanciamento do mal, onde quer que ele se manifeste: o embargo contra o povo cubano e iraquiano ou a repressão aos “dissidentes” na China.

Basta folhear qualquer texto de análise política e histórica para lermos que a atual campanha antichinesa é uma “conseqüência mais ou menos pretextuosa dos incidentes da praça Tien-anmen”¹; os EUA estão na realidade irritados com o fato de a “China ser o último grande território que escapa da influência política norte-americana, constitui a última fronteira a conquistar”². Mas é irrelevante a análise histórica e política feita por uma consciência religiosa empenhada apenas em proclamar (e a gozar narcisisticamente) a própria pretensa pureza. O que importa se, ao invocar uma política de embargo contra o povo chinês, legitima-se indiretamente o embargo já posto em prática contra os povos iraquiano e cubano? A conquista norte-americana

¹ Jean, 1995, p. 205.

² Valladão, 1996, p. 241.

da “última fronteira” poderia significar o desmembramento da China (depois do da Iugoslávia e da URSS) e a catástrofe para seu povo; por sua vez, a derrota do grande país asiático reforçaria enormemente o imperialismo dos EUA e sua capacidade militar e política de impor o embargo e um estrangulamento genocida contra os povos iraquiano e cubano. Com tudo isso, é supérfluo interrogar-se sobre o primitivismo religioso de certos “comunistas”.

Vejamos um outro exemplo. No *Liberazione*, pudemos ler artigos que, corretamente, comparam as facções mais radicais do movimento separatista aos nazistas³. Mas eis que, pouco depois, o mesmo jornal trava uma polêmica com os que invocam a intervenção da magistratura para pôr um fim à instigação ao ódio racial e aos preparativos de guerra civil contra-revolucionária realizados pela Liga Norte e pelo arquipélago separatista. Não parece que estes companheiros tenham se colocado um problema elementar: podem os comunistas invocar a impunidade para os bandos “nazistas”? Novamente, é inútil empenharmo-nos em procurar uma lógica diferente daquela, primitiva, de uma consciência religiosa ingênua. A violência, não importa qual seja, é condenada: o que importa se a condenação à repressão judiciária e policial estimula poderosamente a violência da Liga e nazista? De qualquer maneira, a alma está salva. Assiste-se, assim, a um paradoxo. Insistindo repetidamente no perigo do projeto da

³ Caldiron, 1997. Referência à Lega Nord, agrupamento político influente nas regiões do Norte da Itália, fazendo parte do governo neoliberal fascista de Berlusconi. Seu líder mais importante é Umberto Bossi. Defende uma forte autonomia para o Norte da Itália, quando não a secessão, com o argumento de que o Sul representa um fardo. Essa é uma versão tradicional das classes dominantes do Norte e que com frequência resvala para o racismo. Algum tempo atrás, a Lega Nord chegou a proclamar a “república da Padania”. (N. do R.)

Liga, o Vaticano impulsiona de fato as instituições estatais a enfrentarem com decisão o perigo da divisão e da guerra civil contra-revolucionária. O Jesus que surge da derrota da revolução nacional judaica proclama: "Meu reino não é deste mundo". Levantando essa palavra de ordem estão hoje os "comunistas", muito mais que os cristãos!

Comparei a posição de determinados "comunistas" com a comunidade judaico-cristã. Mas é necessária uma precisão. A retirada intimista desta comunidade comporta um elemento positivo: o distanciamento de uma revolução nacional estimula a emergência de um pensamento universal. Ao proclamar o próprio distanciamento em relação a uma revolução e a uma experiência histórica desenvolvidas a partir da palavra de ordem declaradamente de valor universal, a retirada intimista contemporânea tem um significado unívoco de involução e regressão. Por isso é preciso esbravejar. É natural que uma derrota de proporções históricas estimule uma posição de tipo religioso. Catastrófico seria, porém, obstinar-se em tal atitude. Se não quiserem condenar-se à impotência e à subalternidade, aos comunistas impõe-se a reconquista da capacidade de pensar e de agir em termos políticos, e até mesmo de uma política sustentada por uma grande tensão ideal.

II. A DERROCADA DO “CAMPO SOCIALISTA”

Implosão ou terceira guerra mundial?

1. *“Implosão”: um mito apologético do imperialismo*

REFLITAMOS SOBRE O MODO pelo qual o imperialismo norte-americano conseguiu engolir a Nicarágua. Submeteu-a ao bloqueio econômico e militar, ao controle e manipulação de seus serviços secretos, à colocação de minas nos portos, a uma guerra não declarada, mas sanguinolenta, sórdida e contrária ao direito internacional. Diante de tudo isto, o governo sandinista se viu obrigado a tomar medidas limitadas de defesa contra a agressão externa e a reação interna. E eis que a administração dos EUA apresenta-se como defensora dos direitos democráticos pisoteados pelo “totalitarismo” e desencadeia o poder de fogo de sua multimídia contra o governo sandinista, no âmbito de uma campanha que, se teve em primeiro plano a hierarquia católica, não deixou de arrastar algumas belas almas da “esquerda”. A liberdade de manobra de Ortega diante da agressão foi progressivamente reduzida e anulada. Enquanto o estrangulamento econômico e a cruzada ideológica erodiam a base social de consenso do governo sandinista, as pressões militares e o terrorismo (alimentado por Washington) dos contras enfraqueciam a vontade e a capacidade de resistência. O resultado: eleições nas quais o imperialismo fez valer até o fundo seu superpoder financeiro e multimidiático; dessangrado e alquebrado, com o cutelo mais do que apontado para sua garganta, o povo nicaragüense decidiu “livremente” ceder a seus agressores. Não diversa é a tática ativada contra Cuba. Bem, convém agora colocar uma pergunta: a queda do regime sandinista é o resultado de uma “implosão”? Pode ser com-

parado a “implosão” ou “colapso” o desmoronamento, que há décadas o imperialismo norte-americano persegue, de Fidel Castro e do socialismo cubano?

Neste caso, imediatamente evidente é o caráter mistificador de categorias que pretendem apresentar como um processo meramente espontâneo e totalmente interno, uma derrota ou uma crise que não podem ser separadas da formidável pressão exercida em todos os níveis pelo imperialismo. Assim, a classificação de “implosão” não resulta mais persuasiva se, em vez de à Nicarágua e a Cuba, for aplicada à parábola do “campo socialista” como um todo. Já em 1947, no momento em que formulou a política de “contenção”, seu teórico, George Kennan, enfatizou a necessidade de influenciar “os acontecimentos no interior da Rússia e do movimento comunista internacional”, e não apenas através da “atividade de informação” dos serviços secretos, a qual, porém, como acentua o autorizado conselheiro da embaixada norte-americana em Moscou e do Governo dos EUA, não deveria ser negligenciada. Em termos mais gerais e mais ambiciosos, trata-se de “aumentar enormemente as tensões (*strains*) sob a qual a política soviética deve operar”, de modo a “estimular tendências que devem ao final desembocar ou na ruptura ou no enfraquecimento do poder soviético”. Aquela que comumente, com singular eufemismo, é chamada de “implosão”, é aqui definida com precisão: uma “ruptura” (*break-up*), que, por ser tão pouco espontânea, pode ser prevista, programada e ativamente promovida com mais de quarenta anos de antecipação. No plano internacional, as relações de força econômicas, políticas e militares são tais que – prossegue ainda Kennan – permitirão ao Ocidente exercer algo semelhante a um “poder de vida e morte sobre o movimento comunista” e sobre a União Soviética⁴.

⁴ R. Hofstadter & B. K. Hofstadter. *Great Issues in American History* (1958). Vintage Books, New York, 1982, vol. III, pp. 418-419.

2. Nas origens da guerra fria

O desabamento do “campo socialista” se insere assim no interior de uma cruel prova de força. É a chamada guerra fria, que abarca todo o planeta e se prolonga por décadas. No início dos anos 50, suas características foram assim explicadas pelo general norte-americano James Doolittle: “Não existem regras em tal jogo. Não têm mais validade as normas de comportamento humano até agora aceitáveis [...] Devemos [...] aprender a subverter, sabotar e destruir nossos inimigos com métodos mais inteligentes, mais sofisticados e mais eficazes do que aqueles que eles usam contra nós”⁵.

A estas mesmas conclusões chega Eisenhower, que não por acaso passou do cargo de supremo comandante militar na Europa ao de presidente dos EUA. Estamos em presença de uma prova de força que não apenas é conduzida, de um lado e de outro, sem a exclusão de golpes (espionagem, subversão, golpes de Estado etc.), mas que em muitas ocasiões se transforma, em várias áreas do Globo, em uma guerra propriamente dita. É o que ocorre, por exemplo, na Coreia. Em janeiro de 1952, para desbloquear o impasse nas operações militares, Truman acalenta uma idéia radical, transcrita em seu diário: poder-se-ia lançar um ultimato à URSS e à China Popular, explicando antecipadamente que a desobediência “significa que Moscou, São Petersburgo, Mukden, Vladivostok, Pequim, Xangai, Port Arthur, Dairen, Odessa, Stalingrado e todas as instalações industrial na China ou na União Soviética serão eliminadas” (*eliminated*)⁶. Não se trata apenas de uma reflexão privada: durante a guerra da Coreia, em várias ocasiões, a ameaça da arma atômica foi brandida

⁵ S. E. Ambrose. *Eisenhower. Soldier and President* (1983-84). Simon & Schuster, New York, 1991, p. 377.

⁶ M. S. Sherry. *In the Shadow of War. The United States Since the 1930s*. Yale University Press, New Haven and London, 1995, p. 182.

contra a República Popular da China; e a ameaça resulta tanto mais digna de crédito ante a lembrança, ainda viva e terrível, de Hiroshima e Nagasaki.

Não há dúvida de que, com a dissolução, ou melhor, com o *break-up* da URSS em 1991, a guerra fria terminou. Mas quando começou? Ela já está claramente em curso quando ainda estava no auge o furor do segundo conflito mundial. Hiroshima e Nagasaki foram destruídas quando já estava claro que o Japão estava pronto para render-se; visando mais do que a um país já derrotado, o recurso à bomba atômica tinha como mira a URSS: é esta a conclusão à qual chegaram autorizados historiadores norte-americanos, com base em uma documentação incontestável. A nova terrível arma não pode ser experimentada a título demonstrativo, em uma zona deserta, mas deve ser repentinamente lançada sobre duas cidades, de modo a que os soviéticos compreendam imediatamente e completamente a realidade das relações de força e a determinação norte-americana de não recuar diante de nada. E, com efeito, Churchill já se declarava pronto, em caso de necessidade, a “eliminar todos os centros industriais russos”, enquanto o secretário de Estado dos EUA, Stimson, acalenta por algum tempo a idéia de “obrigar a União Soviética a abandonar ou a modificar radicalmente todo o seu sistema de governo”.

Verifica-se assim um paradoxo. A se oporem, ou a se mostrarem relutantes ante o projeto de bombardeio, estavam os chefes militares, sobretudo da marinha. “Bárbara” foi chamada a nova arma: atinge indiscriminadamente “mulheres e crianças”, não é melhor do que as “armas bacteriológicas” e os “gases venenosos”, vetados pela Convenção de Genebra. Além do mais, o Japão já estava “desfeito e pronto a se render”. Estes chefes militares ignoravam que a arma atômica tinha em mira, na realidade, a União Soviética, o único país então em condições de opor-se ao projeto, explicitamente enunciado por Truman em uma reunião do gabinete, de 7 de setembro de 1945, de fazer dos EUA o “gendarme e

xerife do mundo”. A notícia da horrível destruição de Hiroshima e Nagasaki provocou inquietação e mesmo indignação na opinião pública norte-americana, e eis que, em 1947, Stimson intervém com um artigo alardeado totalitariamente por todos os meios de informação para difundir a lenda e a mentira segundo a qual as duas carnificinas indiscriminadas foram necessárias para salvar milhões de vidas humanas. Na realidade – citando sempre o historiador norte-americano – era preciso eliminar de qualquer modo a onda de críticas, a fim de habituar a opinião pública à idéia da absoluta normalidade do recurso à arma atômica (e novamente a URSS era advertida)⁷.

No Japão se verifica um outro fato decisivo para compreender a guerra fria. Em sua agressão contra a China, o exército imperial ficou manchado por crimes horríveis, utilizando não poucos prisioneiros como cobaias para a vivissecção e outros atrozes experimentos e testando armas bacteriológicas na população civil. Aos responsáveis e aos membros da famigerada unidade 731, a estes criminosos de guerra, os EUA garantiram a impunidade em troca da custódia de todos os dados recolhidos. No âmbito da guerra fria que então se delineava, junto com as armas atômicas, foram colocadas também as bacteriológicas.

Vemos assim o início da guerra fria entrelaçar-se com a fase final da Segunda Guerra Mundial. Na realidade, para perceber este entrelaçamento não é necessário esperar 1945. Esclarecedora é a declaração feita por Truman logo depois da agressão nazista contra a URSS. Naquele momento, os Estados Unidos não tinham ainda entrado formalmente na guer-

⁷ G. Alperovitz. *The Decision to Use the Atomic Bomb and the Architecture of an American Myth*. Knopf, New York, 1995, pp. 316-330, 260-261, 252 e 460; per il programma di Truman, cf. H. Thomas, *Armed Truce. The Beginnings of the Cold War 1945-46* (1986), Sceptre, London, 1988, p. 187.

ra, mas já estavam de fato alinhados ao lado da Grã-Bretanha. Compreende-se assim que o futuro presidente dos EUA se preocupasse em precisar não querer “em caso algum ver Hitler vitorioso”. Porém, por outro lado não hesitou em declarar: “Se verificarmos que a Alemanha vence, devemos ajudar a Rússia, e se verificarmos que vence a Rússia, devemos ajudar a Alemanha. Deixemos portanto que eles se matem o mais possível”. Não obstante a aliança de fato de seu país com a Grã-Bretanha, e, portanto, indiretamente, com a URSS, Truman exprime todo o seu interesse ou entusiasmo pela hemorragia do país que emergira da Revolução de Outubro. Naquele mesmo período, o Ministro britânico Lorde Brabazon exprime conceitos semelhantes aos de Truman: é verdade que é obrigado a pedir demissão, mas resta o fato que importantes círculos da Grã-Bretanha continuavam a considerar a União Soviética, com a qual estavam, entretanto, formalmente aliados, um inimigo mortal⁸.

Tendo-se tornado vice-presidente em 1944 e presidente no ano seguinte, Truman se empenhou em realizar o programa enunciado no verão de 1941. É preciso acrescentar que o objetivo de enfraquecer (ou dessangrar) a URSS não parece ter sido estranho nem mesmo a Franklin Delano Roosevelt (o qual, não por acaso, durante um ano teve Truman como vice). Quando se torna claro que a União Soviética, e não a Grã-Bretanha, emergiria, ao final da guerra, “como a principal opositora de uma “Pax Americana” global, Roosevelt – observa um historiador alemão – mudou de modo radical sua estratégia militar: “A consequência de deixar que a União Soviética fizesse o esforço maior para a vitória sobre a Alemanha tornou-se evidente com a decisão de disponibilizar ao todo apenas 89 divisões em vez das 215 previstas pelo *Victory Program*, deslocando o centro de gravidade do

⁸ H. Thomas, ob. cit., p. 187.

armamento norte-americano para a marinha e a aeronáutica, afim de construir uma potência naval e aérea superior”⁹.

Talvez seja preciso retroceder ainda mais no tempo, e é significativo que André Fontaine, em sua história da guerra fria, parta da Revolução de Outubro, que na realidade foi combatida com uma guerra fria e quente. Se examinarmos o período que vai de outubro de 1917 a 1953 (ano da morte de Stalin), veremos que a Alemanha e as potências anglo-saxãs alternaram-se ou empenharam-se em uma espécie de revezamento. À agressão da Alemanha de Guilherme II (até a paz de Brest-Litovsk) se seguiram as desencadeadas, primeiro pela Entente¹⁰ e depois pela Alemanha hitleriana, e finalmente a “guerra fria” propriamente dita, que já começara a se manifestar décadas antes, entrelaçando-se com os dois conflitos mundiais.

3. Uma mistura mortal: a nova cara da guerra

Em relação à URSS e ao “campo socialista” foi acionada a mesma mistura de pressões econômicas, ideológicas e militares com as quais a Administração dos EUA conseguiu provocar a queda do governo sandinista e espera provocar a “ruptura” do sistema político-social cubano, a mesma mistura com qual eles operam contra países como o Iraque, o Irã, a Líbia, e, em perspectiva, a China.

Este modo novo e mais articulado e sofisticado de fazer a guerra foi sendo pouco a pouco elaborado no curso da

⁹ A. Hillgruber. *La Distruzione dell'Europa* (1988), Bologna: Il Mulino, 1991, pp. 350 e 352 nota.

¹⁰ Termo francês pelo qual é conhecida a aliança estratégica entre a França e a Inglaterra a partir da I Guerra Mundial. (As notas assinadas por letras foram elaboradas por João Quartim de Moraes para a tradução brasileira.)

longa prova de força disputada contra a sociedade nascida da Revolução de Outubro. Enviar soldados contra a Rússia soviética – sublinha Herbert Hoover, alto expoente da Administração norte-americana e futuro presidente dos EUA – significa expô-los à “infestação de idéias bolchevistas”. Melhor utilizar o bloqueio econômico no enfrentamento do inimigo, e com a ameaça do bloqueio econômico para enfrentar os povos inclinados a deixarem-se seduzir por Moscou: o perigo da morte por inanição os fará tomar juízo. O primeiro-ministro francês, Georges Clemenceau, logo ficou fascinado com a proposta de Hoover: reconheceu que se tratava de “uma arma realmente eficaz” e que apresentava “maiores chances de sucesso do que a intervenção militar”. Indignou-se, ao contrário, Gramsci, com a chantagem dos imperialistas: “Ou a bolsa ou a vida! Ou a ordem burguesa ou a fome”¹⁰.

Uma outra arma foi usada a partir principalmente da guerra fria propriamente dita. Já em novembro de 1945, o embaixador norte-americano em Moscou, Harriman, recomendou a abertura de uma frente ideológica e propagandística contra a URSS: é claro que se pode recorrer à difusão de jornais e revistas, mas “a palavra escrita” é “fundamentalmente insuficiente”; melhor recorrer a poderosas estações de rádio, capazes de transmitir em todas as diversas línguas faladas na União Soviética. E era repetidamente recomendado e celebrado o poder destas estações de rádio¹¹. Uma nova arma está assim à disposição no gigantesco embate que se vai travando. O rádio, que servira ao regime nazista para consolidar sua base social de consenso, agora é chamado para desagregar a base social de consenso do regime soviético.

Junto com estas novas armas continuaram a agir de modo mediato ou imediato as armas propriamente ditas. O

¹⁰ Cf. D. Losurdo. *Antonio Gramsci dal Liberalismo al “Comunismo critico”*. Gamberetti, Roma, 1997, pp. 75-80.

¹¹ Thomas, 1988, p. 223.

período de 1945-46 foi justamente definido como “uma terceira guerra mundial, apesar de ter características bastante particulares”¹². Com efeito, é impróprio definir como “fria” uma guerra iniciada, ou que vê sua última fase começar, com Hiroshima e Nagasaki. Trata-se de uma guerra que não apenas se transforma periodicamente em quente nas mais diversas regiões do mundo, mas que em determinados momentos corre o risco de se tornar tão quente a ponto de destruir, ou quase, o planeta. Mesmo no que diz respeito ao confronto direto entre os dois principais antagonistas, a frente mais evidente de imediato é a da batalha político-diplomática, econômica e de propaganda, mas nem por isso se deve perder de vista o terrível braço de ferro militar que, mesmo sem ter chegado ao combate direto e total, não ficou livre de conseqüências. Trata-se de uma prova de força agindo em profundidade sobre a economia e a política do país inimigo, sobre sua configuração como um todo; é uma prova de força que tem como objetivo, e consegue, como veremos, triturar as alianças, o “campo” do inimigo.

Neste ponto, a categoria “implosão” se revela um mito apologético do capitalismo e do imperialismo: celebra sua indiscutível superioridade com relação a um sistema social que, em Moscou, como no Caribe ou na América Latina, ruí ou entra em crise exclusivamente devido à sua insustentabilidade interna, à sua inferioridade intrínseca. A categoria de implosão ou colapso só cobre de louros os vencedores. É verdade que ela encontrou amplo acolhimento até na esquerda, entre os comunistas, até e principalmente entre aqueles que se posicionavam como ultracomunistas e ultra-revolucionários; mas esta é apenas a contraprova de sua subalternidade ideológica e política.

Denunciar a categoria “implosão” não significa renunciar a um balanço impiedoso da história do “socialismo real”

¹² Hobsbawm, 1995, p. 268.

e do movimento comunista internacional. Ao contrário, um balanço se torna possível apenas a partir da tomada de consciência da realidade da “terceira guerra mundial”. Por outro lado, para que este balanço impiedoso não seja de nenhum modo confundido com a capitulação, é necessário ir até o fundo na crítica à posição de subalternidade e de primitivismo religioso que fincou pé no movimento comunista a partir da derrota.

III. UM MOVIMENTO COMUNISTA COM SOBERANIA LIMITADA?

1. Normalidade e estado de exceção

VIMOS A TOTAL INADEQUAÇÃO da categoria “implosão” para explicar o esfacelamento do “socialismo real”. Bem mais persuasivos são aqueles que falam de “terceira guerra mundial”. Nesta, o componente do embate multimidiático e ideológico desempenhou um papel essencial, que permite entender o estado de desorientação dos derrotados. É como se uma Hiroshima ideológica tivesse devastado a capacidade de pensar autonomamente de setores inteiros do movimento comunista internacional.

“Soberano é quem decide o estado de exceção”: a fórmula do jurista ultra-reacionário e genial, Carl Schmitt, pode servir para que entendamos não apenas o funcionamento concreto de um ordenamento constitucional e as relações entre seus diversos centros de poder, mas também a vida e o real grau de autonomia de um movimento político. Vejamos um exemplo. Em 1991, um golpe de Estado anulou na Argélia os resultados eleitorais que levariam ao poder a frente islâmica. Ao instaurar a ditadura militar, os generais a justificaram com o grave perigo que corriam o país e seu processo de modernização e invocaram o estado de exceção; diante dos fatos, os generais se revelaram os verdadeiros detentores da soberania. Parafraseando Mao Tsé-tung, “o poder político nasce do cano do fuzil”, e soberano é aquele que decide quando a palavra dá a vez às armas. Até aqui, no que diz respeito à realidade do poder no âmbito de um Estado.

Façamos agora intervir o mesmíssimo critério metodológico para investigar as relações entre os diversos alinhamentos políticos. O golpe de Estado na Argélia foi, naquela

ocasião, tolerado ou saudado pelo Ocidente com o argumento de que, desse modo, se impedira a instauração de um regime islâmico e obscurantista, que resultaria no fim de toda liberdade de consciência e num retrocesso pavoroso, particularmente da condição das mulheres. De maneira semelhante, alguns anos antes, a URSS justificara sua intervenção no Afeganistão, como apoio ao regime comprometido com um ambicioso projeto de modernização e em luta contra a hostilidade furibunda do fundamentalismo islâmico. Só que, daquela vez, o Ocidente não apenas esbravejou, mas armou até os dentes os “combatentes pela liberdade” que, na Argélia, foram tratados como assassinos ferozes e delinqüentes comuns. Está claro: o estado de exceção invocado em um caso não vale para o outro; a violação das regras é considerada legítima e sacrossanta em um caso e condenada como nefanda no outro.

Não é de se admirar esta subordinação, admitida pelos EUA ou pela França, das regras ao contencioso geopolítico e econômico. Mais interessante pode ser interrogarmo-nos sobre a posição da esquerda e dos próprios comunistas. No geral, parecem concordar com a ideologia dominante: consideraram óbvio e pacífico o golpe de Estado na Argélia, mas não se cansaram de condenar o golpe de força soviético no Afeganistão. Quem decide sobre o estado de exceção, suscetível de justificar a suspensão das regras do jogo, é sempre o Ocidente liberal, capitalista e imperialista. Surge assim o dado consternador de um movimento comunista destituído de soberania ou, na melhor das hipóteses, com soberania limitada. Se soberano é quem decide o estado de exceção, está claro que o soberano por excelência senta-se em Washington e tão plena e ilimitada é sua soberania que pode condicionar e até anular, a autonomia de julgamento dos círculos, órgãos de imprensa e movimentos que se definem como comunistas.

2. Bobbio e o estado de exceção

O que acabamos de ver não é o único exemplo a sustentar a tese aqui exposta. Ainda em 1991, se verificou em Moscou, durante o mês de agosto, um estranho golpe, que deixou Yeltsin imperturbado. E que lhe assegurou uma colossal tribuna propagandística, pressuposto de seu triunfo posterior. Qualquer suspeita é legítima; por sua vez, eloqüente é o título do editorial do *Espresso* de 1º de setembro daquele ano: “O verdadeiro golpe foi dado por Yeltsin. Ou melhor, Bush”. Mas não é isto por ora o que nos interessa. Os promotores do “golpe” asseguravam querer enfrentar a situação de dramático perigo que ameaçava a unidade e a própria independência da URSS e enfrentá-la recorrendo aos poderes previstos pela Constituição para o estado de exceção. Pois bem, quem não se lembra da indignação geral e internacional, na ocasião, e que envolveu ou arrastou os próprios comunistas?

Dois anos depois, protagonista do golpe foi Yeltsin, que dissolveu um Parlamento livremente eleito pelo povo e em seguida o submeteu a tiros de canhão. Desta vez, a máquina repressiva há muito preparada e perfeitamente lubrificada não se limitou a proferir ameaças vazias. Brutal foi a liquidação da legalidade constitucional, mas isto não impediu que o “democrático” Clinton e o “socialista” Mitterrand exprimissem seu apoio. E os comunistas? Patético se revelou em particular *Il Manifesto*, que foi a Turim ouvir os princípios do grande teórico da absoluta inviolabilidade das regras. Instado a tomar posição, Bobbio pronunciou sua resposta: “Defendo o Estado de direito e o defenderei sempre. Mas no caso russo me pergunto: existiam as condições para a existência de um Estado de direito?” (*La Stampa*, 24 de setembro de 1993). Que pena que esta pergunta não tenha passado pela cabeça do ilustre filósofo dois anos antes, em agosto de 1991. No entanto, seu raciocínio é simples e sensato: trata-se de distin-

guir o estado de exceção da normalidade. É um raciocínio com o qual têm muito que aprender os comunistas, que, recusando-se a fazer tal distinção, deixam que decida sobre o estado de exceção o soberano que se senta em Washington ou, mais modestamente, em Turim.

Esclarecedora é a subalterna concordância da esquerda com a campanha desencadeada pelo governo norte-americano contra a República Popular da China. Nos últimos tempos surgiram muitos pormenores que trouxeram nova luz sobre os acontecimentos da praça Tien An Men. Hoje, até os estudantes e intelectuais exilados nos EUA acusam os líderes “radicais” de impedirem a qualquer custo o acordo com as autoridades de Pequim. Emerge aqui o real objetivo perseguido por alguns círculos (chineses e estrangeiros) pelas agitações de 1989. Revelador é um artigo publicado em *Foreign Affairs* (revista ligada ao Departamento de Estado) que, ao profetizar alegremente a desintegração da China após a morte de Deng Xiaoping, acrescenta que tal objetivo estivera a ponto de ser atingido já em 1989, o ano que viu a derrota do comunismo “em uma dezena de países”¹³. Os mesmos círculos que queriam colocar na berlinda os dirigentes de Pequim estavam prontos para justificar os canhões de um eventual Yeltsin chinês!

3. A luta pela hegemonia

É o que não parece querer levar em conta uma esquerda que enche a boca com as homenagens formais tributadas a Gramsci, mas que esquece completamente um dos aspectos essenciais de seus ensinamentos: a luta pela hegemonia. Categorias, avaliações, recorrência histórica, se diria que tudo hoje a esquerda termina por inferir da ideologia dominante.

¹³ Waldron, 1995, p. 149.

O ano passado deu ocasião para recordar a invasão soviética da Hungria, ocorrida em 1956; e, lógica e obrigatoriamente, os comunistas se empenharam em uma profunda e impiedosa reflexão autocrítica. Hoje, no final de 1997^b, ninguém aproveitou a ocasião para recordar a repressão de Xiang Kai-chek desencadeada em Formosa há 50 anos. Trata-se de um acontecimento de pouca importância? Sabemos pelas autoridades húngaras que sobem a 2.500 as vítimas dos trágicos acontecimentos de 1956; nove anos antes, no início de 1947, a repressão protagonizada pelo Kuomitang, apoiado pelos EUA, acarretou a morte de 10.000 pessoas¹⁴.

Todos os anos são lembrados os acontecimentos da praça Tien An Men; mas quem se lembra de que, naquele mesmo 1989, a intervenção dos EUA no Panamá, sem declaração de guerra e com o bombardeio de bairros densamente habitados, provocou centenas ou milhares de mortos? Dir-se-ia que hoje até a percepção histórica e a memória histórica da esquerda e de não poucos comunistas têm a soberania limitada.

Ainda mais nítida se mostra a falta de autonomia no uso das categorias. Limito-me aqui a dar um exemplo particularmente clamoroso. Quantas vezes a imprensa de esquerda, e mesmo a comunista, aliou-se à imprensa burguesa ao definir como “nacionalista” a oposição a Yeltsin, inclusive a oposição proveniente dos comunistas russos? No entanto, bastaria ler as declarações dos dirigentes dos EUA para restabelecer imediatamente a verdade. Em seu tempo, Bush pai expressou-se com uma clareza exemplar:

Vejo a América como líder, como a única nação com um papel especial no mundo. O nosso foi chamado o século americano pelo fato de sermos a força do-

^b Data da versão original do presente texto.

¹⁴ Lutzker, 1987, p. 178.

minante para o bem do mundo. Salvamos a Europa, curamos a poliomielite, caminhamos na lua e iluminamos o mundo com nossa cultura. Agora estamos na soleira de um novo século: qual país o nomeará? Digo que será um outro século americano. Nossa obra não terminou, nossa força não se gastou.

Ouçamos agora Bill Clinton: a América “deve continuar a guiar o mundo”: “nossa missão é atemporal”. Passemos enfim a palavra ao pragmático Kissinger: “[...] a liderança mundial é inerente ao poder e aos valores americanos”¹⁵. Vemos de novo emergir a infausta mitologia do povo eleito. Declarado é o chauvinismo que a caracteriza; mas estigmatizados como nacionalistas são aqueles que a tal povo eleito ousam opor resistência.

No entanto, a desconfiança deles é mais do que justificada. Termina por reconhecê-lo a revista norte-americana *Time*: “Durante quatro meses, um grupo de consultores políticos norte-americanos participou *clandestinamente* da condução da campanha eleitoral de Yeltsin”. Para evitar equívocos, um “autorizado enviado do Departamento de Estado” esclareceu que de maneira nenhuma se poderia tolerar “uma vitória comunista”. Portanto, qualquer que seja a opinião sobre os golpistas soviéticos de agosto de 1991, é preciso reconhecer que seu comportamento originava-se de uma preocupação real tanto com a unidade quanto com a independência do país! E qualquer que seja a avaliação do modo pelo qual os comunistas chineses enfrentaram a crise de 1989, é um fato que eles tinham razão de vigiar as manobras visando a comprometer a unidade e a independência do único país, atualmente, capaz de obstaculizar o triunfo definitivo do século americano.

Que fique claro. Aqui não se trata de assumir um comportamento justificacionista em relação ao ex-PCUS e ao PCC:

¹⁵ Cf. Losurdo, 1997 b, pp. 32-40.

qualquer comportamento concreto de um determinado partido comunista, ou que se proclama comunista, deve ser submetido à análise concreta e sem preconceitos. Mas esta análise não deve ser acriticamente retomada daquela, orientada e manipulada, que é difundida pela ideologia dominante. A análise não preconceituosa deve ser exercida em todos os campos e deve ter como objetivo recuperar tanto a autonomia de avaliação quanto a memória histórica. Os comunistas estão convocados a se livrar da condição de soberania limitada que os vencedores da guerra fria ou da “terceira guerra mundial” querem eternizar.

IV. OS ANOS DE LÊNIN E STALIN: UM PRIMEIRO BALANÇO

1. *Guerra total e "totalitarismo"*

NÃO SE PODE ISOLAR a história da União Soviética de seu contexto internacional. Bem mais que à tradição asiática a suas costas, o terror, primeiro leninista e depois stalinista, remete ao totalitarismo que começou a difundir-se em nível mundial a partir da eclosão da segunda Guerra dos Trinta Anos^c, quando ao Estado se atribui, mesmo nos países de tradição liberal, "uma força 'legítima' sobre a vida, a morte e a liberdade" (Weber). Estão a demonstrá-lo a mobilização total, os tribunais militares, os pelotões de fuzilamento, as dizimações. Convém refletir em particular sobre esta última prática, à

^c A Guerra dita dos *Trinta Anos*, uma das mais atrozes de todos os tempos, desencadeou-se, em 1618, quando protestantes da Europa Central responderam pela força às perseguições que estavam sofrendo por parte dos católicos. A guerra foi se estendendo, à medida que se ativava seu caráter de classe (camponeses contra nobreza feudal) e na medida em que as potências européias da época, uma após a outra, foram se envolveram no confronto, que se prolongou até 1648. A expressão analógica "segunda guerra de Trinta Anos" repousa numa interpretação que vê uma linha profunda de continuidade, prosseguindo, a partir da grande guerra desencadeada em 1914, nas intervenções imperialistas contra a Rússia revolucionária, nos levantes proletários na Europa, na invasão da China pelo Japão, na guerra civil espanhola, até 1945, quando a vitória dos soviéticos e dos aliados anglo-saxões sobre o Eixo nazi-fazista levou ao termo o grande ciclo aberto em 1914. Tanto na primeira quanto na segunda guerra de Trinta Anos, interagiram nações, classes e ideologias, num complexo confronto cujo aspecto predominante variou nas diferentes situações concretas.

qual o estado maior da Itália liberal recorre amplamente, e que cancela o princípio da responsabilidade individual. Instrutivo o que aconteceu nos EUA. Depois de Pearl Harbor, F. D. Roosevelt mandou internar em campos de concentração os cidadãos norte-americanos de origem japonesa (inclusive mulheres e crianças) não porque haviam cometido um crime, mas simplesmente porque eram suspeitos devido ao grupo étnico ao qual pertenciam (assistimos de novo ao cancelamento do princípio da responsabilidade individual, cancelamento que é um dos elementos constitutivos do totalitarismo). Ainda em 1950, foi aprovado o McCarran Act para a construção de seis campos de concentração em várias regiões do país, destinados a alojar prisioneiros políticos. Entre os promotores desta lei estavam alguns deputados que se tornaram famosos como presidentes dos Estados Unidos: Kennedy, Nixon e Johnson! Até o fenômeno da personalização do poder pode ser examinado de uma perspectiva comparativa. Elevado à presidência na grande depressão e rapidamente investido de amplíssimos poderes, F. D. Roosevelt foi eleito para quatro mandatos consecutivos (morreu no início do quarto).

Surgido durante uma guerra que exigia a total mobilização e arregimentação da população, mesmo nos países de consolidada tradição liberal e com uma posição geográfica relativamente segura (por estarem protegidos pelo mar ou pelo oceano), o regime soviético foi obrigado a enfrentar uma permanente situação de exceção. Se examinarmos o período que vai de outubro de 1917 a 1953 (ano da morte de Stalin), veremos que se caracteriza por pelo menos quatro ou cinco guerras e duas revoluções. A Oeste, à agressão da Alemanha de Guilherme II (até a paz de Brest-Litovsk) seguiram aquelas desencadeadas primeiro pela *Entente* e depois pela Alemanha hitlerista e, por fim, uma guerra fria pontilhada de conflitos locais e que corria o risco de, a qualquer momento, transformar-se em uma guerra quente não

só de grandes proporções, mas implicando o emprego da arma atômica. A Leste, o Japão (que só em 1922 se retirou da Sibéria e só em 1925 das ilhas Sacalinas), procede, simultaneamente à ocupação da Manchúria, a um ameaçador deslocamento militar ao longo dos confins da URSS, que acaba provocando conflitos de fronteira em larga escala em 1938 e 1939, antes mesmo do início oficial do segundo conflito mundial. Acresce que as guerras aqui mencionadas são totais, seja porque não precedidas de uma declaração de guerra (não a declararam nem a *Entente* nem o Terceiro Reich), seja porque inspiradas na intenção explícita dos invasores de derrubar o regime existente: a campanha hitlerista mirava também ao extermínio dos *Untermenschen*^d orientais. Às guerras é preciso acrescentar as revoluções, a saber, além da de Outubro, a revolução pelo alto que foi a coletivização e a industrialização do campo levadas a cabo a partir de 1929. As ditaduras de Lênin e, com características distintas, a de Stalin, correspondem no essencial às condições da guerra total e do estado permanente de exceção que se verifica na União Soviética (isto é, em um país atrasado e sem tradição liberal).

2. Gulag e emancipação na época de Stalin

Até agora falamos pouco ou nada dos acontecimentos internos do país surgido do Outubro bolchevique. É necessário que digamos logo, pelo menos no que diz respeito ao período stalinista, que o horror é uma face da moeda. A outra pode ser sintetizada com algumas cifras e dados de autores insuspeitos: “[...] o quinto plano quinquenal para a educação representou um esforço organizado para combater o analfabetismo”; iniciativas posteriores no âmbito edu-

^d Termo caro aos nazistas, significando subomens.

cacional desenvolveram “toda uma geração de operários especializados e técnicos e administradores tecnicamente preparados”. Entre 1927-28 e 1932-33, o número de alunos das universidades e dos institutos superiores subiu de 160.000 para 470.000; o percentual dos estudantes de origem operária aumentou de um quarto para a metade. “Novas cidades foram fundadas e velhas cidades reconstruídas”; o surgimento de novos gigantescos complexos industriais foi acompanhado passo a passo por uma mobilidade vertical, que mostra “a ascensão, aos níveis superiores da escala social, de cidadãos hábeis e ambiciosos de origem operária e camponesa”. Naqueles anos, também em consequência da repressão feroz e em larga escala, “dezenas de milhares de stakanovistas se tornaram diretores de fábricas” e uma análoga, gigantesca mobilidade vertical se verificou nas forças armadas. Não se pode compreender nada do período stalinista se não se leva em conta a mescla de barbárie (um enorme gulag) e de promoção social em larga escala¹⁶.

3. Uma história da qual cabe apenas envergonhar-se?

A gestão do poder por Lênin e Stalin não constitui um capítulo da história do qual os comunistas devam apenas envergonhar-se, como pretendem os defensores de um fantasmagórico (e antimarxista) “retorno a Marx”. O significado da Revolução de Outubro e da mudança realizada por Lênin foi assim sintetizado, em 1924, por Stalin:

Primeiro, a questão nacional se reduzia apenas a um grupo restrito de problemas que diziam respeito, no máximo, às nações “civilizadas”. Irlandeses, húnga-

¹⁶ Para o quadro geral aqui traçado remeto a Losurdo, 1996a, Losurdo, 1996b e Losurdo, 1998.

ros, poloneses, finlandeses, sérvios e algumas outras nacionalidades da Europa: este era o grupo de povos, privados da igualdade de direitos, por cujo destino se interessavam os heróis da II Internacional. Dezenas e centenas de milhões de seres humanos pertencentes aos povos da Ásia e da África, submetidos ao jugo nacional em sua forma mais brutal e mais feroz, não eram levados em consideração. Não eram colocados no mesmo plano brancos e negros, “civilizados” e “não civilizados” [...] O leninismo desmascarou esta disparidade escandalosa; rompeu a barreira que separava brancos e negros, europeus e asiáticos, escravos do imperialismo “civilizados” e “não civilizados”, ligando, desse modo, o problema nacional ao problema das colônias.

Apenas palavras? Assim pode argumentar um pequeno comerciante provinciano ou um executivo capitalista de visão estreita, que tendem a considerar teoria sem significado tudo o que não produz lucro imediato. De modo algum pode assim argumentar um comunista, que deveria ter aprendido com Lênin sobre a decisiva importância da teoria para a formação de um movimento de emancipação, e que deveria ter aprendido com Marx que, penetrando nas massas, uma teoria se torna uma força material de primeiro plano. Como de fato ocorreu.

Mesmo nos anos mais obscuros do stalinismo, o movimento comunista internacional desempenhou um papel progressista, e não apenas nas colônias, mas também nos países capitalistas avançados. Vejamos primeiro o que aconteceu no Terceiro Reich. O filólogo judeu Viktor Klemperer descreveu em termos dilacerantes os insultos e as humilhações que sofriam os que usavam a estrela de Davi. No entanto:

Um servente ao qual me afeiçoei ao final das duas primeiras transferências se coloca diante de mim de repente na Freiburger Strasse, me aperta entre suas grossas mãos e murmura, mas de modo a ser ouvido do outro lado da rua: “Então, professor, não se deixe subjugar! Daqui a pouco terão acabado os malditos irmãos!”.

O filólogo judeu comenta com afetuosa ironia que a desafiar o regime estão “bravos diabos que cheiram a comunistas a um quilômetro de distância”¹⁷!

Passemos da Alemanha para os EUA. À presidência do país subira Franklin Delano Roosevelt. Mas no Sul continuava a política de segregação e de linchamento contra os negros. A lutar contra isso estavam os comunistas, os que não por acaso foram estigmatizados pela ideologia dominante como “estrangeiros” e “amantes dos negros” (*nigger lovers*). Um historiador norte-americano descreve a coragem da qual, mesmo nos EUA, os comunistas foram obrigados a dar prova: “Seu desafio ao racismo e ao *status quo* provocou uma onda de repressão que se considerava impensável em um país democrático”; sim, ser comunista significava “enfrentar a eventualidade do cárcere, do espancamento, do seqüestro e até da morte”¹⁸.

Assim, a lutar em dois países profundamente diversos contra a barbárie anti-semita e anticamita (antinegra) estavam comunistas que – podemos acrescentar – olhavam com simpatia ou com esperança para a URSS de Stalin.

¹⁷ Em Burleigh-Wippermann, 1992, p. 93.

¹⁸ Kelley, 1990, pp. 30 e XII.

4. *Churchill, Franklin Delano Roosevelt e Stalin*

Examinemos agora a ideologia do ditador e confrontemo-la, não com a de Hitler – deixemos essa comparação tão absurda aos anticomunistas profissionais –, mas com a ideologia de outros dois líderes da coalizão antifascista. Há alguns anos, um respeitável jornal inglês revelou a presença em Churchill da idéia, amplamente difundida na cultura reacionária do final do século XIX, da esterilização obrigatória dos vagabundos, ociosos e criminosos, dos bárbaros incapazes de elevar-se ao nível da civilização¹⁹.

Esta tradição de pensamento subsiste em Franklin Delano Roosevelt. Depois de declarar, em Yalta, que estava “mais do que sedento do sangue dos alemães” ante as atrocidades por eles cometidas, o presidente dos EUA acalentou pelo menos por algum tempo um projeto bastante radical:

Devemos ser duros com a Alemanha e com o povo alemão, não apenas com os nazistas. Devemos castrar o povo alemão ou tratá-lo de tal modo que não possa mais continuar a reproduzir gente que queira comportar-se como no passado.

Apesar das perdas e sofrimentos inomináveis provocados pela agressão hitlerista, Stalin não se mostrou favorável à condenação em bloco dos alemães. Em agosto de 1942, declarou:

Seria ridículo identificar a gangue hitlerista com o povo alemão, com o Estado alemão. As experiências da história demonstram que os Hitler vão e vêm, mas que o povo alemão, o Estado alemão, permanecem. A força do Exército Vermelho reside no fato de que

¹⁹ Ponting, 1992.

ele não nutre e não pode nutrir nenhum ódio racial contra outros povos, nem mesmo contra o povo alemão.

Também neste caso pode-se tentar menosprezar a teoria, mas uma coisa é certa: apesar da barbárie e dos horrores daqueles anos, ainda com Stalin a teoria marxista continua a revelar-se superior à professada pelos expoentes mais respeitáveis do mundo burguês.

5. Dois capítulos da história das classes subalternas e dos povos oprimidos

Aos comunistas que se atrelaram à demonização de Stalin imposta pela ideologia dominante, gostaríamos de sugerir uma reflexão. Eles freqüentemente se apegam a Espártaco. Os historiadores referem que, para vingar e honrar a morte do companheiro Crisso, Espártaco “sacrificou trezentos prisioneiros” romanos; os outros ele mata na véspera da batalha. Ainda mais atroz é o comportamento dos escravos insurretos na Sicília algumas décadas antes: segundo Diodoro Sículo, irrompem nas casas dos patrões, violentam as mulheres e promovem “uma carnificina, sem poupar nem mesmo os recém-nascidos”. Não é certamente este o comportamento que os comunistas italianos homenageiam quando, nas festas do *Liberazione*, ou no jornal do Partido da Refundação Comunista, erguem a imagem de Espártaco. Recusam-se a colocá-lo no mesmo plano de Crasso que, após impor uma disciplina de ferro ao exército romano, recorrendo à dizimação em larga escala, consegue derrotar os insurretos e em seguida manda crucificar na *Via Appia* quatro mil prisioneiros. De um lado está Crasso, o homem mais rico de Roma, empenhado em eternizar o instituto da escravidão e a negar dignidade aos “instrumentos falantes da terra”; do outro está um

dos instrumentos falantes que consegue exprimir e organizar o protesto de seus companheiros de trabalho e de pena e que, por algum tempo, consegue derrotar a arrogância de seus patrões imperiais. Rendendo homenagem a Espártaco, os comunistas italianos pretendem apenas afirmar que sua personalidade e suas lutas fazem parte, a despeito de tudo, da história das classes subalternas, de um movimento que, apesar de seus horrores, é um movimento de emancipação.

Não muito diferente é o significado que os comunistas russos atribuem a desfilar sob o retrato de Stalin: não pretendem identificar-se com o *gulag* e com a liquidação sistemática dos adversários, assim como *Liberazione* não pretende identificar-se com o estupro das mulheres e o massacre dos prisioneiros e dos recém-nascidos, pelos quais foram responsáveis os escravos insurretos. A insípida transfiguração de Espártaco é a outra face da moeda da demonização de Stalin. Não tem sentido fugir da realidade ou simplificá-la arbitrariamente para deixar a consciência tranqüila: não é necessário ser comunista, pois também o historiador honesto deve reconhecer que, com todos os seus horrores, o “stalinismo” é um capítulo do processo de emancipação que derrotou o Terceiro Reich, impulsionou o processo de descolonização e a luta contra a barbárie do racismo anti-semita e anticamita^e.

Um historiador observou: é um erro pensar que “o racismo nazista foi rejeitado já nos anos 30 deste século”; só recentemente começou a ser usado o neologismo “racismo” com conotação negativa, pois o preconceito racial constituía um dado pacífico da ideologia dominante nos dois lados do Atlântico²⁰. É imaginável a radical mudança em relação à “raça” e ao “racismo” sem a contribuição da URSS de Stalin?

^e Isto é, antinegra.

²⁰ Barkan, 1992, pp. 1-3.

6. Os comunistas devem apropriar-se novamente de sua história

Algum tempo atrás, Clinton manifestou o desejo de inspirar-se no exemplo de Theodore Roosevelt, que não foi apenas o teórico do “grande cacete” a ser usado contra os países da América Latina. O personagem caro ao então presidente norte-americano foi também o defensor da “guerra eterna” e sem “falsos sentimentalismos” contra os peles-vermelhas: “Não chego a ponto de acreditar que índios bons são os mortos, mas creio que nove entre dez o sejam; e não gostaria de pesquisar muito a fundo nem mesmo o décimo”. Naturalmente, não é este Theodore Roosevelt que Clinton pretende tomar como modelo. É, no entanto, espantoso o tranqüilo ape-lo a um personagem próximo da soleira da teorização do genocídio; e é de se estranhar o silêncio daqueles que não se cansam de solicitar aos comunistas e à esquerda a prestação de contas de seu passado criminoso.

Por outro lado, ilustres juristas chamaram o permanente embargo contra o povo iraquiano de “genocídio ocidental” ou mesmo de massacre (que já custou diversas centenas de milhares de mortos). Trata-se de um massacre consumado não no curso de um terrível estado de exceção, mas em um período de paz (até a guerra fria já terminou), em um momento no qual os Estados Unidos não sofrem nenhuma ameaça à sua segurança, nem mesmo à sua hegemonia. Com base em qual lógica pode-se sustentar que os crimes de Lênin e Stalin são piores do que aqueles com os quais Clinton está se maculando?^f

Os periódicos bombardeios contra o Iraque foram considerados por Sergio Romano uma continuação da campanha eleitoral com outros meios. O bombardeio terrorista como recurso publicitário: tal invenção, que faria a alegria de Goeb-

^f Lembramos que a versão original do presente texto é de 1997.

bels, foi, ao contrário, reservada pela sorte ao país-guia da “democracia” ocidental. E tudo isto, ainda uma vez, em um período de paz. E de novo emerge a pergunta: por que o historiador do futuro deveria considerar os presidentes dos EUA mais “humanos” do que aqueles que dirigiram a URSS em um dos períodos mais trágicos da história universal? Desconcertante ou filisteu resulta assim o comportamento de determinados comunistas que, enquanto de um lado demonizam Stalin, do outro consideram Clinton um expoente da “esquerda”, por moderada que seja.

Examinemos a história do colonialismo e do imperialismo: o Ocidente eliminou os índios da face da terra e escravizou os negros; submeteu outros povos colonizados a uma sorte análoga, mas isto não impediu o Ocidente de apresentar e celebrar sua expansão como a marcha da liberdade e da civilização enquanto tal. E essa visão terminou de tal modo por conquistar ou condicionar poderosamente as próprias vítimas que, na esperança de serem cooptadas ao seio da “civilização”, interiorizaram a sua derrota cancelando a própria memória histórica e a própria identidade cultural. Hoje assistimos a uma espécie de colonização da consciência histórica dos comunistas. Servimo-nos aqui de algo mais do que de uma simples metáfora. Historicamente, o movimento comunista chegou ao poder nos países coloniais ou à margem do Ocidente. Por outro lado, com o triunfo da globalização e da *pax americana*, do ponto de vista da multimídia, todo o resto do mundo se tornou uma província e uma colônia, pelos menos potencial, com relação ao centro do império que, de Washington, pode investir e investe quotidianamente em toda parte do globo com um concentrado poder de fogo da multimídia. Difícil é resistir a isto, mas sem esta resistência não se é comunista.

V. POR QUE OS ESTADOS UNIDOS VENCERAM A “TERCEIRA GUERRA MUNDIAL”?

1. *A ofensiva diplomático-militar dos EUA*

MARCANDO O INÍCIO E O fim da “guerra fria” estão duas advertências militares, duas explícitas ameaças não apenas de guerra, mas de guerra total e de aniquilamento: a destruição atômica de Hiroshima e Nagasaki decidida por Truman e o programa “guerra nas estrelas” lançado por Reagan. Mas não é apenas por isto que o período entre 1945 e 1991 pode ser considerado uma espécie de “terceira guerra mundial” com características peculiares. Os vencedores conseguiram preliminarmente romper o alinhamento político-militar de seus inimigos. Cinco anos após a ruptura com a URSS, com a assinatura do “pacto balcânico” de 1953, celebrado com a Turquia e a Grécia, a Iugoslávia se tornou uma espécie de membro externo da OTAN, inserida no “sistema defensivo do Ocidente”²¹. A partir dos anos 70, com a reaproximação sino-norte-americana, se constitui uma “aliança *de facto*” contra a URSS, a qual, por sua vez, procura ganhar os EUA para uma “quase aliança contra a China”²².

Obviamente, as vitoriosas iniciativas diplomáticas ocidentais caminham junto com ferozes pressões militares. Vejamos a política perseguida em relação à China Popular, empenhada, depois de décadas ou séculos de humilhação colonial, em conseguir finalmente a unidade nacional. Trata-

²¹ Assim se exprime naquele mesmo ano o Anuário de política internacional do ISPI (1953, p. 391), L. Canfora, “Le Foibe, Tito e la politica estera della sinistra”. In: *Corriere della Sera*, de 17 de agosto de 1996.

²² Kissinger, 1994, pp. 729-30.

va-se de recuperar em primeiro lugar Quemoy e Matsu, duas ilhas que – sublinha Churchill em carta a Eisenhower de 15 de fevereiro de 1955 – estão “ao largo da costa”, “são juridicamente parte da China”, e constituem uma espécie de pistola apontada contra sua têmpora. Mas é exatamente a esta pistola que o governo norte-americano não pretende renunciar e não hesita em ameaçar recorrer às armas atômicas. Quando, em 1958, reexplode a crise de Quemoy e Matsu, a URSS, consciente da clara superioridade dos EUA, limita-se a garantir à China uma cobertura que não ultrapassa o território continental: o grande país asiático é obrigado a renunciar ao objetivo considerado “óbvio” e legítimo até por Churchill. De nada serviu o apoio dois anos antes dado por Mao a Kruschov, empenhado em restabelecer o contracordão sanitário do qual o país-guia do campo socialista carecia; o alinhamento subalterno à URSS não parece mais aos dirigentes chineses o caminho que conduziria ao restabelecimento da unidade nacional e ao fim do período de humilhação colonial. Se não o uso, de qualquer maneira a ameaça às armas, e em primeiro lugar às armas nucleares, influiu de modo concreto, talvez até decisivo, no desenrolar da “terceira guerra mundial”.

2. Questão nacional e dissolução do “campo socialista”

Tudo isto não diminui, pelo contrário torna ainda mais evidentes, a responsabilidade, os erros e os crimes do campo socialista. Vejamos rapidamente seus momentos mais graves de crise e descrédito. 1948: ruptura da URSS com a Iugoslávia. 1956: invasão da Hungria. 1968: invasão da Tchéco-Eslováquia. 1969: sangrentos incidentes na fronteira da URSS com a China; a duras penas evitada, a guerra entre países que se consideram socialistas se torna uma trágica realidade uma dezena de anos depois com a guerra entre o

Vietnã e o Camboja primeiro, e entre a China e o Vietnã depois. 1981: lei marcial na Polônia para prevenir uma possível intervenção “fraterna” da URSS e frear um movimento de oposição, que conquistava muitos seguidores defendendo a identidade nacional ultrajada pelo Grande Irmão. Apesar de diversas entre si, essas crises têm em comum a centralidade da questão nacional. A dissolução do campo socialista começou, não por acaso, na periferia do “império”, nos países que há muito sofriam da soberania limitada a eles imposta; também no interior da URSS, antes mesmo do obscuro “golpe” de agosto de 1991, o empurrão decisivo para a derrota final veio da agitação nos países bálticos, para os quais o socialismo fora “exportado” em 1939-40: em um certo sentido, a questão nacional, que favoreceu poderosamente a vitória da Revolução de Outubro, assinalou também a conclusão do ciclo histórico aberto por ela.

A maior vitalidade da República Popular da China (qualquer que seja a opinião sobre suas atuais orientações políticas) se explica pelo fato de que, levando em conta a experiência histórica, Mao soube criticar os graves erros verificados na URSS na relação ao mesmo tempo com os camponeses e as minorias nacionais²³. Pelo menos em determinados momentos de sua história, os comunistas chineses souberam manter-se à altura daquela página de Lênin de 1916, que sublinha a persistência da questão nacional mesmo depois da conquista do poder pelos partidos comunistas e operários. Uma tomada de posição do PCC em 1956 salienta que, no interior do campo socialista, “são necessários esforços constantes para superar a tendência ao chauvinismo de grande nação”, tendência que, longe de ser eliminada junto com o regime burguês ou semifeudal derrotado, pode encontrar alimento no “sentimento de superioridade” suscitado pela vitória da revolução. Trata-se de um “fenômeno que

²³ Ver Mao Tsé-tung, 1979, pp. 365-366 e 372.

não é peculiar a este ou àquele país. Por exemplo, o país B pode ser pequeno e atrasado em relação ao país A, mas grande e progressista em relação ao país C. Pode por isso acontecer que o país B, enquanto se lamenta do chauvinismo de grande nação do país A, assuma ares de grande nação nas relações com o país C”²⁴. O discurso acima é feito de modo geral, mas não é difícil entender que atrás de B está a Iugoslávia que, se de um lado justamente lamentava o chauvinismo e a prepotência da URSS (A), de outro revelava ambições hegemônicas nas relações com a Albânia (C). Mais tarde, os comunistas chineses denunciaram a URSS como país socialista nas palavras e imperialista nos fatos, recorrendo a uma categoria (“social-imperialismo”) que, se por um lado rotula eficazmente atos como a invasão da Tcheco-Eslováquia, por outro tem o defeito de remover de novo as contradições nacionais e as tendências chauvinistas e hegemônicas da realidade do mundo socialista, com uma recaída em uma visão utópica do socialismo.

Nos dias de hoje, ao fazer um balanço crítico e auto-crítico, Fidel Castro chega a esta significativa conclusão: “Nós socialistas cometemos um erro ao subavaliar a força do nacionalismo e da religião” (deve-se ter presente que a própria religião pode constituir um momento essencial na construção da identidade nacional: basta ver países como a Polônia e a Irlanda; e hoje, talvez, um discurso análogo pode ser feito até com relação ao mundo islâmico). O “internacionalismo” abstrato e agressivo, incapaz de reconhecer e respeitar as peculiaridades nacionais, transformou-se, com Brejnev, na teoria abertamente chauvinista e hegemônica da “ditadura internacional do proletariado” e da soberania limitada dos países formalmente aliados à URSS. Daí se origina a desagregação e a derrota do campo socialista e, enfim, o triunfo e a prática da “ditadura internacional da burguesia” exercida pelos EUA.

²⁴ “Renmin Ribao” (*Diário do Povo*), 1971, p. 37.

3. Frente econômica e frente ideológica da “terceira guerra mundial”

Depois da diplomática-militar, a segunda frente da “terceira guerra mundial” é a econômica, com o embargo tecnológico decretado em relação à URSS e que permaneceu em vigor na prática até sua derrocada. Mas seria errado superestimar o papel da economia neste episódio. Para nos darmos conta disto, basta-nos citar autores norte-americanos acima de qualquer suspeita. Paul Kennedy viu a Rússia caminhando no sentido de se transformar rapidamente “em uma superpotência econômica” nos anos 30 e realizar um “pequeno milagre econômico” entre 1945 e 1950. Nos anos imediatamente posteriores, a União Soviética cresceu “mais rapidamente que os Estados Unidos”: assim pelo menos afirmou Thurow, segundo o qual “o inesperado desaparecimento do comunismo” deve ser considerado “misterioso”, pelo menos no plano econômico. Se temos presente a queda da produção verificada depois de 1991 nos países ex-socialistas, nos damos conta definitivamente de que não pode ser a economia a chave da explicação da derrota do “socialismo real”.

Somos assim obrigados a fazer referência à terceira frente da “terceira guerra mundial”: a ideológica. A construção de um eficiente “Psychological Warfare Workshop” é uma das primeiras tarefas que se dão à CIA. Já em novembro de 1945, o embaixador norte-americano em Moscou, Harriman, defendeu a instalação de poderosas estações de rádio capazes de transmitir em todas as diversas línguas da União Soviética. Nos dias da revolta húngara de 1956, um papel importante foi desempenhado pela dezena de pequenas estações de rádio instaladas clandestinamente no país.

4. Uma teoria do comunismo completamente irrealista

Mas o enorme poder de multimídia dos EUA não constitui o aspecto principal. Nos anos 50 (que, como vimos, foram caracterizados por ritmos de desenvolvimento econômico bastante promissores na URSS), Kruschov proclamou como objetivo, simultaneamente, o comunismo e a superação dos EUA: naquele momento, o “socialismo real” estava ideologicamente na ofensiva, tanto que, no plano da história e da filosofia da história, o destino do capitalismo já parecia selado. Os anos e décadas sucessivos demonstraram o caráter irrealista de tal visão. Obrigada a redimensionar drasticamente as próprias ambições, a União Soviética se revelou incapaz de fazer um balanço da própria história e uma reanálise profunda da própria ideologia: seus dirigentes continuaram a repetir a certeza de estarem avançando rapidamente em direção à realização de um comunismo concebido no modo fantástico que freqüentemente caracteriza a definição a nós legada por Marx e Engels. Conforme a *Ideologia Alemã*, o comunismo produziria uma situação pela qual a qualquer indivíduo seria “possível fazer uma coisa hoje, amanhã outra, de manhã ir à caça, à tarde pescar, ao anoitecer recolher os animais, após o jantar criticar”, segundo sua vontade, “sem se tornar nem caçador, nem pescador, nem pastor, nem crítico”.

Se aceitarmos tal definição, segue-se que o comunismo pressupõe um desenvolvimento das forças produtivas prodigioso o bastante para eliminar os problemas e os conflitos relativos à distribuição da riqueza social e também os relativos ao trabalho e à mensuração e controle do trabalho, necessários à sua produção; assim configurado, o comunismo parece pressupor a superação, não só do Estado, mas da divisão do trabalho e, na realidade, do próprio trabalho; a eliminação, em última análise, de qualquer forma de poder e de obrigação. Décadas de rica experiência histórica deve-

riam ter estimulado um reexame global de tais temas e problemas: na realidade, não se foi muito além dos esforços de Lênin para reformular a teoria da revolução socialista e tomar consciência da duração e complexidade da transição; faltou um novo exame radical (absolutamente necessário) da teoria do socialismo e do comunismo, da sociedade pós-capitalista em seu conjunto.

Mas quanto mais a chegada do comunismo se dissolvia em um futuro cada vez mais remoto e improvável, tanto mais o “socialismo real” se mostrava desprovido de qualquer possível legitimação: uma *nomenklatura* que pouco a pouco se tornava cada vez mais autocrática, e cada vez mais podre e corrompida, não poderia certamente obter a legitimação universal do nosso tempo, aquela que se refere à democracia e à soberania popular. Por sua vez, as próprias realizações do “socialismo real” minavam os fundamentos de sua existência: o universo concentrador se tornava cada vez mais intolerável para uma sociedade civil que crescia graças à escolarização em massa e à difusão da cultura, aliadas à conquista de um mínimo de segurança social.

No momento em que se mostraram mais evidentes as dificuldades internas do “campo socialista”, os ritmos de desenvolvimento econômico sofreram uma diminuição e em crise sempre maior caía a tese de filosofia da história da crise inevitável (e iminente) do capitalismo; no momento em que se reduzia a base de consenso e que, com crescente inquietação, percebia-se o vulto do poderoso aparelho de repressão, ainda neste momento, os dirigentes soviéticos repetiam cada vez mais cansativamente suas jaculatórias para o advento do comunismo, concebido da maneira fantástica que mencionamos. E tais discursos influíam por sua vez em termos bastantes negativos sobre a economia: os atrasos e os desequilíbrios evidentes tornavam necessárias intervenções enérgicas para estimular a produtividade do trabalho; mas a solução do problema não era certamente facilitada pela vi-

são de que se avançava em direção a um comunismo sinônimo de ócio generalizado e pelo difuso clima ideológico que levava a se considerar “restauração do capitalismo” qualquer tentativa de racionalização do processo produtivo. Se um colapso se verificou na Europa Oriental, este foi mais ideológico do que econômico.

5. *“Sem teoria revolucionária, não há revolução”*

Mas não seria idealista uma explicação que dá ênfase à ideologia mais do que à economia? Ao enfrentar este problema, os marxistas fariam bem em não esquecer a ironia de Gramsci a propósito da “convicção barroca de que, quanto mais se recorre a objetos ‘materiais’, tanto mais se é ortodoxo”²⁵. Convém por outro lado refletir sobre uma célebre tese de Lênin: “Sem teoria revolucionária, não há revolução”. O partido bolchevique possuía certamente uma teoria para a conquista do poder; mas se por revolução se entende, além da derrubada da velha ordem, a construção do novo, os bolcheviques e o movimento comunista eram substancialmente destituídos de uma teoria revolucionária. Não pode certamente ser considerada uma teoria da sociedade pós-capitalista a construir, a expectativa escatológica de uma sociedade perfeitamente conciliada e sem contradições e conflitos de qualquer gênero. Devemos levar em conta esta grave lacuna. Para preenche-la, não serve o retorno nem a Marx nem a outros clássicos. Trata-se de uma tarefa nova, de extraordinária dificuldade, mas absolutamente imprescindível.

²⁵ Gramsci, 1975, p. 1.442.

VI. CHINA POPULAR E BALANÇO HISTÓRICO DO SOCIALISMO

1. Mao Tsé-tung e a revolução chinesa

NA CHINA, o PARTIDO comunista conquistou o poder na vaga de uma épica luta de libertação nacional: os projetos de profunda transformação social se entrelaçaram estreitamente com o objetivo da recuperação da dignidade da nação chinesa, protagonista de uma civilização milenar, mas, a partir da guerra do ópio, reduzida à condição semicolonial (e semifeudal). Como conduzir o imenso país asiático em direção, ao mesmo tempo, à modernidade e ao socialismo, superando a dilaceração e a humilhação nacionais impostas pelo imperialismo? E como consegui-lo nas difíceis condições da guerra fria e do embargo econômico, ou pelo menos tecnológico, decretado pelos países capitalistas desenvolvidos? Mao Tsé-tung acreditou que resolveria tais problemas apelando para uma incessante mobilização de massa: é esta a gênese primeira do “Grande salto à frente” e depois da “Revolução Cultural”. Enquanto se delineavam as dificuldades e o beco sem saída do modelo soviético, Mao lançou a palavra de ordem da “continuação da revolução sob a ditadura do proletariado”. Para garantir ao mesmo tempo o desenvolvimento econômico e o posterior avanço em direção ao socialismo, era preciso começar uma nova etapa da revolução, destinada a libertar a iniciativa das massas de qualquer empecilho burocrático, mesmo o do partido comunista e do Estado por ele dirigido.

Não há dúvida: o balanço disso tudo só pode ser considerado falimentar. No plano político, o processo de democratização, longe de conhecer o auspiciado desenvolvimento

impetuoso, sofreu uma temerosa diminuição ou retrocesso. Foram canceladas as regras do jogo e as garantias democráticas no âmbito do próprio partido comunista e, ainda mais, no interior da sociedade. Piorou claramente a relação entre os han^g e as minorias nacionais, tratadas, no curso da “Revolução Cultural”, como uma gigantesca Vendéia^h a ser reprimida ou catequizada por meio de uma pedagogia bastante insipiente, baseada num “iluminismo” intolerante e agressivo proveniente de Pequim e dos outros centros urbanos habitados pelos han. Eliminada a mediação do partido e do Estado, só permaneceu de pé a ligação direta entre chefe carismático e massas, mobilizadas e fanatizadas pelos meios de informação e controladas pelo exército (pronto a intervir em caso de necessidade). Foram os anos do triunfo, de fato, do bonapartismo.

A falência resultou evidente também no plano econômico e não apenas em virtude das dilacerações e dos confrontos incessantes provocados pela crise de todos os princípios de legitimação que não a fidelidade ao chefe carismático. Há um aspecto talvez ainda mais importante. O “Grande salto” e a “Revolução Cultural” não levaram em conta o processo de secularização: não se pode apelar permanente e eternamente à mobilização, à abnegação, ao espírito de renúncia e de sacrifício, ao heroísmo das massas. Este apelo pode constituir a exceção, não a regra. Poder-se-ia dizer com Brecht: “Benditos os povos que não têm necessidade de heróis”. Os heróis são necessários para a passagem do estado de exceção à normalidade e são heróis apenas enquanto garantem a passagem à normalidade; isto é, heróis apenas na medida em que são capazes de se tornarem eles próprios supérfluos. Seria um “comunismo” bastante estra-

^g Nacionalidade dominante na China.

^h Província rural ultra-monaquista e ultra-católica, a Vendéia foi a base da resistência reacionária à Revolução Francesa.

nho o que pressupõe uma continuação ao infinito, ou quase, do espírito de sacrifício e de renúncia. A normalidade deve ser gerida com critérios diferentes, mediante mecanismos e normas que permitam o gozo tão tranqüilo quanto possível do cotidiano: são necessárias regras do jogo e, no que diz respeito à economia, incentivos.

Nos últimos anos ou meses de sua vida, provavelmente o próprio Mao deve ter amadurecido uma certa consciência da necessidade de uma mudança de rota. Deng Xiaoping soube introduzir o novo curso, sem imitar o modelo kruschoviano de “desestalinização” sem, pois, demonizar quem anteriormente estivera no poder. Não apenas não foram negados a Mao os enormes avanços históricos conquistados na construção do partido comunista e na direção da luta revolucionária, mas os graves erros cometidos a partir do final dos anos 50 foram repostos em um contexto mais amplo, no quadro das experiências mais ou menos temerárias e até insensatas que acompanharam as tentativas de construção de uma sociedade nova, sem precedentes históricos. Não havia o próprio Mao, o melhor Mao, em 1937, no ensaio *Sobre a prática*, instado a não se perder de vista o fato fundamental de que, assim como “o desenvolvimento de um processo objetivo”, também “o desenvolvimento do movimento do conhecimento humano é pleno de contradições e de lutas?” É esta a chave para compreender as vicissitudes que caracterizaram a história dos partidos comunistas e das sociedades que reivindicavam o comunismo: trata-se de acentuar o caráter objetivamente contraditório do processo de conhecimento, não a “traição” ou “degeneração” desta ou daquela personalidade. Reduzindo tudo ao “culto da personalidade” e demonizando Stalin, Kruschov dele herdou os piores aspectos; recusando-se a proceder do mesmo modo com relação a Mao, Deng Xiapoing dele herdou os melhores aspectos.

O caminho escolhido pela nova direção chinesa evitou a perda de legitimidade do poder revolucionário; sobretu-

do, ao se recusar a responsabilizar por todas as dificuldades, incertezas e contradições objetivas uma única personalidade, transformando-a levianamente em um bode expiatório, tornou possível um real debate sobre as modalidades e características do processo de construção de uma sociedade socialista. Foi no curso de tal debate que se criticou e abandonou a orientação do “Grande salto” e da “Revolução Cultural”.

2. Uma NEP gigantesca e inédita

No plano econômico vimos assim surgir gradualmente o “socialismo de mercado”. A caracterizá-lo estão o emergir de um amplo os setor da economia privada e o esforço para tornar eficiente setores estatal e público da economia. A adesão à tecnologia, às experiências de organização industrial e de gestão empresarial amadurecidas no Ocidente, a adesão ao mercado mundial comporta custos: emergem na China “zonas econômicas especiais” francamente capitalistas. Por outro lado, qual seria a alternativa? Sobretudo depois da crise e da dissolução da URSS e do “campo socialista”, não é mais possível isolar-se do mercado mundial capitalista, salvo a condenar-se ao atraso e à impotência. Nas novas condições da economia e da política mundiais, o isolamento seria sinônimo de renúncia seja à modernidade, seja ao socialismo. Apesar de seu alto custo, o resultado do novo caminho salta aos olhos: um desenvolvimento das forças produtivas bastante acelerado, um milagre econômico de dimensões continentais, o acesso de centenas de milhões de chineses a direitos econômicos e sociais nunca antes gozados e, em consequência, o início de um processo de emancipação de enormes proporções.

No plano político, para combater os resíduos do antigo regime que sobreviveram à revolução e a arrogância dos novos burocratas fundida com a arrogância tradicional dos

mandarins, para promover assim o desenvolvimento da democracia, abandonou-se o caminho, caro ao último Mao, da “continuação da revolução sob a ditadura do proletariado”. Colocando em crise e deslegitimando as escassas normas e garantias existentes, este caminho, longe de eliminar, terminou por agravar o fenômeno do poder incontestável e do arbítrio dos chefes e chefetes de todo gênero. Para limitar e controlar esse poder, o governo utilizou as leis, um conjunto codificado de normas e garantias, um sistema legal antes desconhecido e agora em rumo de rápida expansão. Junto com a separação dos órgãos do partido dos órgãos do Estado, se desenvolve nas aldeias um sistema eleitoral baseado na escolha entre diversos candidatos. Estão em estudo ulteriores medidas de democratização, no âmbito de um processo que, como bem se sabe e como explicitamente declararam os dirigentes da China Popular, está bem longe de ter chegado à sua conclusão. No curso de sua história, o “socialismo real” tratou as liberdades “formais” de vazias e enganadoras; nesta mesma linha, paradoxalmente, se colocou a própria Revolução Cultural. Em nossos dias, ao contrário, os comunistas chineses consideram preciosas as liberdades “formais” garantidas pelas leis; só que, no atual estágio de desenvolvimento da República Popular Chinesa, consideram necessário dar ênfase aos direitos econômicos e sociais. Irrevogável é, assim, a escolha do caminho da modernização também política. Como no plano econômico, também no político não é concebível um socialismo que não faça um balanço e não saiba apropriar-se criativamente das experiências mais avançadas amadurecidas no Ocidente capitalista na onda das revoluções democrático-burguesas.

O regime social atualmente vigente na China se apresenta como uma espécie de gigantesca e prolongada NEP¹. É uma

¹ NEP, sigla pela qual é conhecida a Nova Política Econômica (Novaja Ekonomiceskaja Politika).

NEP tornada mais dificultosa em virtude da globalização e das relações de força mundiais, porém consciente da necessidade de dever, permanentemente, conjugar socialismo, democracia e mercado, superando uma visão simplista e grosseiramente homogênea da nova sociedade a ser construída.

3. Uma enorme aposta

Bastante superficial é a tese que, a propósito da China, fala de capitalismo restaurado. Não há dúvida: criou-se uma sólida burguesia, por hora sem possibilidade de concretizar politicamente sua força econômica. Compreende-se a difícil situação da direção chinesa: de um lado, tem de levar adiante o processo de democratização, elemento essencial seja da modernização socialista, seja da consolidação do poder (a investidura pela base é hoje o único princípio de legitimação); de outro, evitar que o mesmo necessário processo de democratização leve à conquista do poder por parte da burguesia. É este o objetivo tenazmente perseguido pelos Estados Unidos, decididos a solapar por todos os meios a hegemonia do Partido Comunista, de modo a impor a definitiva assimilação da China ao Ocidente capitalista e a concretizar o triunfo finalmente planetário do “século norte-americano”.

Infelizmente, o Governo dos EUA encontra apoio até à “esquerda”. Quando se escandaliza com a prioridade dada para a conquista de um mínimo de igualdade material em um país em desenvolvimento com um bilhão e duzentos milhões de habitantes, uma determinada esquerda mostra ter regredido às posições dos neoliberais, que olham com desprezo não apenas Marx, mas até um liberal como Rawls. Este exige, sim, o primado da liberdade sobre a igualdade, ou, com uma linguagem diferente, da liberdade negativa sobre a positiva, mas acrescenta que tal primado vale somente “acima de um nível mínimo de renda”.

E o capitalismo declarado das “zonas econômicas especiais”? Aqueles que se juntam à cruzada antichinesa em nome de Mao Tsé-tung fariam bem em refletir sobre um fato: cinco anos antes da conquista do poder, o grande dirigente revolucionário constatava, sem gritos de escândalo, a permanência no imenso país não só do capitalismo, mas também do “regime dos proprietários de escravos” (uma referência ao Tibete) e “dos proprietários feudais”. E no que diz respeito aos bolsões de miséria e de desemprego, em repugnante contraste com a opulência dos novos ricos, convém reler uma extraordinária página que Gramsci dedicou em 1926 à análise da URSS e de um fenômeno “jamais visto na história”: uma classe politicamente “dominante” encontra-se “em seu conjunto” (...) “em condições de vida inferiores às de determinados elementos e estratos da classe dominada e subordinada”. As massas populares que continuavam a sofrer uma vida de miséria ficaram desorientadas com o espetáculo do “*nepman*”¹ com capas de pele, tendo à sua disposição todos os bens da terra”; e, no entanto, isto não deve constituir motivo de escândalo ou repulsa, porque o proletariado, da mesma forma como não pode conquistar o poder, também não pode mantê-lo se não for capaz de sacrificar interesses particulares e imediatos aos “interesses gerais e permanentes da classe”²⁶.

Extremamente complexo é o processo de construção de uma sociedade socialista. Certamente, aquela à qual aspiram os comunistas chineses apresenta conteúdos e características vagas. Ainda uma vez, não é linear e fácil o processo de conhecimento da realidade objetiva e, com maior razão, da realidade objetiva de uma sociedade sem precedentes históricos. Dada também a debilidade teórica do marxismo, seria tolice superestimar, em época de globalização, a grávi-

¹ Nepman é o termo pejorativo, para os comunistas, que designa os novos-ricos que prosperaram durante a NEP.

²⁶ Gramsci, 1971, pp. 129-130.

dade dos riscos de assimilação que a China corre; mas seria dar prova de cegueira política considerar como certa tal assimilação e, ainda pior, contribuir para promovê-la, juntando-se à campanha antichinesa liderada pelos EUA. Enorme é a aposta em jogo. Entre dificuldades e contradições de todos os gêneros, está se perfilando a realidade de um país continental que sai do subdesenvolvimento e emerge decidido a manter a independência política e a conseguir a autonomia tecnológica para avançar em direção a uma modernidade socialista. O êxito desta tentativa modificará de modo drástico o equilíbrio planetário e o mundo enquanto tal.

VII. MARXISMO OU ANARQUISMO?

Repensar até o fundo a teoria e a prática comunista

1. Materialismo ou idealismo?

A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA INICIADA com a Revolução de Outubro estimulou, na esquerda, algumas avaliações que podem ser consideradas modelos negativos. Não poucas vezes, responsabiliza-se apenas Stalin pela degeneração e derrota da URSS e do “campo socialista”. É uma atitude que parece traduzir-se em uma espécie de suspiro: Ah! Se Lênin tivesse vivido um pouco mais! Que horrível desgraça não ter sido substituído por Trotski ou mesmo Bukhárin! Que pecado o grupo dirigente bolchevique não ter sabido ou querido seguir o caminho indicado por Marx, o “autêntico”, claro, lembrado toda hora por um ou outro dos inflexíveis juízes da história do “socialismo real”. Se por acaso um desses (por exemplo, Rossanda^k) tivesse gerido o poder no lugar de Stalin, em vez da restauração da Duma e da bandeira czarista em Moscou, teríamos assistido ao triunfo dos soviets e da bandeira vermelha em Nova Iorque! Se tais avaliações fossem corretas, não a Marx seria preciso voltar, mas pelo menos a Platão e ao seu idealismo. É difícil, com efeito, imaginar uma liquidação mais radical do materialismo histórico. Nenhuma atenção é dada aos dados objetivos: a situação da Rússia e seu contexto histórico; as lutas de classe internas e internacionais, as relações de força nos planos econômico, político e militar etc. Tudo é atribuído à rudeza, à brutalidade, à vontade de poder, à paranóia, em suma, ao caráter de um único

^k Rossana Rossanda, dirigente da corrente reunida em torno do periódico *Il Manifesto*.

personagem. Bela ironia: esse tipo de explicação reproduz, agigantando-o, o erro fundamental do stalinismo, o esquecimento das contradições objetivas, com o conseqüente recurso, desenvolto e leviano, à categoria de “traição”: agora, para explicar não um determinado acontecimento, mas quase setenta anos de história, recorre-se a uma única, ininterrupta “traição” aos ideais do comunismo cometida por Stalin, condenado ao pelotão de fuzilamento dos historiadores, ou melhor, dos jornalistas e ideólogos.

Este tipo de explicação se torna em certos casos uma verdadeira filosofia da história: nos anos em torno de 1968, era bastante difundido um livro que, já no título (*Proletários sem revolução*), fornecia a chave para a leitura da história universal: sempre animadas pelos mais nobres sentimentos revolucionários, as massas acabavam sempre abandonadas ou traídas pelos dirigentes e burocratas. Também aqui há um paradoxo; o que pretendia ser um discurso de acusação contra dirigentes e burocratas, se transformou na realidade em um requisitório contra as massas: elas se revelam incuravelmente simplórias, sempre incapazes de compreender, nos momentos decisivos, seus reais interesses, sempre inclinadas a entregar seu destino às mãos de aventureiros. E de novo emerge o idealismo mais exaltado: é a mentira ou a traição desses aventureiros que explicam toda a história universal.

Este tipo de explicação se apresenta outras vezes com uma ligeira variação. Contrapõe-se a vivacidade, riqueza e beleza iniciais dos debates nos soviets à monotonia do aparelho burocrático e autocrático que em seguida se impõe: e mais uma vez desencadeia-se a caça ao traidor, ao coveiro e assassino dos soviets. Aos que assim argumentam, ou suspiram, escapa o fato de que a passagem da poesia à prosa caracteriza toda revolução e virada histórica. A Reforma protestante desafiou o papado e o poder existente lançando a palavra de ordem do sacerdócio universal: o entusiasmo inicial não pôde sobreviver ao aparecimento das dificuldades e

contradições objetivas e à explosão dos terríveis conflitos que as seguem. A mudança só se consolida sobre uma base mais limitada, mas que não deixa de ser real. Considerações análogas podem ser feitas a propósito da França surgida das revoluções de 1789 e 1848.

É absurdo querer comparar o momento mágico do coro uníssono no curso da luta contra o velho regime a ser abatido com a fase sucessiva, prosaica e difícil, do novo que é preciso construir entre dificuldades e contradições de todo gênero, inclusive as derivadas da inexperiência. Seria como condenar um casamento ou uma união, mesmo bem-sucedida, em nome do momento único e irrepetível do enamoramento inicial! No curso do processo de desenvolvimento das revoluções, o entusiasmo inicial da participação parece suspender por algum tempo a divisão do trabalho e as incumbências da vida quotidiana, que acabam, no entanto, reaparecendo: assim, apenas por essa razão, inevitável se torna uma limitação da base social ativamente empenhada, e inevitável resulta um certo grau de profissionalização da vida política. A mesma dialética caracterizou o processo de desenvolvimento das instituições nascidas da Reforma protestante, dos clubes da revolução francesa, dos soviets russos, das seções do PCI abertas ou reabertas com a Resistência, das assembléias estudantis que se impuseram na onda de 1968: o "sacerdócio universal" não pode ser eterno; ele cede terreno a alguma coisa de mais limitado e de mais prosaico que, porém, em caso de vitória da revolução ou do movimento, não significa a volta ao passado. No que diz respeito à URSS, o problema real não é constituído pelo desaparecimento da beleza inicial dos soviets, mas pela volta da Duma e dos poderes econômicos e políticos dos muito ricos.

2. *"Ditadura do proletariado" e "extinção do Estado"*

Para limpar do terreno as pseudo-explicações idealistas, é preciso substituir a categoria traição (que desempenha na realidade um papel bastante subordinado) pela de aprendizagem. Pode-se considerar uma revolução estavelmente vitoriosa apenas quando a classe dela protagonista consegue encontrar de modo duradouro a forma política de sua dominação. Isto se conquista entre conflitos e contradições, tentativas e erros, no curso de um longo e complexo processo de aprendizagem. Um processo de aprendizagem que vai de 1789 a 1871 para a burguesia francesa, que – sublinha Gramsci – só depois desta data, concretizando a república parlamentar com base no sufrágio universal (masculino), encontra a forma política de sua dominação. Esta se torna duradoura, em uma sociedade moderna, com a condição de que se saiba combinar hegemonia e coerção e de que a coerção e a ditadura se façam presentes apenas em momentos de crise aguda.

Por que algo análogo não se verificou depois do Outubro bolchevique? Para explicar a fossilização "totalitária" do regime soviético, freqüentemente se faz referência à teoria da ditadura do proletariado. Essa avaliação é bastante superficial. Embeleza, porém, objetivamente a tradição liberal ou simplesmente não marxista, como se intrinsecamente a reivindicação de liberdade excluísse a teorização de uma ditadura para a transição ou para situações de crise aguda. Na realidade, todos os clássicos do liberalismo (Locke, Montesquieu, Hamilton, Mill etc.) previram explicitamente a suspensão das garantias constitucionais e o recurso à ditadura aberta para enfrentar um estado de excessão. No que diz respeito à Itália, particularmente interessante pode ser o exemplo de Mazzini¹, o qual teoriza "um Poder ditatorial,

¹ Um dos grandes personagens do "Ressurgimento" nacional italiano do século XIX.

fortemente centralizado”, que procede à “suspensão” da Carta dos Direitos, e que só exaure seu objetivo com a obtenção da independência e a vitória final da revolução nacional. O que para Mazzini é a revolução nacional, para Marx, Lênin (ou Stalin) é a revolução social. O problema que concerne à URSS pode ser assim reformulado: por que nunca se saiu da transição e do estado de exceção?

Obviamente, não se deve perder de vista o cerco imperialista. Mas ao dado objetivo se entrelaça um relevante limite subjetivo na formação política e cultural dos dirigentes bolcheviques. Como em Marx e Engels, também entre eles o problema da democracia aflora, algumas vezes com força, mas é esquecido imediatamente. E isto porque, com base na teoria, ou na fé que professam, com a superação dos antagonismos de classe e das classes sociais, o Estado está destinado a extinguir-se e, em consequência, a democracia, ela própria uma forma de Estado.

Em apoio à tese, ou à ilusão, de Marx e Engels, há um dramático balanço histórico. Na França, a Primeira República, nascida sobre o vagalhão da revolução de 1789, se transformou na ditadura, e depois no império de Napoleão I; a Segunda República, originada da revolução de 1848, cedeu o posto à ditadura bonapartista de Napoleão III. Quanto à Inglaterra, em situações de crise a classe dominante determina tranqüilamente a suspensão do *habeas corpus* e das garantias constitucionais e submete a uma espécie de estado de sítio permanente a Irlanda, que resiste ao domínio imperial britânico. Assim, ao ocorrer, ou ante o risco de uma situação de crise, o Estado liberal e democrático não tem dificuldade em transformar-se em uma ditadura aberta e mesmo terrorista. Com mais razão se impõe esta conclusão para Lênin. Com a deflagração da I Guerra Mundial, o dirigente bolchevista vê até os Estados com a mais consolidada tradição liberal procederem a uma arregimentação total da população e se transformarem em Molochs sanguinários,

recorrendo à lei marcial, aos pelotões de execução e às vezes à prática da dizimação, para impor o sacrifício em massa de seus cidadãos no altar da vontade de poder e do domínio imperialista.

Apesar de compreensível em sua gênese histórica e psicológica, a tese da extinção do Estado parece desembocar na visão escatológica de uma sociedade destituída de conflitos e, conseqüentemente, sem necessidade de normas jurídicas capazes de limitá-los e regulamentá-los. Marx e Engels parecem, em determinados momentos, dar-se conta do caráter abstratamente utópico de sua palavra de ordem. Com significativa oscilação, ora falam de abolição ou extinção do Estado enquanto tal, ora do “Estado no atual sentido político” ou do “poder político propriamente dito”. Por outro lado, segundo sua própria análise, além de ser um instrumento de domínio de classe, o Estado é também uma forma de “garantia recíproca”, de “segurança recíproca” entre os indivíduos da classe dominante. Não se entende então por que, depois do desaparecimento das classes e da luta de classe, se tornaria supérflua a “garantia” ou a “segurança” a ser proporcionada aos membros de uma comunidade unificada.

De qualquer modo, a expectativa do desaparecimento de todos os conflitos e da extinção do Estado e do poder político, enquanto tal, torna impossível a solução do problema da transformação em sentido democrático do Estado nascido da revolução socialista; essa expectativa favorece o emergir ou a permanência de uma atitude composta de um “subversivismo” banal e inconseqüente, incapaz de concretizar e dar estabilidade à emancipação das classes subalternas. Após a Revolução de Outubro, vimos expoentes socialistas revolucionários proclamarem que “a idéia de Constituição é uma idéia burguesa”: sobre tal base, não apenas é fácil justificar qualquer medida terrorista para enfrentar a emergência, mas, sobretudo, resulta bastante problemática ou impossível a passagem a uma normalidade constitucional,

por antecipação considerada “burguesa”. Conclusão: o estado de exceção relança a utopia e esta fortalece ulteriormente o estado de exceção.

3. Política e economia

De modo geral, podemos dizer que, em Marx e Engels, depois de desempenhar um papel fundamental na conquista do poder, a política parece dissolver-se junto com o Estado e o poder político. Tanto mais que, além das classes, do Estado e do poder político, desaparecem também a divisão do trabalho, as nações, as religiões, o mercado, qualquer possível forma de conflito.

Esta visão messiânica, que remete em última análise ao anarquismo, desempenhou um papel nefasto também no plano econômico. Uma sociedade socialista não pode ser pensada sem um setor mais ou menos amplo de serviços e de economia estatal (ou pública, ou socializada, ou controlada pelo Estado), cujo funcionamento se torna decisivo. A solução de tal problema remete à mitologia anárquica do surgimento do “homem novo”, que se identifica espontaneamente com a coletividade, sem que nunca surjam contradições e conflitos entre privado e público, ou entre um indivíduo e outro, ou entre um grupo social e outro (trata-se claramente da secularização do motivo religioso da “graça”, que torna supérflua a lei): ou então a solução pode ser dada por um sistema de regras, de incentivos (materiais e morais) e de controles que assegurem a transparência, a eficiência e a produtividade do setor, assim como a competência profissional e a probidade de seus quadros. Mas isto se torna difícil, se não impossível, ante uma fenomenologia do poder (anárquica) que focaliza o domínio e a repressão exclusivamente no Estado, no poder central, na norma geral. Criou-se assim uma reversão da dialética da sociedade capi-

talista, como descrita por Marx: no “socialismo real”, à anarquia inventiva correspondeu o terror sobre a sociedade civil, um terror que se tornou cada vez mais intolerável quando desapareceram as razões para o estado de exceção e se tornou cada vez menos crível uma filosofia da história que prometia o advento do comunismo com o desaparecimento do Estado, das identidades nacionais, do mercado etc.

4. O comunismo fora da abstrata utopia anárquica

Inexiste até hoje uma teoria do conflito em uma sociedade e em um campo socialista; por isto, paradoxalmente, a crise mais grave do movimento comunista começa com o triunfo, com a grande extensão do socialismo após a Segunda Guerra Mundial. À visão anárquica e messiânica convém contrapor a definição de comunismo como “movimento real”. Não se trata de retomar a fórmula (“o movimento é tudo, o fim é nada”) cara a Bernstein, que se recusava a colocar em discussão o essencial, isto é, o poder político da burguesia e a arrogância imperialista das grandes potências (é notória a benevolência com a qual o dirigente social-democrata alemão olhava para a missão “civilizadora” do colonialismo). O fim que Bernstein queria cancelar (eternizando assim as relações político-sociais existentes nacional e internacionalmente), na realidade subsiste: trata-se de construir uma sociedade pós-capitalista e pós-imperialista, uma sociedade que não pode e não deve mais ser imaginada com as cores de uma utopia tola e acrítica. Distanciar-se dessa utopia é entender o significado fundamental da definição marxista do comunismo como “movimento real”.

Pode-se compreender muito bem as perplexidades suscitadas pelo projeto aqui delineado de redefinição do comunismo. Polemizando contra minha crítica à tese da extinção

do Estado, parece-me que os companheiros Luigi Cortesi^m e Walter Peruzziⁿ, mais do que apresentarem argumentos capazes de tornarem plausível a idéia de uma sociedade sem conflitos e normas jurídicas, expressaram seu desapontamento pelo fato de surgir em minhas páginas uma visão não suficientemente entusiasmada da sociedade pós-capitalista. Algum companheiro poderia ir além e perguntar-se: ainda vale a pena lutar por um futuro que não significa o fim dos conflitos e das contradições? É um pouco a posição religiosa daqueles para os quais, sem a sobrevivência no paraíso, a vida terrena não tem sentido.

Em contraste com esta tendência, em última análise anárquica e religiosa, está a lição de Gramsci, que teve o enorme mérito histórico de começar a pensar em um incisivo, radical projeto de emancipação que não pretende, porém, ser o fim da história. Trata-se de traçar uma clara linha de demarcação entre marxismo e anarquismo, despedindo-se finalmente das utopias abstratas, mas explicando ao mesmo tempo as razões históricas de seu surgimento. Podemos aqui citar Engels que, ao fazer um balanço das revoluções inglesa e francesa, observou: "Para que pudesse assegurar pelo menos as conquistas da burguesia que estavam maduras e prontas para serem colhidas, era necessário que a revolução ultrapassasse seu objetivo [...] Parece que esta é uma das leis da evolução da sociedade burguesa". Não há motivo para subtrair à metodologia materialista elaborada por Marx e Engels o movimento histórico real e a revolução que neles se inspiraram.

^m Diretor da revista *Giano. Pace ambiente problemi globali*.

ⁿ Diretor da revista *Guerra e pace*.

VIII. ALÉM DO CAPITALISMO

O século XX e o projeto comunista

1. Como superar o atraso em relação ao Ocidente capitalista

PRECISAMOS CONTINUAR A NOS inspirar no materialismo histórico também na análise das outras revoluções que, a partir do Outubro bolchevique, mudaram a face do mundo. Não se trata de uma experiência já terminada e relegada ao passado. Que nos perdoem os anticomunistas de profissão e os comunistas ou ex-comunistas autofóbicos, ainda existem partidos e países importantes empenhados no projeto de construção de uma sociedade que vá além do capitalismo. Entre outros, declara caminhar nesta direção um partido que dirige um país habitado por mais de um quinto da humanidade. Para onde vai a China? Não há dúvida de que o país superou o período mais trágico de sua história, o iniciado com a guerra do ópio, seguido pelas sucessivas amputações e desmembramentos territoriais impostos pelo imperialismo. Graças à revolução e à edificação dirigidas pelo partido comunista, o imenso país asiático não apenas obteve extraordinários resultados no desenvolvimento econômico e social, mas pôde recuperar sua dignidade nacional. Símbolo da arrogância e da infâmia dos “civilizadores” ocidentais pode ser considerado o cartaz colocado, em 1885, na entrada da concessão francesa em Xangai: “Entrada proibida a chineses e cães”. Apesar da tenaz e permanente ameaça do imperialismo, um país de antiqüíssima civilização reencontra sua força e a sua identidade graças a uma grande revolução, que constitui um dos capítulos mais fascinantes da história do movimento comunista. Porém, permanece a pergunta: na construção de qual futuro está empenhado o país habitado por um quinto da população mundial?

Um problema fundamental atravessa a história do movimento comunista. A revolução não se verificou nos países com alto grau de desenvolvimento capitalista, que Marx esperava que passassem ao socialismo. E agora, o que fazer? Descartada a “solução” social-democrata da garantia permanente ou da custódia do poder político à burguesia, ou, pior ainda, a classes dominantes do tipo semifeudal e semicolonial, a lacuna deixada pela ausência da revolução no Ocidente pode ser enfrentada, e foi historicamente enfrentada, de três modos diversos.

Os dois primeiros são suficientemente conhecidos. Pode-se utilizar o país no qual os comunistas conquistaram o poder em primeiro lugar como base para estender a revolução e levá-la principalmente aos pontos altos do desenvolvimento capitalista; ou, levando em conta as desfavoráveis relações de força internacionais, o objetivo principal pode ser a construção, no país do socialismo, do novo sistema social chamado a substituir o capitalismo.

Mas há um outro modo de enfrentar a lacuna. A seu tempo enunciado pelo primeiro presidente da República Popular da China, Liu Shao-Chi, segundo o qual, após a vitória da revolução, o objetivo principal do novo poder popular consistia no desenvolvimento das forças produtivas atrasadas. Alvo principal da “Revolução Cultural”, esta teoria das forças produtivas, como Mao define com desprezo, terminou por triunfar no imenso país asiático a partir da terceira sessão plenária do XI Comitê Central de 1979, com a volta ao poder de Deng Xiaoping. Houve uma mudança de posição com relação à “Revolução Cultural”: a passagem da tese da “luta de classe como ponto principal” à tese do “desenvolvimento econômico como objetivo principal”. Exprime-se assim o atual líder Jiang Zemin, que se opôs à antiga linha durante o XV Congresso do PCC de 1997:

“O objetivo fundamental do socialismo é o desenvolvimento das forças produtivas. No estágio inicial, é necessário concentrarmo-nos, com absoluta prioridade, neste desenvolvimento. São diversas as contradições na economia, na política, na cultura, nas atividades sociais e em outros setores da vida da China e, por causa de fatores internos e externos, as contradições de classe, de uma certa dimensão, continuarão a existir por um longo período. Mas a principal contradição da sociedade é aquela entre as crescentes necessidades materiais e culturais do povo e o atraso da produção. A contradição principal continuará a ser esta durante a fase inicial do processo de construção do socialismo na China e em todas as atividades da sociedade. Disso deriva que somos chamados a fazer do desenvolvimento econômico o objetivo central de todo o partido e de todo o país e a assegurar que qualquer outra atividade seja subordinada e sirva a este objetivo. Apenas dando ênfase a esta contradição principal e ao nosso objetivo central, poderemos lucidamente investigar e controlar todas as contradições sociais e encontrar realmente sua solução. Desenvolvimento é o princípio absoluto. A chave para a solução de todos os problemas da China reside em nosso desenvolvimento”²⁷.

Isto é, a lacuna derivada do fato de a revolução não ter se dado nos países capitalistas mais avançados pode ser resolvida elevando-se progressivamente ao nível deles o desenvolvimento das forças produtivas do país mais ou menos atrasado no qual os comunistas conquistaram o poder. Segundo o *Manifesto do Partido Comunista*, uma vez obtida a vitória, “o proletariado se servirá de seu poder político para se apossar gradativamente de todo o capital da burguesia, para concentrar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar, com a maior rapidez possível, a

²⁷ Jiang Zemin, 1997, pp. 15 e 17.

massa das forças produtivas". Marx, que tem como referência o ápice do desenvolvimento capitalista, não vê nenhuma contradição entre esses dois objetivos. Mas, com o avanço do processo de "globalização", com a hegemonia dos EUA e do Ocidente, esta contradição se manifesta com clareza: um país em desenvolvimento que, hoje, realizasse uma nacionalização radical dos meios de produção, que se fechasse hermeticamente ao mercado capitalista, ficaria sem acesso à tecnologia mais avançada e certamente não teria como resolver o problema do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, dadas tais condições, se tornam inevitáveis concessões mais ou menos amplas ao mundo do qual se pretende importar tecnologia e alguns elementos essenciais ao processo de modernização.

Se a última opção remete a Liu Shao-chi e a Deng Xiaoping, e a Trotski remete aquela que prioriza a "exportação da revolução" sobretudo aos países capitalistas avançados, a Stalin e aos outros dirigentes dos partidos comunistas que chegaram ao poder, remete a opção que insiste na construção do socialismo (e do comunismo), por enquanto, em um só país ou em um "campo" mais ou menos amplo.

Tal tripartição não deve ser vista de modo mecânico. Em primeiro lugar, devem-se ter presentes as oscilações. É o caso, por exemplo, de Lênin. Pelo menos na primeiríssima fase, defende sobretudo a difusão da revolução no Ocidente; mas isso não o impede, depois de algum tempo, de empenhar-se na realização da almejada nova ordem social. Veja-se o chamado "comunismo de guerra". Escrevendo em outubro de 1921, Lênin faz uma autocritica parcial. Reconhece que naquela experiência não agiram exclusivamente os "urgentes problemas de caráter militar", mas também "o erro de querer passar diretamente à produção e à distribuição sob bases comunistas. Decidimos que os camponeses forneceriam o pão necessário através do sistema de confisco, e nós, por nossa vez, o distribuiríamos aos estabelecimentos e às fábricas, obtendo assim uma produção e uma

distribuição de caráter comunista”. Abandonando essa linha política, o dirigente soviético indica em um “enorme desenvolvimento das forças produtivas” a condição preliminar para a introdução do socialismo e, mais ainda, do comunismo. A precipitação da qual deu prova ao querer avançar em direção à almejada nova ordem social, “obstaculizou o progresso das forças produtivas” e com isso o avanço da causa do comunismo²⁸. Rompendo com a experiência anterior, a NEP, que leva em conta até o capital externo, implica um compromisso com as forças capitalistas seja no plano interno, seja no internacional; nesse sentido, ela parece antecipar, em escala mais reduzida e com mais clara visão do fim a perseguir, a política dos atuais dirigentes chineses.

Por outro lado, mesmo tendo em mira a revolução no Ocidente, Trotski pressiona a favor da coletivização da agricultura e pelo desenvolvimento de relações socialistas na Rússia soviética, protestando contra o perigo capitalista representado pela NEP. A escolha a favor da construção do socialismo mesmo em um só país não impede Stalin, quando se dão as condições favoráveis, de promover a criação de um “campo socialista” mediante a exportação da revolução. Na fase final do segundo conflito mundial, caracterizada pelo impetuoso avanço do Exército Vermelho, ele esclarece assim sua posição: “Esta guerra é diferente de todas as do passado; quem ocupa um território lhe impõe também seu sistema social. Cada um impõe seu sistema social, até onde chega seu exército; não poderia ser diferente”²⁹.

As três opções sobre as quais falei, devem ser entendidas principalmente no sentido ideal típico: na situação concreta e em uma única personalidade elas também podem coexistir, embora no âmbito de uma escala de prioridade diferente em cada caso.

²⁸ Cf. Catone, 1997, pp. 191 e 210-211.

²⁹ Em Gilas, 1978, p. 121.

2. Revolução social e revolução política

Partilhada é, pois, a convicção de que, no país em que se conquistou o poder político, é necessário mover-se em direção à construção de novas relações político-sociais. No plano econômico, trata-se de aceitar o apelo feito pelo *Manifesto* de arrancar da burguesia ou das outras classes dominantes o controle dos meios de produção. A discussão se dá sobre a amplitude e sobre o prazo de construção do setor público e estatal da economia; mas, por todo um período histórico, os comunistas no poder, nos diversos países, concordaram unanimemente em que o objetivo principal consistia em promover a nacionalização dos mais importantes meios de produção. Por outro lado, mesmo na China de hoje, um setor público e estatal da economia é considerado essencial, e atribui-se a ele um papel proeminente.

Isto no plano mais propriamente econômico. Mas o que significa desenvolver relações políticas pós-capitalistas? Neste caso, as indicações de Marx resultam bem menos unívocas. Vejamos as críticas dos escritos juvenis e do *Manifesto* ao sistema representativo moderno. Ele é caracterizado por um dualismo pelo qual os indivíduos são livres e iguais “no céu de seu mundo político”, enquanto continuam a subsistir falta de liberdade e desigualdade “na existência terrena da sociedade”; fora e além da “vida extraterrena”, da “etérea região” da esfera política, surgem “condições sociais e políticas” que degradam os trabalhadores assalariados à condição de “mercadoria” e, na fábrica, os submetem ao “despotismo” patronal³⁰.

Mais do que eliminar, este tipo de crítica parece destinado a ampliar a representação até a conquista do lugar onde o capitalista exerce um poder absoluto. Diverso é o balanço feito depois da Comuna de Paris: a democracia bur-

³⁰ Losurdo, 1999.

guesa se limita a dar ao eleitorado a possibilidade de “decidir a cada três ou seis anos qual membro da classe dominante” deve representá-lo, isto é, mais propriamente “deve exprimir e oprimir (*ver –und zertreten*) o povo no Parlamento”. Criticada e refutada parece ser aqui a idéia de representação enquanto tal. Aproximamo-nos de Bakunin: para o dirigente anarquista, a idéia de representação faz pensar em Saturno, que “representava os próprios filhos na medida em que os devorava”.

Mas como se comportam os comunistas no poder? O que há de justo na crítica marxista aos organismos representativos é que esses são como a ilusória esfera celeste com relação à terra, representada pela sociedade civil e pelos locais de produção. Constituindo-se também nos locais de produção, os soviets se propunham a superar o abismo burguês entre esfera celeste política e realidade material. *Estado e revolução* faz uma áspera denúncia aos regimes representativos liberais ou liberal-democráticos. Quando a I Guerra Mundial recrudescia, esses regimes efetivamente funcionavam no modo descrito por Bakunin: tranqüilamente imolando milhões de “representantes” em um gigantesco rito sacrificial. Porém, até em *Estado e revolução* podemos ler a tese segundo a qual até a democracia mais desenvolvida não pode prescindir de “instituições representativas”. Mas, por outro lado, dizer democracia significa dizer Estado, significa remeter a uma realidade destinada a definhar. O mito da extinção do Estado continua a alimentar a desconfiança em relação à idéia de representação exatamente no exato momento em que os dirigentes da Rússia soviética multiplicavam os organismos representativos (como indubitavelmente eram os soviets), não fugindo nem mesmo de uma representação de segundo grau³¹.

³¹ Losurdo, 1993 b, pp. 310-312.

Há uma contradição fundamental entre teoria e prática. Enquanto a teoria aspira à liquidação da representação, à democracia direta, em última análise, à extinção do Estado, a prática caminha em direção ao desenvolvimento da representação, incluindo fábricas, bairros etc. Esta contradição se manifesta com força ainda maior no âmbito do partido comunista, pelo menos em seus melhores momentos, formado e estruturado com base em uma representação no mais alto grau. Quando essa complexa articulação se dissolve para dar lugar ao contato direto entre base e líder carismático, não se trata certamente de um momento feliz: é a irrupção do bonapartismo, que se manifesta com particular evidência na “Revolução Cultural” chinesa.

3. Revolução de baixo e revolução pelo alto

A contradição com a teoria, toda permeada pela invocação de uma iniciativa de baixo, e apenas de baixo, se acentua posteriormente quando os partidos comunistas no poder se empenham em resolver o segundo dos dois objetivos indicados pelo *Manifesto*: o do desenvolvimento das forças produtivas. É a passagem à revolução pelo alto. Quando se fala aqui de revolução pelo alto, isto não deve ser entendido no sentido óbvio da nova situação criada com a conquista do poder. Empenhar-se no desenvolvimento das forças produtivas significa também procurar incentivos materiais para os quadros técnicos, científicos, administrativos, fazer concessões à burguesia interna e internacional, de modo a assegurar a contribuição de seu capital e de sua tecnologia.

Neste sentido, o processo revolucionário não terminou: ele agora mira ao desenvolvimento das forças produtivas, um objetivo que, nas condições do cerco capitalista, pode entrar objetivamente em contradição com o objetivo da nacionalização e socialização dos meios de produção. Não se

equivocaram, os atuais dirigentes chineses, ao falarem da “modernização socialista” como de “uma nova revolução iniciada pela segunda geração de direção coletiva com Deng Xiaoping à frente”³². Mas é necessário precisar que se trata de uma revolução pelo alto, que comporta o perigo de um distanciamento cada vez mais grave entre dirigentes e base.

4. O processo de autonomia das camadas ideológicas e políticas

Quanto mais a ênfase se desloca da revolução de baixo para a revolução pelo alto, tanto mais difícil e complexa se torna a leitura da experiência histórica iniciada com a Revolução de Outubro: que classe exerce o poder nos países que se consideravam e que ainda se consideram socialistas? Para responder a esta pergunta, é preciso preliminarmente livrar-se da interpretação mecanicista da teoria marxista sobre a relação entre economia e política, entre classes sociais e aparato de governo e estatal. Depois de ter chamado a atenção para a divisão do trabalho, no interior da burguesia, entre setores diretamente empenhados na atividade econômica e “camadas ideológicas”, Marx, em *A ideologia alemã*, sublinha que, em determinadas circunstâncias, esta divisão pode se tornar uma “cisão”, e uma cisão que se amplia “até criar entre as duas partes uma certa oposição e uma certa hostilidade”. É o que se verifica na França com a radicalização jacobina da revolução. Apenas através de um processo complexo e contraditório, a burguesia consegue absorver “todas as camadas mais ou menos ideológicas”³³. Assim, quem exerce o poder nos anos de Robespierre e do terror jacobino não é propriamente uma classe social, mas uma camada ideológi-

³² Jiang Zemin, 1997, p. 11.

³³ Marx-Engels, 1955, vol. III, pp. 47-53.

ca e política que, por causa de uma série de circunstâncias (o estado de exceção provocado pela invasão das potências contra-revolucionárias e pela guerra civil), de algum modo consegue autonomia com relação à classe social da qual é proveniente.

É um fenômeno que pode verificar-se, e que se verifica, também em outros países. Significativa é a análise de Marx sobre o período que precede, na Prússia, a deflagração da revolução de 48:

“A burguesia, ainda muito débil para tomar medidas concretas, se viu obrigada a levar consigo o exército teórico guiado pelos discípulos de Hegel contra a religião, as idéias e a política do velho mundo. Em nenhum período anterior, a crítica filosófica foi tão audaz, tão poderosa e tão popular como nos primeiros oito anos do domínio de Frederico Guilherme IV [...] A filosofia devia seu poder, durante aquele período, exclusivamente à debilidade prática da burguesia; dado que os bourgeois não estavam em condições de tomar de assalto na realidade as instituições envelhecidas, tiveram de deixar a direção (*Vorrang*) aos audazes idealistas que lutavam no terreno do pensamento”³⁴.

Novamente, a situação de crise aguda imprime às camadas ideológicas e políticas uma tendência, mais ou menos acentuada, à autonomia. Uma dialética análoga se manifesta, com modalidade e significado diverso, também por ocasião de uma contra-revolução. Da Alemanha passemos à França, sempre em 48. Segundo a análise de Marx, o aparato militar desenvolvido pela burguesia com objetivo antioperário termina por devorar a sociedade em seu con-

³⁴ Marx-Engels, 1955, vol. XII, p. 684.

junto e a própria classe dominante: com a repressão da revolta operária de junho, o general Cavaignac (caro à burguesia liberal) exerce “a ditadura da burguesia mediante a espada”, que termina por transformar-se na “ditadura da espada sobre a sociedade civil” e até sobre a própria burguesia³⁵.

Dada essa complexidade da relação entre economia e política, se compreende o desprezo com o qual Engels se exprime a propósito de um ensaio de Kautsky sobre a revolução francesa. Ao criticar as “expressões imprecisas e os misteriosos acenos aos novos modos de produção”, ele faz ao autor esta significativa recomendação: “Eu falaria menos do novo modo de produção. Este está sempre separado por uma distância abissal dos fatos sobre os quais você fala, e assim, privado como é de mediação, torna a coisa não mais clara, mas muito mais obscura”³⁶.

Aprendendo essa lição, podemos agora tentar responder à pergunta que nos colocamos. Quem exerceu o poder na URSS de Stalin e de seus sucessores e quem o exerce na China dos nossos dias? Remeter à “burguesia” ou à “burguesia monopolista de Estado” significa dar prova daquele determinismo economicista do qual Engels zomba. Na realidade, é preciso fazer intervir, também neste caso, o processo de autonomia das camadas ideológicas e políticas que tende a verificar-se em situações de crise aguda e, mais ainda, com o surgimento de um estado de exceção mais ou menos permanente. *Mutatis mutandis*, podemos repetir, no que diz respeito a Stalin, o que Marx escreveu a propósito de Luiz Napoleão: “[...] a ditadura do proletariado mediante a espada” se transforma na “ditadura da espada sobre a sociedade civil” e sobre o próprio proletariado. Todavia, mesmo débil

³⁵ Marx-Engels, 1955, vol., VII, p. 40 (*Die Klassenkämpfe in Frankreich von 1848 bis 1850*).

³⁶ Marx-Engels, 1955, vol. XXXVII, p. 155 (Carta de Engels a K. Kautsky de 20 de fevereiro de 1889).

e retorcido, um fio continua a ligar Luiz Napoleão à burguesia inspiradora da contra-revolução, assim como Stalin ao proletariado e às massas populares protagonistas da revolução.

Nesse sentido, tem razão Gramsci ao distinguir entre cesarismo regressivo e cesarismo progressivo; é preciso apenas acrescentar que o cesarismo é um dos modos pelo qual se verifica o processo de autonomia das camadas ideológicas, políticas (e militares). Em relação ao proletariado e às massas populares, os partidos comunistas que assumiram o poder e seus líderes terminaram por assumir uma relação que lembra a instituída em relação à burguesia ou pelos jacobinos ou por Luiz Napoleão.

5. “Falência”, “traição” e aprendizagem

Resta o problema do balanço da experiência histórica iniciada com a Revolução de Outubro. A ideologia hoje dominante acentua a “falência”. A argumentação é simples. Lênin e os dirigentes da Internacional Comunista aspiravam a uma república soviética mundial, com o desaparecimento em última análise das classes, dos Estados, das nações, do mercado, das religiões. Não apenas jamais se aproximaram deste objetivo, mas jamais conseguiram marchar em direção a ele. Estamos então na presença de uma falência evidente e total. Na realidade, a defasagem entre programas e resultados é própria de toda revolução. Os jacobinos franceses não construíram ou restauraram a antiga polis; os revolucionários norte-americanos não criaram a sociedade dos pequenos agricultores e produtores, sem polarização entre riqueza e pobreza, sem exército permanente e sem um forte poder central; os puritanos ingleses não vivenciaram a sociedade bíblica por eles miticamente transfigurada. A experiência de Cristóvão Colombo, que parte à procura das Índias mas descobre a América, pode servir de metáfora para compreender a

dialética objetiva dos processos revolucionários. Ressaltam este ponto Marx e Engels: na análise da revolução francesa ou inglesa não partem da consciência subjetiva de seus protagonistas ou dos ideólogos que as invocaram e ideologicamente prepararam, mas da pesquisa sobre as contradições objetivas que as estimularam e sobre as características reais do continente político-social descoberto ou iluminado pelos acontecimentos; os dois teóricos do materialismo histórico sublinham a defasagem entre projeto subjetivo e resultado objetivo e explicam, enfim, as razões de tal *décalage*. Por que devemos proceder diversamente na análise da Revolução de Outubro?

Por outro lado, já vimos a inconsistência da tentativa de explicação, difundida sobretudo entre aqueles que continuam a considerar-se comunistas, que pretende ao contrário explicar tudo com a “traição” deste ou daquele dirigente. Para nos afastarmos do campo da pseudo-explicação idealista, é preciso substituir as categorias de “falência” e de “traição” pela de aprendizagem, utilizada pelo Mao dos anos melhores. Em 1937, o ensaio *Sobre a prática* convida a não perder de vista o fato fundamental de que, assim como “o desenvolvimento de um processo objetivo”, também “o desenvolvimento do conhecimento humano é pleno de contradições e de luta”. É esta a chave para compreender as vicissitudes que caracterizaram a história dos partidos comunistas e das sociedades que se diziam comunistas. Trata-se de enfatizar o caráter objetivamente contraditório do processo de construção da sociedade pós-capitalista e o próprio conhecimento deste processo de construção.

Concentremo-nos no processo de conhecimento. Não se parte do zero. No plano mais propriamente teórico, um importante ponto de referência pode ser Gramsci. Um autor e um dirigente político que viveu a tragédia da derrota do movimento operário e da vitória do fascismo e que, exatamente por isto, foi obrigado a romper com as esperanças de

rápida e definitiva transformação revolucionária, aprofundando ao contrário a análise do caráter complexo e contraditório do movimento que leva do capitalismo à “ordem nova”. Esta “ordem nova” começa a ser pensada de modo mais realista com relação à tradição que vem de Marx. Deixando de lado, mesmo que timidamente, qualquer visão anárquica e mais ou menos apocalíptica da transformação político-social, os *Cadernos do cárcere* indicaram uma via que precisa ser percorrida até o fim: pensar um incisivo projeto de emancipação que não pretenda ser o fim da história. Trata-se de deixar de lado a utopia abstrata, explicando ao mesmo tempo as razões históricas de seu surgimento³⁷.

Mas, além da utilização valiosa deste ou daquele autor, trata-se principalmente de apropriar-se da experiência acumulada pelo movimento comunista em cerca de 80 anos de história. Não podemos, assim, ignorar o grandioso projeto que envolve um quinto da população mundial. Basta folhear a imprensa norte-americana para verificarmos a permanente polêmica contra a República Popular Chinesa também no terreno da economia. Em vez de resignar-se com seu atraso, a China pretende vincular os contratos que estipula com o Ocidente à importação de tecnologia avançada; em vez de liquidar em bloco a economia estatal e coletiva, faz de tudo para reestruturá-la e saneá-la, mesmo restringindo sua área de atuação, de modo a enfrentar com sucesso a concorrência mundial; em vez de abandonar-se aos mecanismos de mercado, procura de todos os modos transferir recursos para o Noroeste e as regiões menos desenvolvidas, empenhando-se em sua decolagem; em vez de converter-se finalmente ao neoliberalismo, investe na despesa pública e nas obras de utilidade pública para manter alto o ritmo de desenvolvimento, não obstante a grave crise no Sudeste asiático; en-

³⁷ No parágrafo supra retomo algumas considerações desenvolvidas mais amplamente em: Losurdo, 1997 e Losurdo, 1998.

frentando todas as pressões, continua a opor-se à liberalização selvagem dos mercados financeiros (graças à qual o Ocidente conseguiu colocar em crise os chamados “tigres asiáticos” e controlar os gânglios vitais de suas economias): eis algumas das acusações recorrentes feitas à República Popular Chinesa; desgraçadamente – alardeia a imprensa norte-americana – aquele grande país asiático continua a ser dirigido por um partido comunista!

Não há dúvida: a NEP inédita e gigantesca diante da qual nos encontramos se tornou mais precária e tortuosa em virtude da grave derrota sofrida pela perspectiva socialista não só no plano teórico, mas na relação de forças no plano internacional. O processo de “globalização”, de um lado, condena os excluídos ao *apartheid* tecnológico e ao embargo ou à ameaça de embargo, de outro, se desenvolve atualmente sob o controle das grandes potências capitalistas e imperialistas. A tentativa dos comunistas chineses de construir uma “economia socialista de mercado” se dá assim em condições difíceis e se configura como uma luta bastante complexa. Mas dar como certo o triunfo do capitalismo e do imperialismo significa assumir uma posição ao mesmo tempo capitulacionista, que não leva em conta alguns dados fundamentais.

6. Conclusão e início

Numa passagem célebre da *Ideologia Alemã*, Marx observa:

As idéias da classe dominante são, em qualquer época, as idéias dominantes [...] A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe por isso, ao mesmo tempo, dos meios da produção intelectual, pois a

ela, no conjunto, estão submetidas as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção intelectual.

A hegemonia ideológica da burguesia se exprime hoje em um nível duplo. Ela desacredita e ridiculariza, como sinônimo de extravagância, qualquer perspectiva de uma sociedade pós-capitalista, de uma sociedade não fundamentada na exploração. No plano do balanço histórico, se tornam sinônimo de barbárie e de crime os momentos ou períodos onde o domínio da burguesia desabou ou correu grave perigo. Isto é, a classe dominante consolida seu domínio privando as classes subalternas não apenas da perspectiva de futuro, mas também de seu passado. As classes subalternas são instadas a aceitar ou suportar sua condição, com o argumento de que toda vez que tentaram modificá-la produziram um excesso de horrores e escombros.

Depois da Comuna de Paris, os vencedores na França e na Europa não se contentaram com a repressão, tiveram necessidade também de demonizar os derrotados, comparados explicitamente por Bismarck a delinquentes comuns. No plano "científico", foi elaborada uma teoria com base na qual a insurreição operária teria sido a expressão de uma regressão atávica ou de uma repentina irrupção da barbárie no seio da civilização. Para esta leviana liquidação da Comuna contribuem também personalidades que, até aquele momento, haviam participado ativamente do movimento democrático: Victor Hugo na França e Giuseppe Mazzini na Itália.

Marx (e a Internacional) se sente obrigado a intervir e intervém em dois planos. Primeiro, enfatiza as realizações positivas e repletas de futuro da Comuna. Em segundo lugar, se empenha em defender a memória histórica, entrando em choque, sem hesitar, com a opinião e a ideologia dominantes: "Esta civilização facínora, fundada na sujeição do trabalho, sufoca o gemido de suas vítimas sob um estrépito de calúnias que encontram eco mundial".

Marx não hesita em contrapor violência a violência, horror a horror. A burguesia que se desespera ante a execução pela Comuna de sessenta e quatro reféns, com o Arcebispo de Paris à frente, esconde um fato fundamental: foi exatamente ela que introduziu a prática de assassinar prisioneiros indefesos e de fazer reféns. De qualquer modo, é preciso saber distinguir entre “o vandalismo de uma defesa desesperada”, próprio dos Comunardos, e “o vandalismo do triunfo”.

Não apenas a memória histórica do movimento socialista deve ser defendida. Marx conhecia muito bem a história antiga para ignorar os massacres que macularam Espártaco e os escravos insurretos. Além do mais, essas revoltas não produziram, nem chegaram perto, nem podiam chegar perto de produzir alguma coisa de novo. Apenas tentaram trocar os papéis na relação escravagista que constituía a essência da sociedade, transformando em escravos os patrões do mundo. Assim, em uma carta a Engels de 27 de fevereiro de 1861, Marx define Espártaco como “o filho mais nobre de toda a história antiga, verdadeiro representante do antigo proletariado”. Marx não pretende celebrar ou justificar a matança praticada pelos escravos em revolta, mas recusa-se a levar a sério os discursos hipócritas dos patrões, culpados de uma violência muito mais criminosa que se tornara prática cotidiana.

Algo semelhante ocorre em nossos dias. Como donos da moralidade se colocam aqueles que, através do embargo, procuram reunir em gigantescos campos de concentração povos inteiros, aqueles que, sem ter de nenhum modo sua segurança ameaçada, não hesitam em recorrer ao genocídio.

Convém recordar a lição de método, no plano intelectual e no plano moral, dada por Marx. A memória histórica é um dos dois terrenos fundamentais nos quais se desenvolve a luta ideológica de classe. Que a conclusão deste livro possa ser o início de um renovado empenho de luta dos comunistas e da esquerda também no terreno da leitura da experiência histórica iniciada com a Revolução de Outubro.

IX. FALÊNCIA, TRAIÇÃO, PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Três perspectivas na leitura da história do movimento comunista

1. Movimento comunista, superação das três grandes discriminações e conquista da democracia e do Estado social

DE QUE MODO PODEMOS sintetizar o balanço histórico do movimento comunista no século XX? Sob que categoria devemos em primeiro lugar considerá-lo? Nos nossos dias, o discurso sobre a “falência” do “socialismo real” é tão incontestado que não suscita objeções nem mesmo pela esquerda. A ideologia e a historiografia hoje dominantes parecem querer resumir o balanço de um século dramático em uma historieta edificante, que pode ser assim sintetizada: no início do século XX, uma moça fascinante e virtuosa (a senhorita Democracia) foi agredida por um brutamontes (o senhor Comunismo) e depois por um outro (o senhor Nazi-fascismo); valendo-se também das discrepâncias entre os dois e através dos complexos acontecimentos, a moça consegue afinal liberar-se da terrível ameaça; tendo-se tornado nesse ínterim mais madura, mas sem nada perder de seu fascínio, a senhorita Democracia pode enfim coroar o seu sonho de amor mediante o casamento com o senhor Capitalismo; rodeada do respeito e da admiração gerais, o casal feliz e inseparável gosta de conduzir sua vida primordialmente entre Washington e New York, entre a Casa Branca e Wall Street. Assim sendo, não é mais lícita dúvida alguma: evidente e desonrosa deve ser considerada a falência do comunismo.

Esta historieta edificante não tem, porém, nada a ver com a história real. A democracia contemporânea funda-se

sobre o princípio pelo qual todos os indivíduos são considerados titulares de direitos inalienáveis, independentemente da raça, do patrimônio e do gênero (ou sexo) e, portanto, pressupõe a superação das três grandes discriminações (racial, patrimonial e sexual) ainda vivas e vitais à véspera de outubro de 1917. Detenhamo-nos por enquanto na primeira. Ela apresenta-se em dúplice forma. De um lado, no nível planetário, vemos a “submissão de centenas de milhões de trabalhadores da Ásia, das colônias em geral e dos pequenos países” por obra de “poucas nações eleitas”, as quais, prossegue Lênin, se atribuem “o privilégio exclusivo de formação do Estado”, negando-o aos bárbaros das colônias e semi-colônias³⁸. De outro lado, a discriminação racial se faz sentir também no interior dos Estados Unidos, negando aos negros os direitos políticos e às vezes os próprios direitos civis e, de todo modo, subordinando-os a um regime de *white supremacy*^o.

Eloqüentes são as conclusões a que chega, em 1944, um ilustre sociólogo sueco (Myrdal): “[...] a segregação está agora se tornando tão completa que um branco do Sul nunca vê um negro senão como servo e em situações análogas formalizadas e estandarizadas, próprias das relações entre castas”. E, todavia, nos anos seguintes, a mobilização e a agitação dos negros começam a recolher algum sucesso. A mudança de clima pode ser esclarecida a partir de uma carta que, em dezembro de 1952, o ministro da justiça dos EUA enviou à Suprema Corte empenhada em discutir a questão da integração nas escolas públicas: “[...] a discriminação racial leva água à propaganda comunista e suscita dúvidas mesmo entre as nações amigas sobre a intensidade da nossa devoção à fé democrática”. Washington corre o perigo, observa o historiador americano que se reporta a esta declaração, de afastar-se

³⁸ Lênin, 1995c, p. 403 e Lênin, 1995 a, p. 417.

^o Supremacia branca. Em inglês no original.

das “raças de cor” não somente no Oriente e no Terceiro Mundo mas no coração mesmo dos EUA: também aqui a propaganda comunista suscita um considerável sucesso na sua tentativa de ganhar os negros à “causa revolucionária”, fazendo abalar neles a “fé nas instituições americanas”³⁹.

Não tem sentido querer colocar o comunismo sobre o mesmo plano do nazismo, isto é, da força que com mais consequência e brutalidade se opôs à superação da discriminação racial e, portanto, ao advento da democracia. Se de um lado o Terceiro Reich apresenta-se como a tentativa, levada adiante nas condições da guerra total, de realizar um regime de *white supremacy* em escala planetária e sob hegemonia alemã e “ariana”, do outro lado o movimento comunista forneceu uma contribuição decisiva à superação da discriminação racial e do colonialismo, cuja herança o nazismo pretendeu assumir e radicalizar. Querer liquidar a época iniciada com a revolução de Outubro como o período de crise da democracia significa tornar a considerar *quantité négligeable*^p os povos coloniais (além das outras vítimas das cláusulas de exclusão da tradição liberal), significa querer recolonizar a história.

Mas deixemos agora de lado as colônias e a sorte das “raças minoritárias”, para concentrar o olhar sobre a metrópole capitalista e nesta, exclusivamente sobre sua população “civil”. Também neste nível – observa Lênin – continuam a ser operantes significativas cláusulas de exclusão da cidadania e da democracia. Na Inglaterra o direito eleitoral “é ainda bastante limitado por excluir o estrato inferior propriamente proletário”⁴⁰; além disso, adicione-se o fato de que alguns privilegiados continuaram a desfrutar do “voto plural”, que só será completamente suprimido em 1948. Particularmente

³⁹ Woodward, 1966, pp. 118 e 131-134.

^p Quantidade insignificante. Em francês no original.

⁴⁰ Lênin, 1995 b, p. 282.

tortuoso foi no país clássico da tradição liberal o processo que conduziu à realização do princípio “uma cabeça, um voto”, e tal processo não pode ser pensado sem o desafio constituído pela revolução na Rússia e pelo desenvolvimento do movimento comunista.

Mesmo onde o voto masculino tornara-se universal ou quase universal, ele era neutralizado pela presença de uma Câmara Alta, que é prerrogativa da nobreza e das classes privilegiadas. Do Senado italiano faziam parte, na qualidade de membros de direito, os príncipes da Casa de Savoia; todos os outros membros eram nomeados vitaliciamente pelo rei, sob indicação do presidente do Conselho. Considerações análogas aplicam-se a outras Câmaras Altas europeias as quais, à exceção da francesa, não eram eleitas, mas caracterizadas pelo entrelaçamento da herança e da nomeação real. No que se refere ao Senado da Terceira República francesa, não obstante ter atrás de si uma série ininterrupta de agitações revolucionárias que culminaram na Comuna, é de notar que, no início do século XX, ele é composto por eleição indireta e constituiu um modo de garantir uma marcada sobre-representação do campo (e do conservatismo político-social) em prejuízo de Paris e das maiores cidades. Ainda uma vez, de particular interesse é a situação da Grã-Bretanha. Mais além da Câmara Alta (inteiramente hereditária, excetuados poucos bispos e juizes), a aristocracia fundiária detém o controle dos assuntos públicos: uma situação não muito diversa daquela que caracteriza Alemanha e Áustria.

Até nos EUA continuam a subsistir resíduos de discriminação censitária a qual, porém, se manifesta principalmente, como já vimos, sob forma de discriminação racial que nos negros atinge ao mesmo tempo os estratos mais pobres da população. Se tomarmos o Ocidente em seu conjunto, a cláusula de exclusão mais macroscópica é aquela que fere as mulheres. Na Inglaterra, as senhoras Pankhurst (mãe e filha)

que dirigem o movimento das *suffragettes*⁴¹ eram constrangidas a visitar periodicamente as prisões pátrias. Denunciada por Lênin (e pelo partido bolchevique), a “exclusão das mulheres” dos direitos políticos foi abolida na Rússia logo em seguida à revolução de fevereiro, saudada como “revolução proletária” (em razão do peso exercido pelos soviets e pelas massas populares) por Gramsci, que enfatiza calorosamente o fato de que ela “destruiu o autoritarismo e o substituiu pelo sufrágio universal, estendendo-o também às mulheres”. Este mesmo caminho foi depois trilhado pela república de Weimar (surgida da revolução que eclodiu na Alemanha a um ano de distância da revolução de Outubro) e somente em seguida na dos EUA⁴¹.

A superação das três grandes discriminações tornou-se possível através de um duplice movimento: às numerosas e grandes revoluções de baixo para cima, que se desenvolveram tanto na metrópole capitalista quanto nas colônias, muitas das quais inspiradas pela revolução de Outubro e pelo movimento comunista, entrelaçam-se revoluções pelo alto, promovidas a fim de impedir novas revoluções pela base.

Da democracia, como hoje é mais geralmente compreendida, fazem parte, pois, também os direitos sociais e econômicos. E foi precisamente o grande patriarca do neoliberalismo, Hayek, que denunciou o fato de que a sua teorização e sua presença no Ocidente remetem à influência, por ele considerada funesta, da “revolução marxista-russa”. Naturalmente, as classes subalternas não esperaram 1917 para reivindicar o reconhecimento de tais direitos. Sua conquista expande-se nas mesmas etapas através das quais passou o triunfo do sufrágio universal. Robespierre, que denuncia na discriminação censitária do sufrágio um eco da escravidão antiga,

⁴¹ O termo é de origem francesa, mas foi forjado na Inglaterra para designar as mulheres que militavam pelo direito ao sufrágio.

⁴¹ Sobre este ponto, cf. Losurdo, 1998, Cap. 2, § 3.

celebra também o “direito à vida” como o primeiro e o mais imprescindível entre os direitos do homem. A revolução de 48, que confirma o triunfo do sufrágio universal (masculino), vê emergir ainda a reivindicação do direito ao trabalho: é o início da segunda etapa, cujo protagonista é o movimento socialista. Na Alemanha, onde ele é particularmente forte, Bismarck cuida de prevenir uma revolução de baixo para cima mediante uma revolução pelo alto que introduz os primeiros vagos elementos de seguridade social. Enfim, a terceira etapa que, tomando impulso nos movimentos das agitações na Rússia, prolonga-se até quase aos nossos dias. No curso do segundo conflito mundial, Franklin Delano Roosevelt declara que, para destruir de uma vez para sempre “os germens do hitlerismo”, é preciso realizar a “liberdade do carecimento”, incidindo, portanto, em profundidade nas relações econômico-sociais existentes. As palavras de ordem do presidente dos EUA parecem delinear um projeto de democracia social que – observa justamente Kissinger – vai “muito além” da precedente tradição política americana, tanto assim – insiste Hayek – que terminam por remeter à famigerada revolução bolchevique⁴².

E, de novo, sem Outubro e, mais em geral, sem o ciclo revolucionário que do jacobinismo conduz ao comunismo, não é possível compreender os desenvolvimentos e, antes ainda, o advento do Estado social no Ocidente. Também neste caso assistimos ao entrelaçamento de revoluções pela base e pelo alto, de revoluções ativas e passivas. Poder-se-ia dizer que esta é a regra nos processos de transformação histórica: que sentido há então em falar de “falência” a propósito da trajetória iniciada com a revolução de Outubro? Para dar-se conta do caráter inadequado ou decididamente desviante desta categoria, basta aplicá-la aos países e povos ex-coloniais, que conquistaram a independência e a digni-

⁴² Cf. Losurdo, 1998, Cap. 2, § 3.

dade sobre a vaga de uma luta inspirada e alimentada pelo movimento comunista. Como é notório, no momento da fundação da República Popular Chinesa, Mao Tsé-tung proclamava que a nação chinesa ergueu-se em seus próprios pés e que ninguém poderia mais pisoteá-la. Seu pensamento talvez evocasse os anos nos quais, na entrada de um parque da concessão francesa em Xangai, poder-se-ia ler um cartaz: “Vedado o ingresso aos chineses e aos cães”. A nova situação criada no grande país asiático é o resultado de uma “falência”? Considerações análogas poderiam ser feitas a propósito do Vietnã ou de Cuba e de não poucos países do terceiro mundo que, embora não reivindicando o socialismo, conquistaram a independência e a dignidade a partir do desafio lançado ao sistema capitalista mundial pela revolução de Outubro, pelo “socialismo real” e pelo movimento comunista. O mínimo que se pode dizer é que o atual discurso relativo à “falência” é gravemente eurocêntrico. É verdade que se trata de uma categoria muito difusa: Hannah Arendt fala do “desastre” da revolução francesa. No entanto, o mundo contemporâneo e a democracia atual não são concebíveis sem a ação e a eficácia desencadeadas, de modo direto ou indireto, primeiro pela revolução francesa e depois pela revolução de outubro: como havíamos visto, o movimento comunista influencia o próprio país-guia do Ocidente.

2. Da “falência” à “traição”

O fato é tanto mais singular que a categoria de “falência” continua ativa também na esquerda. Justamente neste ambiente, a historieta edificante, contada a partir da ideologia e da historiografia dominantes, conhece às vezes uma pequena variante. Se também se fazia passar pelo senhor Comunismo, o bruto que primeiro agride a senhorita Democracia era na realidade o senhor Stalinismo, um vulgar impostor ou, na

melhor das hipóteses, um rude ignorante que nada havia compreendido da teoria de Marx. Eis então o discurso sobre a “falência” que tende a ceder lugar ao discurso sobre a “traição” (ou então, na melhor das hipóteses, do mal-entendido).

Como é sabido, o motivo da “revolução traída” é particularmente caro a Trotski. Por outro lado, os autores que de um modo ou outro sofrem sua influência têm tendência a utilizar a categoria de “traição” para alvejar algum aspecto de todas as revoluções. Em pleno curso da revolução francesa assistimos ao triste espetáculo dos “funcionários políticos”, dos burocratas, que sufocam a “democracia direta”. Estamos em presença de um “mecanismo ao término do qual a democracia direta, a autogestão do povo, transforma-se, gradualmente, através da instauração da “ditadura” revolucionária, na reconstituição de um aparelho para a opressão do povo”. Quer no caso da revolução francesa quanto no da revolução russa – observa um historiador muito erudito e mais ainda fervoroso seguidor de Trotski – tenta-se justificar a “concentração de poder”, a saída autoritária ou “totalitária” fazendo-se referência à “necessidade”. Na verdade, negligencia-se o papel nefasto da “burocracia” e da “esclerose burocrática”. É ela em primeiro lugar a responsável pela degeneração: “A democracia dos de baixo provoca o nascimento de uma casta de *parvenus*, que são inclinados a se diferenciar da massa e aspiram a confiscar a revolução popular em proveito próprio”⁴³.

Se da França do século XVIII passamos à Espanha do século XX, vemos que a música não muda. Como explicar a tragédia que nos anos 30 conclui-se com a vitória do fascismo? Para Chomsky não há dúvidas: como resposta à insurreição franquista desenvolve-se “uma revolução social sem precedentes”, da qual são protagonistas as massas; mas eis que depois o partido comunista staliniano intervém para dirigir a “contra-

⁴³ Guérin, 1968, vol. II, pp. 468-470 e 475-479.

revolução”, expropriando os “trabalhadores” do seu poder de controle para transferi-lo à “burocracia estatal”⁴⁴.

Transfiram-nos agora da Europa para a Ásia. Como explicar a crise da revolução cultural na China? Neste caso, o intento antiburocrático é explícito e declarado; desgraçadamente, os “esquadrões operários de propaganda”, as organizações chamadas a conduzir a luta, “acabaram por transformar-se, elas também, num setor de burocracia, ora em harmonia ora em colisão com os outros burocratas”⁴⁵.

No seu ingênuo dogmatismo – os burocratas que sufo- cam o entusiasmo das massas e traem a revolução são sempre os outros –, na sua infinita monotonia e na sua universal aplicabilidade aos fenômenos em crise, ou ainda, ao processo de consolidação e de “burocratização” de qualquer revolução, a categoria de “traição” revela toda sua nulidade. Em qualquer hipótese, ela não é mais persuasiva do que a categoria de “falência”. Intocados permanecem os motivos de sua fraqueza: fica sempre faltando explicar como um “falido” ou um “traidor” (ou o protagonista de um colossal “mal-entendido”) conseguiu dar uma poderosa contribuição ao processo de emancipação dos povos coloniais e, no que toca ao Ocidente, à derrubada do antigo regime e à edificação do Estado social. Em 1923, quando, gravemente doente, Lênin foi forçado a abandonar a gestão do poder, o Estado nascido da revolução de outubro e mutilado pela paz de Brest-Litowsk leva uma vida carente e precária; em 1953, no momento da morte de Stalin, a União Soviética e o “campo socialista” por ela guiado gozam de uma amplitude, de uma força e de um prestígio enormes. Com um pouco mais de “traições” como estas, seria a condição do sistema imperialista e do sistema capitalista mundial que teria se tornado precária e insustentável!

⁴⁴ Chomsky, 2002, pp. 141 e 145.

⁴⁵ Masi, 1979, p. 103.

3. A “traição”, de Stalin a Kruschov

Nos anos que seguiram imediatamente a derrota do Terceiro Reich, tão grande era o prestígio da URSS que ele fazia-se perceber bem além do movimento comunista. Em 1945, longe de aproximar o país nascido da revolução de outubro ao Terceiro Reich como fará nos anos seguintes, Hannah Arendt atribui ao mérito do primeiro o “modo, completamente novo e efetivo, de afrontar e compor os conflitos de nacionalidade, de organizar populações diferentes sobre a base da igualdade nacional”; é algo “*a que cada movimento político e nacional deveria prestar atenção*”⁴⁶. Recorri ao itálico para evidenciar a inversão de posições que se verificará alguns anos depois, em seguida à eclosão da guerra fria, quando Arendt criticará Stalin pela desarticulação intencional das organizações já existentes, de modo a produzir artificialmente aquela massa amorfa que é o pressuposto do advento do totalitarismo.

Nos anos que se seguiram imediatamente à derrota do Terceiro Reich, o prestígio de que gozava a URSS era também o prestígio de que gozava seu grupo dirigente. Em julho de 1944, Alcide De Gasperi, líder da Democracia cristã e, em seguida, Presidente do Conselho, celebra “o mérito imenso, histórico, secular dos exércitos organizados pelo gênio de José Stalin”. Os méritos deste último vão bem além do âmbito militar:

Há algo de imensamente simpático, de imensamente sugestivo nesta tendência universalista do comunismo russo. Quando vejo que, enquanto Hitler e Mussolini perseguiram os homens pela sua raça e inventavam aquela espantosa legislação antijudaica que conhecemos, e vejo contemporaneamente os russos

⁴⁶ Arendt, 1986, p. 99.

compostos de 160 raças procurarem a fusão destas raças superando a diversidade existente entre a Ásia e a Europa, esta tentativa, este esforço até a unificação do consórcio humano, deixai-me dizer: ele é cristão, isto, é eminentemente universalista no sentido do catolicismo.

De Gasperi, embora salientando os custos humanos, exprime um juízo fundamentalmente positivo até sobre o “grande empreendimento econômico” da coletivização dos campos e da industrialização, tornada necessária pela “ameaça revelada pelo *Mein Kampf*”. Enfim, a propósito dos processos de Moscou, o líder da Democracia cristã sublinha a plausibilidade da acusação, fazendo referência a “objetivas informações americanas”⁴⁷.

Ainda em 1953, logo depois da morte de Stalin, um inimigo seu, a saber, um fervoroso seguidor de Trotski, traça este significativo balanço histórico:

Ao longo destas três décadas, a feição da União Soviética transformou-se completamente. Tal é o núcleo da ação histórica do stalinismo: ele encontrou a Rússia trabalhando a terra com arados de madeira e a deixa proprietária da bomba atômica. Elevou a Rússia ao grau de segunda potência industrial do mundo e não se trata apenas de uma questão de puro e simples progresso material e de organização. Um resultado similar não se teria podido obter sem uma vasta revolução cultural no curso da qual mandou-se à escola um país inteiro para distribuir uma instrução extensiva.

A despeito de ter sido condicionado e em parte desfigurado pela herança asiática e despótica da Rússia czarista,

⁴⁷ De Gasperi, 1956, pp. 15-17.

no stalinismo “o ideal socialista adquiria aquela sua inata, compacta integridade”⁴⁸. Três anos depois, na vaga do XX Congresso do PCUS, o quadro muda de modo radical. Deutscher atribui a Kruschov o mérito de haver finalmente denunciado “o enorme, obscuro, caprichoso, degenerado monstro humano, diante do qual os comunistas prosternaram-se por um quarto de século”⁴⁹. Não há dúvida de que determinando a imagem atual de Stalin há dois pontos de inflexão: a eclosão da guerra fria em 1947 e o XX Congresso do PCUS. Após 1956 a campanha anti-stalinista não somente retoma em bloco os motivos de fundo da campanha desencadeada pelo Ocidente contra a URSS no seu conjunto, mas às vezes compraz-se de aumentar a dose: por exemplo, em 1965, Deutscher não hesita em criticar “a onda do filo-stalinismo nos países aliados, e sobretudo nos Estados Unidos no imediato pós-guerra”⁵⁰!

Sobre esta base desenvolve-se um processo a Stalin francamente grotesco. Apoiando-se no relatório Kruschov, Deutscher pinta Stalin como um traidor (do “ideal socialista”) não somente repugnante, mas também privado de qualquer real capacidade política: dirige o país em guerra “traçando frentes e linhas de ataque sobre um mapa-mundi de mesa”⁵¹! Guiada por um “generalíssimo” tão risível, como terá feito a URSS para vencer a gigantesca máquina de guerra que tinha liquidado em poucos dias o estado-maior francês, vencedor da I Guerra Mundial? Junto à história do comunismo no seu conjunto, o retrato caricatural de Stalin acaba por desfigurar e tornar incompreensível uma das páginas mais trágicas, mas também mais belas, da história mundial, aquela indissoluvelmente ligada ao nome de Stalingrado.

⁴⁸ Deutscher, 1972, pp. 167-168.

⁴⁹ Idem, p. 20.

⁵⁰ Idem, p. 221.

⁵¹ Idem, p. 19.

Compreende-se então que, no âmbito dos círculos comunistas empenhados em reagir à campanha anticomunista, emerge a tendência a pensar ou a lamentar: *In principio* era Kruschov! Este termina por configurar-se como o pioneiro da campanha anticomunista e tende, portanto, a ser individualizado e marcado como ponto de partida da parábola destrutiva culminada na ruína da União Soviética: nesta perspectiva, ele mesmo é que, embora formado no âmbito do partido e da tradição comunista, dilapidou-lhe o enorme patrimônio político e ideal. Em conclusão: o ministério público no processo de “traição do socialismo” intentado a Stalin é constrangido ele próprio a sentar-se no banco dos réus!

4. Máxima extensão e crise incipiente do “campo socialista”

E, todavia, se a versão anti-staliniana do discurso da “traição” não consegue explicar o gigantesco processo de emancipação desenvolvido em nível mundial nos anos em que o “traidor” exerce o poder, a versão antikruschoviana do discurso da “traição” não consegue dar conta dos conflitos dramáticos que se desenvolvem bem antes do XX Congresso do PCUS. Poucos meses depois da morte de Stalin, Beria foi isolado e liquidado por obra de uma maioria que mostra alinhados junto a Kruschov aqueles que tinham sido os mais íntimos colaboradores de Stalin. A quem deve ser endereçada neste caso a acusação de traição? Dão de qualquer modo o que pensar as modalidades com as quais se liquidou Beria: é um tipo de acerto de contas em estilo mafioso, é uma violência privada que não faz referência alguma ao ordenamento jurídico estatal, nem ao estatuto do partido.

E, bem antes de 1956 ou de 1953, um outro gravíssimo problema corrói por dentro todo o interior do “campo socialista”. É verdade, ele tinha conseguido uma extensão im-

pressionante, mas já tinham emergido vistosas fendas, como demonstra em primeiro lugar a ruptura da União Soviética com a Iugoslávia de Tito. É a primeira, inesperada crise nacional do "campo socialista". Outras vieram segui-la: a invasão da Hungria e da Tchecoslováquia, os conflitos no Ussuri^r, a guerra entre Vietnã e Camboja e entre China e Vietnã. Naturalmente, também neste caso é possível desencadear a caça ao "traidor". Mas, na passagem de uma crise à outra, esta caça torna-se sempre mais penosa e confusa. Quem é o "traidor" no curso do combate entre Camboja e Vietnã e entre Vietnã e China? E que sentido tem querer transformar a história do "campo socialista" em uma série ininterrupta de "traições", pelas quais se tornam responsáveis também os protagonistas de grandes lutas de emancipação? É uma visão que acaba por enlamear irremediavelmente as décadas de história que ela, no entanto, afirma querer defender.

É mais produtiva uma outra abordagem. A própria extensão a extraordinária do "campo socialista" faz emergir um problema absolutamente inédito: de que modo devem configurar-se as relações entre os diversos países, pequenos e grandes, que fazem parte de tal campo? E como conciliar a unidade na luta contra o imperialismo com a salvaguarda da soberania estatal dos países singulares? O problema torna-se ainda mais agudo em seguida à vitória da revolução na China e ao ingresso no "campo socialista" de um país-continente, que já por suas dimensões, além de sua história, sente-se chamado a assumir um papel de primeiro plano na arena internacional. As conversações que pouco depois se desenvolveram em Moscou entre Stalin e Mao Tsé-tung foram tensas até o ponto de beirar o rompimento. Com o olhar voltado ao conflito que depois iria marcar a guerra fria, Stalin conse-

^r O rio Ussuri, afluente do Amur, define parte da fronteira entre a China e a Rússia. De 1969 a 1972 ocorreram, ao longo do rio, choques armados entre os dois países.

guiu estender a presença política e militar da União Soviética também na Ásia e na própria China: dos seus interlocutores de Yalta havia obtido o reconhecimento da independência da Mongólia exterior, que a Rússia antes czarista e depois dos generais brancos havia arrebatado à China e que, ao revés, a União Soviética havia reconhecido, ainda em 1924, como “parte integrante” da própria China⁵². Em Yalta, Stalin havia, além disso, obtido a “internacionalização do porto comercial de Dairen, com a salvaguarda dos interesses predominantes da União Soviética neste porto e a restauração da locação de Port Arthur, como base militar marítima da União Soviética”, e também “o usufruto comum da ferrovia sino-oriental e da ferrovia da Manchúria do Sul”⁵³. Pressionado pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha, também Chiang Kai-shek acaba por consentir nestas substanciais concessões a Stalin, firmando com a União Soviética um tratado que, não sem razão, foi definido “o último tratado desigual da China”⁵⁴. Cumpre, pois, a Mao Tsé-tung recolocá-lo em discussão.

Em Moscou, a delegação chinesa levanta só com extrema cautela o problema da Mongólia exterior. Mas se sobre este ponto faz repentina marcha-ré, sobre a recuperação a mais rápida possível das ferrovias e dos portos chineses, Mao revela-se irredutível. Neste caso foi Stalin que teve de ceder, mas ele cede somente quando recebe a notícia das tratativas em curso pela troca de embaixadores entre Pequim e Londres: tomava corpo assim o perigo de um titoísmo chinês⁵⁵.

A relação entre os dois grandes países socialistas revela-se difícil desde o início. Ambos fazem apelo à luta contra o imperialismo. Salvo que, para a União Soviética, ela signi-

⁵² Cf. Paine, 1996, p. 325.

⁵³ Veja-se o texto dos acordos de Yalta em Clemens, 1975, pp. 375-376.

⁵⁴ Kindermann, 2001, p. 303.

⁵⁵ Shen Zhihua, 2002.

fica em primeiro lugar enfrentar a política do *Roll Back*^s, adotada por Washington e, portanto, consolidar os resultados da Conferência de Yalta (explicitamente defendida por Stalin no curso das suas conversações com Mao). Para a República Popular Chinesa, enfrentar o imperialismo significa recuperar a integridade territorial e reafirmar a plena soberania também sobre a Manchúria Oriental, cancelando as concessões e os privilégios obtidos por Stalin de seus interlocutores de Yalta e depois de Chiang Kai-shek. Saída da guerra prostrada (por causa também da exasperadora lentidão com que Estados Unidos e Grã-Bretanha procederam à abertura da segunda frente na Europa) e exposta à ameaça de uma nova agressão, a União Soviética tem absoluta necessidade, por um lado, de respirar, por outro lado, de reunir em torno de si a frente mais ampla e mais compacta possível. Diversa é a situação da República Popular Chinesa: a conquista do poder por parte dos comunistas não marcou o acabamento do processo de reconstituição da unidade nacional. Impõe-se a recuperação de Taiwan, a começar pelas duas ilhotas de Quemoy e Matsu. Estas últimas – sublinha Churchill, procurando em vão tornar mais flexível a administração americana – estão “ao largo da costa”, “são juridicamente parte da China”, que persegue “um óbvio objetivo nacional e militar, isto é, desembaraçar-se de uma cabeça-de-ponte que presta-se maravilhosamente para uma invasão da China continental”⁵⁶. Compreende-se então a determinação com que Mao Tsé-tung persegue este objetivo, sem deixar-se intimidar demais pelas ameaças nucleares repetidamente proferidas pelos Estados Unidos. É uma atitude que,

^s Literalmente empurrar para trás. Em inglês no original. A expressão designou as tentativas estadunidenses de contestar, durante a “guerra fria” os acordos políticos internacionais estabelecidos com a União Soviética no final da II Grande Guerra.

⁵⁶ Boyle, 1990, p. 193 (carta a Eisenhower de 15 de fevereiro de 1955).

aos olhos dos dirigentes soviéticos, indica uma limitação nacionalista e provinciana, mas aqueles, por sua vez, são suspeitos de se fazerem de surdos, por cálculo egoístico ou oportunista, às exigências de emancipação e de resgate dos povos coloniais ou ex-coloniais. Se já as repetidas ameaças nucleares estadunidenses obrigaram a China a redobrar esforços para passar a fazer parte do restrito clube das potências atômicas, a União Soviética teme que uma tal política encoraje o rearmamento nuclear de países como a Alemanha e coloque em crise a “coexistência pacífica”, de que tem necessidade para poder respirar.

As divergências, não obstante remeterem em primeiro lugar à situação objetiva, tornam-se ocasião de um confronto ideológico (e diplomático) sempre mais áspero. A acusação de miopia provinciana e de aventureirismo endereçada aos dirigentes chineses conhece uma rápida escalada: no ápice da polêmica eles são acusados de estimular a catástrofe nuclear soviético-americana, com o fim de poder dominar o mundo graças a seu superior potencial demográfico⁵⁷. Na vertente oposta assiste-se a uma escalada análoga: bem longe de ser simples “oportunistas” na luta contra o imperialismo, os dirigentes soviéticos transformam-se eles mesmos em imperialistas e até mesmo nos imperialistas mais perversos e perigosos, aqueles que assumiram a herança do insaciável expansionismo czarista e que agora, na qualidade de novos czares, ameaçam diretamente a República Popular Chinesa, o coração mesmo do movimento de luta dos povos coloniais ou ex-coloniais. A denúncia da “traição” e a conseqüente excomunhão ricocheteiam de Moscou a Pequim. No entanto, bem longe de um ou outro ser traidor, ambos os partidos comunistas revelam-se demasiado “ortodoxos” no seu marxismo: fazem decorrer mecanicamente do socialismo o dissipar-se dos conflitos nacionais; e já que estes, ape-

⁵⁷ Cf. Borissow-Koloskow, 1973, pp. 188 e 191.

sar de tudo, continuam a subsistir, eis que são debitados à degeneração e à traição imputados a um ou a outro.

Em conclusão, se por um lado pode comemorar sua máxima extensão, por outro lado, no momento da morte de Stalin, o “campo socialista” revela já duas fissuras muito preocupantes: são dois problemas não resolvidos, o da sucessão ordenada de um grupo dirigente a outro e o das relações entre os diversos países socialistas. Se a frustrada solução do primeiro abriu caminho às formas mais brutais e mais primitivas de violência no interior mesmo dos partidos comunistas, a frustrada solução do segundo problema significou a dissolução do campo socialista através de uma série de provas de força, invasões e ocupações militares, e até mesmo de guerras.

5. Entre utopia e estado de exceção

Um quadro nem um pouco exaltante. Compreende-se então que, mesmo à esquerda, não falem aqueles que desejariam liquidar o processo histórico iniciado com a Revolução de Outubro, ainda que para contrapor-lhe não já o capitalismo e o liberalismo ocidental, mas a utopia. No entanto, tal modo de proceder corre o risco de recomendar como remédio aquilo que freqüentemente contribuiu para agravar o mal. Vejamos a dialética que se desenvolveu a partir da revolução bolchevique. Dura ainda a fúria do primeiro conflito mundial: a carnificina em curso e o cancelamento das liberdades mais elementares, em nome do estado de exceção, também nos Estados de mais consolidada tradição liberal, tudo isto faz parecer de todo insatisfatório qualquer programa político que se mantenha aquém da reivindicação de um ordenamento social privado de aparelho estatal e militar, liberado de toda forma de coerção. O marxismo acaba assim amalgamando-se ao anarquismo e

configurando, antes, uma espécie de religião. O jovem Bloch espera do Soviet a “transformação do poder em amor”⁵⁸. De modo não diferente argumentam na Rússia soviética expoentes do partido socialista-revolucionário. Proclamam que “o direito é ópio para o povo”⁵⁹ e que “a idéia de constituição é uma idéia burguesa”⁶⁰. Sobre tal base não é fácil justificar qualquer medida terrorista para fazer frente à emergência, mas, sobretudo, resulta muito problemática ou impossível a passagem a uma normalidade constitucional, já por antecipação marcada como “burguesa”. E assim, o estado de exceção radicaliza a utopia até torná-la abstrata e essa utopia abstrata enrijece-se ulteriormente e torna insuperável o estado de exceção.

A retórica patrioteira e os ódios nacionais, em parte “espontâneos”, em parte sabiamente atizados, tinham livre curso no matadouro da guerra imperialista. Imperiosa se apresenta a exigência de iniciar um capítulo de história de todo novo. Eis então que emerge em certos setores do movimento comunista um internacionalismo irrealista, que tende a liquidar como simples preconceito as diversas identidades nacionais. É um “universalismo” que não sabe respeitar as peculiaridades, as diferenças: ele não pode senão agravar os conflitos e a questão nacional, primeiramente no interior da URSS e depois nas relações entre os diversos Estados socialistas. E de novo vemos agir a desafortunada espiral, estado de exceção – utopia abstrata –, estado de exceção ulteriormente agravado.

A percepção do peso que os interesses capitalistas tinham tido no desencadeamento da carnificina torna odioso aos olhos dos espíritos mais sensíveis não somente o capitalismo, mas até o dinheiro enquanto tal. O jovem Bloch pede ao Soviet que ponha fim não só em “toda economia priva-

⁵⁸ Losurdo, 1997 a, Cap. IV, 10.

⁵⁹ Bloch, 1961, p. 253.

⁶⁰ Carr, 1964, p. 128.

da”, mas também em toda “economia do dinheiro” e, com esta, na “moral mercantil que consagra tudo aquilo que de mais maligno há no homem”⁶¹. No que concerne à Rússia em particular, a catástrofe verificada ao longo do primeiro conflito mundial e da guerra civil que o seguiu acarreta também o colapso da economia monetária, que acaba por ser substituída em certas zonas pelo escambo (troca *in natura*). Esta situação de emergência foi, porém, interpretada como “comunismo”, ainda que apenas “de guerra”; como avanço rumo ao comunismo vem até mesmo classificada uma drástica medida de emergência como a requisição forçada, por parte do poder soviético, dos excedentes alimentares acumulados pelos camponeses. Em todos os três casos aqui examinados, a utopia enfática e tornada abstrata (a espera messiânica do dissipar-se do Estado, das identidades nacionais e da moeda) acaba por transfigurar em antecipação do futuro pós-capitalista fenômenos (ausência de um preciso quadro constitucional, opressão nacional, insuficiente desenvolvimento do mercado nacional) que são, ao revés, expressões da persistência do antigo regime.

6. Revolução e processo de aprendizagem

E, todavia, o emergir de uma utopia enfática e abstrata não é o produto da fantasia de autores singulares e singular personalidade, mas o resultado de um objetivo processo histórico. Pode nos ser de ajuda aqui uma indicação de Engels, que, ao fazer o balanço das revoluções inglesa e francesa, observa: “[...] a fim de que pudessem ser asseguradas ao menos aquelas conquistas da burguesia que estavam maduras e prontas a ser ceifadas, era necessário que a revolução ultrapassasse o seu escopo [...] Parece que esta seja uma das leis da evolução da sociedade burgue-

⁶¹ Losurdo, 1997 a, Cap. IV, 10.

sa"⁶². Não há motivo para subtrair à metodologia materialista elaborada por Marx e Engels a revolução que neles se inspirou. No fundo, cada revolução tende a apresentar-se como a última, senão como a solução de toda contradição e, portanto, como o fim da história. Se de um lado estimula o entusiasmo de massa necessário para abater a tenaz resistência do antigo regime, do outro a utopia enfática e abstrata acaba por tornar mais difícil o processo de construção da nova sociedade.

Só através de um trabalhoso e freqüentemente contraditório processo de aprendizagem uma grande revolução consegue definir com precisão seus objetivos e as formas políticas chamadas a realizá-los. Como esclareceu Gramsci, para que uma revolução possa considerar-se realmente completa, não basta a conquista do poder; é necessária também a descoberta ou a construção dos mecanismos institucionais e jurídicos de exercício regular e ordenado do poder. Por isso a revolução burguesa abarca na França um período que vai de 1789 a 1871. No curso dessas décadas, a nova classe dominante, através de tentativas e erros, contradições e lutas, experimenta os mais diversos regimes políticos: a monarquia constitucional e a república, a ditadura jacobina e a ditadura militar, o império e o regime bonapartista, o sistema representativo monocameral e o bicameral, formas mais ou menos amplas de restrição censitária (com a tentação às vezes de recorrer a um dispositivo eleitoral de mais graus, ou seja, ao voto plural a favor dos mais "inteligentes" ou dos mais abastados) e o sufrágio direto universal (masculino). No que concerne mais propriamente às relações sociais, à fase inicial de proibição das "coligações" operárias sucede uma fase mais madura, na qual os sindicatos obtêm reconhecimento legal. Considerações análogas poderiam ser feitas no que concerne à organização do exército, dos aparelhos ideológicos e dos outros setores da vida políti-

⁶² Marx-Engels, 1955, vol. XXII, p. 301 (*Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft*, Introduzione all'edizione inglese, 1892).

ca e social. No conjunto, só com a conclusão da Comuna de Paris e o advento da Terceira República, com a construção de um regime representativo fundado sobre a competição de mais partidos mas, ao mesmo tempo, sobre constante controle exercido por uma só classe, a burguesia francesa encontra as formas políticas e sociais para o exercício do poder em condições de normalidade, com a força militar que dá um passo atrás para estar pronta a intervir de modo direto só nas situações de crise aguda. E essas formas políticas e sociais vêm inventadas e construídas não já mediante assépticos experimentos em laboratório, mas no curso de amargas lutas, seja com o antigo regime, seja com as massas populares, e até de conflitos internacionais.

A classe ou o bloco social que se propõe a substituir a burguesia tem diante de si um encargo ainda mais difícil. Deve “inventar” não só um novo regime político, mas também novas relações sociais, que não preexistem, como acontece com as relações sociais burguesas, já no interior da velha sociedade, mas só podem ser construídas a partir da conquista do poder. É a fundamental diferença entre “revolução socialista” e “revolução burguesa”, trazida à luz por Lênin⁶³. Tanto mais complexo é o processo de aprendizado que se impõe a um movimento que quer superar o capitalismo. E é sobre o terreno da solução frustrada desta tarefa, tornada ainda mais difícil pela política de contenção, cerco e agressão do imperialismo, que se verificou a derrota do socialismo.

7. Processo de aprendizagem e desmessianização do projeto comunista

O movimento socialista e comunista está bem longe de haver conduzido ao término este processo. Devemos pen-

⁶³ Lenin, 1955 d, p. 75.

sar o futuro pós-capitalista como o total desaparecer não só dos antagonismos de classe, mas também do Estado e do poder político e da norma jurídica enquanto tais, e também das religiões, das nações, da divisão do trabalho, do mercado, de cada possível fonte de conflito? Devemos continuar a considerar com Bebel que, junto com o capitalismo, estão destinados a desaparecer não só o Estado, mas também os “parlamentos”, as alfândegas, o fisco, os “tribunais”, “os advogados e os ministérios públicos”, as “prisões”, a própria norma jurídica, os delitos e até mesmo os sentimentos de “ódio” e de “vingança”, de modo que “dezenas de milhares de leis, decretos e ordenanças irão à ruína”⁶⁴? Devemos considerar, com Trotski, que no comunismo, junto com o Estado, estão destinados a desaparecer também o “dinheiro” e toda forma de mercado⁶⁵? Mais ainda, a julgar por certas declarações de Trotski, transformações miraculosas acontecem já no âmbito do socialismo: “A verdadeira família socialista, liberada pela sociedade dos pesados e humilhantes fardos cotidianos, não terá necessidade de nenhuma regulamentação e a mera idéia de leis sobre divórcio e sobre aborto não lhe parecerá melhor na lembrança do que as casas de tolerância ou os sacrifícios humanos”⁶⁶.

Já apontamos os efeitos desastrosos da dialética *estado de exceção – utopia abstrata – enrijecimento posterior do estado de exceção*. Convém, ao contrário, ter presente a lição de Gramsci, que talvez mais que todos empenhou-se no esforço de desmessianização do projeto comunista. Colocando em discussão o mito da extinção do Estado e de sua reabsorção na sociedade civil, ele fez notar que a própria sociedade civil é uma forma de Estado; além disso, sublinhou que o internacionalismo não tem nada a ver com o desconhecimen-

⁶⁴ Bebel, 1964, pp. 482-483.

⁶⁵ Trotski, 1968, p. 61.

⁶⁶ Idem, pp. 144-145.

to das peculiaridades e identidades nacionais, que continuarão a subsistir muito depois da queda do capitalismo; já quanto ao mercado, Gramsci esclarece que conviria falar de “mercado determinado”, ao invés de mercado em abstrato.

Mas, para além da lição deste ou daquele grande autor, trata-se, sobretudo, de analisar o processo de aprendizagem do movimento comunista enquanto tal. Enquanto a primeira guerra mundial ia se tornando mais furiosa, Lênin insiste na tese da extinção do Estado e a radicaliza; mas nos últimos anos da sua vida, ele chama a construir um aparelho estatal “verdadeiramente novo” e que “mereça verdadeiramente o nome de socialista, de soviético”, empenhando-se também a aprender com os “melhores modelos da Europa ocidental”⁶⁷. Nos anos de Kruschov, um jurista teve a coragem de reinterpretar a tese da extinção do Estado, distinguindo entre “função de opressão”, destinada a reduzir-se e a dissipar-se, e funções “econômicas e culturais”, que conhecem ao contrário um desenvolvimento. Bloch criticou essa reinterpretação. Também ele deixou para trás a espera messiânica da transformação do “poder” em “amor”. Sim, continua a agitar a tese da extinção do Estado mas, entretanto, ele agora a relê como um “ideal-limite” ou ainda, um “conceito-limite”⁶⁸, portanto como um ideal que orienta a ação sem nunca realizar-se completamente na realidade.

Não menos trabalhoso revela-se o processo de aprendizagem em outros campos. Imediatamente após a revolução de Outubro, Rosa Luxemburgo convida o novo regime a “sufocar no nascimento, com punho de ferro, cada tendência separatista”, proveniente dos “povos sem história”, “cadáveres apodrecidos que emergem dos seus sepulcros seculares”⁶⁹. A luta entre capitalismo e socialismo e o advento do novo

⁶⁷ Losurdo, 1997 a, Cap. V, 3.

⁶⁸ Bloch, 1961, pp. 256-259.

⁶⁹ Losurdo, 1997 a, Cap. VII, 2.

regime socialista tornam mais do que nunca obsoletas, enganadoras e intoleráveis as reivindicações e contradições nacionais. Junto às identidades nacionais e estatais, o avanço da revolução parece dever relegar ao museu das antiguidades também os tradicionais problemas das relações entre os Estados. Ao assumir a função de comissário do povo para os negócios estrangeiros, Trotski declara: “[...] emitirei alguma proclamação revolucionária aos povos do mundo, depois fecharei o comércio”⁷⁰. Embora geralmente longe destes tons enfáticos, ao concluir o congresso da fundação da internacional, em um momento no qual o capitalismo parece no ponto de ser abalado, Lênin não hesita em declarar: “[...] a vitória da revolução proletária em todo o mundo está assegurada. Aproxima-se a fundação da república soviética internacional”. Cerca de dez anos depois, Stalin, ao contrário, foi constrangido a observar: “[...] a estabilidade das nações é colossalmente grande”. De outro lado – fará notar mais tarde o mesmo Stalin – a língua, elemento essencial da identidade nacional, não é uma simples superestrutura, como demonstra sua tenaz permanência através da passagem de um regime social a outro; o socialismo não é o desaparecer das diversas línguas e das diversas identidades nacionais. E, no entanto, depois haver assim longamente e asperamente condenado a teoria ou a tentativa trotskista da exportação da revolução, ao término da II Guerra Mundial, Stalin parece de qualquer modo fazê-la própria. Assim exprime-se no curso de uma conversação com Djilas: “[...] esta guerra é diversa de todas aquelas do passado; qualquer um que ocupa um território impõe a ele também o seu sistema social. Cada um impõe o seu sistema social, até onde consegue chegar o seu exército; não poderia ser diferente”⁷¹. A questão nacional aqui posta de lado far-se-á sentir com força poucos anos depois: é exatamente na Euro-

⁷⁰ Carr, 1964, p. 814.

⁷¹ Gilas, 1978, p. 121.

pa oriental que se inicia a crise que depois conduz à dissolução do “campo socialista”.

Voltemos agora os olhos para as contradições que se manifestam em relação à construção do novo ordenamento social chamado a substituir o capitalismo. Vimos o jovem Bloch aspirar à liquidação da “economia do dinheiro” enquanto tal. Não é só a postura de um filósofo embebido do “espírito da utopia”. Nos anos 40 um bolchevique descreve de modo eficaz o clima espiritual dos anos imediatamente sucessivos à revolução de Outubro: “Nós jovens comunistas tínhamos todos crescido com a convicção de que o dinheiro tivesse sido retirado de circulação de uma vez por todas [...] Se reaparecia o dinheiro, não teriam ressurgido também os ricos? Não nos encontrávamos sobre uma descida escorregadia que nos reconduzia ao capitalismo?”⁷².

Façamos, porém, abstração desta espera mais ou menos messiânica. Uma vez chegados ao poder, os comunistas encontram-se diante de escolhas difíceis de enfrentar e, às vezes, dramáticas: devem em primeiro lugar preocupar-se em alargar ou consolidar a sua base social de consenso ou devem dar imediato início ao seu programa de coletivização integral dos meios de produção? Esta última é a tese de Rosa Luxemburgo, que critica duramente os bolcheviques por sua reforma agrária “pequeno-burguesa” e pela concessão da terra aos camponeses⁷³. A Rússia saiu exausta da guerra: o objetivo principal do poder soviético reside na distribuição mais ou menos igualitária dos escassos recursos disponíveis ou no esforço para aumentá-los? No caso que a tarefa principal venha identificada no desenvolvimento da força produtiva, eis que um novo dilema se impõe: é preciso usar como alavanca os incentivos materiais ou a consciência revolucionária e a dedicação à causa do socialismo por parte do “ho-

⁷² Figes, 2000, p. 926.

⁷³ Losurdo, 1997 a, Cap. VII, 2.

mem novo”? Por longos anos, Mao Tsé-tung nutriu a ilusão de poder rapidamente superar a distância em relação aos países capitalistas mais avançados fazendo apelo ao entusiasmo revolucionário de massa; entretanto, a mediocridade dos resultados conseguidos e a contemporânea estabilização do capitalismo impeliram os comunistas chineses a se lançarem com uma radicalidade toda nova no percurso precedentemente caracterizado como “revisionista”. É assim que viu a luz a “economia socialista de mercado”.

Uma vez mais, o processo de aprendizagem revela-se complexo e trabalhoso, e não só para aqueles que são chamados a exercer funções de governo. No aclamar a revolução de Outubro, Gramsci sublinha que ela inicialmente produzirá só “o coletivismo da miséria, do sofrimento”. Neste momento, a tarefa principal do poder soviético parece residir, aos seus olhos, na distribuição igualitária dos recursos disponíveis. Mais tarde, ao defender a NEP, o dirigente comunista italiano observa que, só a partir de uma visão simplista e superficial do processo de construção de uma sociedade pós-capitalista, podemos nos escandalizar pelo espetáculo do “*nepman* empelicado”, que goza de um nível de vida decididamente superior em relação aos operários, que, no entanto, constituem a classe politicamente dominante. Ora, contrariamente ao passado, a tarefa principal do novo poder soviético parece ser individualizada no desenvolvimento das forças produtivas⁷⁴.

8. Des-demonização de Stalin (e de Kruschov) e des-canonização de Marx, Engels e dos “clássicos”

A história do socialismo é também a história desses dilemas, desses debates e dessas lutas. E tais lutas marcaram

⁷⁴ Losurdo, 1997 a, Cap. VII, 3.

profundamente não só a história de cada um dos partidos comunistas (estivessem no governo ou na oposição) e do movimento comunista internacional no seu conjunto, mas também a evolução dos grandes intelectuais de orientação comunista. A habitual liquidação da história real em nome da utopia, ou então do pensamento “autêntico” de Marx e Engels implica também a celebração dos grandes intelectuais, ou seja, dos políticos que permaneceram estranhos ao ou às margens do poder em contraposição àqueles que assumiram realmente a responsabilidade de governo. Mas este quadro em preto e branco não é de modo algum convincente, e por uma série de razões: a) institui um confronto entre grandezas heterogêneas, isto é, entre intenções de um lado e ações reais do outro (é a atitude que Hegel reprovará na “bela alma”; b) é privado de credibilidade no plano histórico: os grandes intelectuais, ou seja, os políticos que permaneceram estranhos ao poder, não são imunes às ingênuas ilusões, aos erros e até às brutalidades que podemos encontrar naqueles que geriram o poder real; c) contrapondo a excelência das boas intenções de um lado e a mediocridade ou pior das ações reais do outro, esta abordagem abre de novo caminho à pseudo-explicação na chave da “traição”. Em seu tempo, Engels caçoou “daquela superstição que atribuí a revolução à malignidade de um punhado de agitadores”⁷⁵. Desgraçadamente, no âmbito do movimento comunista foi e ainda é forte o impacto da “superstição” que leva a atribuir à “malignidade” de um punhado de traidores os momentos de crise, ou mesmo a derrota de uma revolução. É hora de romper definitivamente com esta desafortunada tradição.

Qualquer que seja o modo pelo qual seja declinada, a categoria de “traição” pressupõe a canonização de Marx e Engels (e dos “clássicos”, qualquer que seja o modo de defi-

⁷⁵ Marx-Engels, 1955, vol. VIII, p. 5.

ni-los) quando não a excomunhão daqueles que são acusados de haver traído o cânon. O recurso aqui sugerido à categoria de “processo de aprendizagem” implica, ao contrário, de um lado a des-demonização de Stalin (mas também de Kruschov e de Trotski), de outro a des-canonização de Marx e Engels (e dos “clássicos”). E esta des-canonização implica, por sua vez, que o processo de aprendizagem está bem longe de ser concluído.

9. Capitalismo e socialismo: experimentos em laboratório ou luta e condicionamento recíproco?

Se é ridículo querer reduzir o século XX à historieta edificante de que falei no início, não menos ridículo é configurar a história deste século como o confronto entre dois experimentos de laboratório, conduzidos separadamente um do outro e um falido e o outro bem-sucedido. Na realidade, assim como a história do Ocidente e do Terceiro Mundo não pode ser compreendida (com a superação das três grandes discriminações e o advento do Estado social) sem o desafio representado pelo “socialismo real”, tampouco a história do “socialismo real” pode ser compreendida sem a política de intervenção, cerco e de embargo tecnológico e econômico levada adiante pelo Ocidente.

No que toca ao primeiro ponto, vimos que são autores acima de qualquer suspeita que colocam o dismantelamento do Estado racial no Sul dos USA e a edificação do Estado social no Ocidente em conexão com a influência de um modo ou de outro exercida pela “revolução marxista russa” e pelo “campo socialista”. Trata-se agora de analisar mais completamente a dialética que se desenvolve a partir de outubro de 1917. O sistema capitalista, reforçado pela absorção de elementos extraídos da bagagem ideal e política do movimento operário e comunista e da própria realidade

do socialismo real, soube mais tarde exercer por sua vez uma atração irresistível sobre a população dos países caracterizados por um socialismo que desde o início leva impressos na face os sinais da guerra desencadeada e imposta pelo Ocidente e que depois torna-se progressivamente mais ossificado e esclerótico até transformar-se na caricatura de si mesmo. Assim, pois, os regimes nascidos sobre a vaga da revolução bolchevique não foram capazes, concretamente, de competir com aquele Ocidente que eles mesmos tinham contribuído para modificar em profundidade; em última análise venceu o sistema político-social que melhor soube responder ao desafio lançado ou objetivamente constituído pelo sistema contraposto e concorrente. E é assim que também neste caso a inicial vitória parcial conseguida pelo movimento operário comunista, com a capacidade demonstrada de difundir a sua concreta eficácia histórica também no campo adversário, transformou-se numa derrota de alcance estratégico.

Podemos assim compreender o processo contraditório em ato nos nossos dias. Em um país como a China, a partir do afrouxar-se do estado de exceção permanente imposto pelo imperialismo e sobre a base de um processo de aprendizagem tornado mais ágil nessa nova situação, amadurece o reconhecimento teórico da importância do governo das leis e desenvolvem-se esforços para construir um Estado socialista de direito (é nestes termos que, rompendo tanto com a tradição do “socialismo real” quanto com a herança da “revolução cultural” exprimem-se a atual Constituição e os dirigentes da República Popular). No Ocidente, ao contrário, à falta do desafio representado pelo “campo socialista” e por um forte movimento comunista internacional corresponde um processo de involução. Não se trata apenas do desmantelamento do Estado social. Tendem até mesmo a se rerepresentar, ainda que de forma diversa, duas das três grandes discriminações superadas no curso do século XX. Nos

Estados Unidos – sublinha entre os outros um importante historiador *liberal* como Schlesinger Jr. – o peso do dinheiro nas competições eleitorais é tão forte que os organismos representativos correm o risco de tornarem-se novamente monopólio das classes proprietárias (como nos anos de ouro da restrição censitária do sufrágio). No que toca, ao revés, às relações internacionais, um teórico quase oficial da “sociedade aberta” como Popper, procede a uma reabilitação explícita do colonialismo⁷⁶. Conhece ainda uma renovada vitalidade a mitologia imperial sobre cuja base um “povo eleito” tem o direito-dever de guiar os outros: ao motivo do *White Man’s Burden* caro a Kipling está substituindo-se o motivo do *American Man’s Burden* caro a Bush filho.

A “derrota” não é a “falência”: enquanto esta última categoria implica um juízo negativo total, a primeira configura-se como um juízo negativo parcial, que faz referência a um contexto histórico determinado e que recusa destituir de realidade alguns países e até mesmo um país-continente, que continuam a reivindicar o socialismo. Sua resistência e sua vitalidade derivam da capacidade demonstrada de levar adiante concretamente, entre limites, erros e experimentos mais ou menos felizes, o necessário processo de aprendizagem, depurando o projeto socialista dos seus componentes abstratamente utópicos e redescobrimdo o mercado socialista, o governo da lei na versão socialista, a persistência das diferenças e identidades nacionais etc. Abre-se uma fase nova e rica de incógnitas: o processo de aprendizagem não é e não pode ter um sucesso garantido, não é imune nem ao surgimento de contradições e conflitos nem ao perigo da derrota. É um processo que está bem longe de ter alcançado sua conclusão.

⁷⁶ Cf. Losurdo, 1993 b, Cap. 8, §§ 4 e 7.

SEGUNDA PARTE

A CHINA E O BALANÇO HISTÓRICO DA EXPERIÊNCIA DO SOCIALISMO

X. A DIALÉTICA DA REVOLUÇÃO NA RÚSSIA E NA CHINA. UMA ANÁLISE COMPARATIVA

1. Revolução e pacto social: um confronto entre Rússia e China

SOB QUAIS CONDIÇÕES É possível para uma revolução alcançar o sucesso? Como esclareceu Lênin, esse sucesso seria determinado pelo entrelaçamento de uma insatisfação irreprimível das classes subalternas e a sempre mais evidente incapacidade de dirigir das classes dominantes. Com o surgimento de uma grande crise que põe em discussão o ordenamento e até a identidade de uma nação, o partido revolucionário chega ao poder propondo-se como novo grupo dirigente, estipulando uma espécie de pacto com a nação como um todo. Este pacto assume em cada caso uma configuração diferente. Em outubro de 1917, ele fundou-se na promessa e no projeto dos bolcheviques de assegurarem terra para os camponeses e pão e paz para um povo exangue e exausto. Uma paz fundada, internamente, na igualdade entre as diferentes nacionalidades que constituem o imenso país.

Este pacto sofreu uma primeira grave crise com a coletivização da agricultura. Mais ainda do que os erros políticos subjetivos, um papel particularmente relevante neste caso foi desempenhado pelas contradições objetivas. Numa situação ainda profundamente caracterizada pelas devastações provocadas pelo conflito imperialista e pela guerra civil, o açambarcamento dos gêneros alimentícios pelos camponeses (sobretudo pelos mais prósperos) torna o problema da carestia e da inanição nas cidades mais agudo ainda. Em certo sentido, o pacto que levou a revolução ao poder deveria sofrer uma ruptura numa ou noutra direção. Pão para os operários ou terra para os camponeses? Dois dos elemen-

tos constitutivos do pacto entravam objetivamente em contradição, tanto mais que se perfilava no horizonte a sombra crescentemente ameaçadora da guerra.

Era então necessário preparar-se com um plano de industrialização capaz de enfrentar a agressão, para também não pôr em crise o terceiro elemento constitutivo do pacto, que obrigava o grupo dirigente bolchevique a abster-se de aventuras imperialistas, mas também, implicitamente, em caso de uma possível guerra imposta de fora, a fornecer uma prova melhor do que a dada no tempo da Rússia czarista. É provável que a situação objetiva não oferecesse um amplo leque de escolhas (até os historiadores apaixonadamente anticomunistas reconhecem que os perigos da guerra tornavam urgente a industrialização do campo)⁷⁷. Resta o fato de que a coletivização, que dispunha no campo de uma base de sustentação bastante débil, e que, por isso, foi resultado, fundamentalmente, de uma imposição pelo alto e de fora para dentro, abalou a relação entre o grupo dirigente bolchevique e a população rural no seu conjunto, assim como a relação entre russos e minorias nacionais não russas (que constituíam o grosso da população agrária).

Em consequência da agressão nazista assistimos a uma radical reformulação do pacto social. A Grande Guerra Patriótica, um esforço coletivo que distribuiu de forma equilibrada os pesos e os terríveis sacrifícios impostos pela invasão, propunha-se defender a independência do país e salvar todas as nacionalidades que o compunham da escravização que o Terceiro Reich e a “raça dos senhores” queriam lhes impor. Pelo menos por algum tempo cessou a perseguição religiosa, melhoraram as relações com o campo e com as minorias nacionais que, de fato, representavam o alvo privilegiado da cruzada convocada para impor o ateísmo de Estado.

⁷⁷ Cf. Tucker, 1990, pp. 50 e 98; Bullock, 1992, pp. 279-280.

Com a derrota do Terceiro Reich esta política de unidade nacional foi apressadamente abandonada. Delineava-se assim a crise do novo pacto social, ulteriormente submetido a dura prova pelos persistentes sacrifícios impostos agora pela guerra fria e por uma sempre mais frenética corrida ao rearmamento. Mas o momento definitivo de crise foi introduzido por Kruschov. A demonização acrítica de Stalin, funcional para um acerto de contas no interior do PCUS e do movimento comunista internacional, golpeando e liquidando idealmente o protagonista não só da Grande Guerra Patriótica, mas também do pacto social que ela inaugurou, provocou uma verdadeira crise de identidade, escavando um gigantesco vazio histórico. Os cidadãos da União Soviética carregavam agora uma dupla e radical fratura: com o regime derrubado pela revolução de Outubro e com o regime que se instaurou depois da vitória, ou alguns anos depois da vitória da revolução. Lançando-se neste vazio, Kruschov organizou um novo pacto, em todos os aspectos irrealista, sobre cuja base a União Soviética deveria superar, no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, os Estados Unidos da América, até alcançar o estágio do comunismo, com a extinção das classes, do Estado etc. O entrelaçamento entre o ridículo que sempre caracterizou mais e mais este mirabolante programa e o vazio histórico já analisado, não podia deixar de provocar efeitos desastrosos.

Concluindo, podemos dizer que os momentos de crise da revolução coincidem com os momentos de crise do pacto social (repúdio da NEP num primeiro momento, e em seguida, o abandono da plataforma patriótica que norteou a resistência contra a agressão hitleriana), enquanto a maré alta da revolução coincide com as fases em que a causa da revolução se identifica, aos olhos de uma grande parte da opinião pública, com a causa da nação. Isto não vale exclusivamente no caso da Grande Guerra Patriótica. Duas décadas antes, a contra-revolução, desencadeada pelos exércitos

contra-revolucionários brancos, apoiados ou açulados pela aliança das potências imperialistas vitoriosas em 1918¹, foi derrotada também porque os bolcheviques (Radek distinguiu-se nessa atitude) apelaram ao povo russo para que ele se empenhasse numa “luta de libertação nacional contra a invasão estrangeira” e contra as potências imperialistas decididas a transformar a Rússia numa “colônia” do Ocidente. Sob esta base, Brusilov adere à Rússia Soviética: o brilhante general originário da nobreza, único ou entre os poucos que mostraram seu valor durante a primeira guerra mundial, assim motivou sua escolha: “Minha obrigação moral para com a nação freqüentemente me constrangeu a desobedecer às minhas naturais inclinações sociais”⁷⁸.

Qual o pacto sobre cuja base o Partido Comunista Chinês conseguiu a vitória? Ainda que presente já no âmbito de uma revolução que eclodira no curso da luta contra uma guerra caracterizada como imperialista, a dimensão do pacto nacional revestiu um papel decisivamente mais relevante numa revolução como a chinesa, que se desenvolveu, em primeiro lugar, como uma luta de libertação nacional. Às vésperas da tomada do poder, em 21 de setembro de 1949, Mao declarava solenemente: “Nossa nação não mais será sujeita ao insulto e à humilhação. Andamos de corpo erguido [...] A era em que o povo chinês era considerado fora da civilização terminou”. O pacto baseava-se, pois, na promessa de pôr fim à condição semicolonial e semifeudal da China. Em seu discurso, Mao aprofundou seus esclarecimentos: “Por mais de um século, nossos antepassados não cessaram de desenvolver lutas obstinadas contra os opressores internos e estrangeiros”⁷⁹.

¹ *Intesa* no original.

⁷⁸ Figes, 2000, pp. 840 e 837.

⁷⁹ Mao Tsé-tung, 1988, pp. 87-88.

Retrocedendo em relação ao período de tempo aqui referido, defrontamo-nos com a primeira guerra do ópio. O PCC prometia, pois, encerrar a fase trágica que, na história da nação chinesa, tinha sido aberta pela guerra do ópio. Esta periodização foi reiterada em várias ocasiões, tornando-se explícita na inscrição redigida por Mao para o Monumento aos heróis do povo: "Glória eterna aos heróis do povo que, desde 1840, durante repetidas lutas, tombaram no combate contra os inimigos internos e estrangeiros, para alcançar a independência nacional, para a liberdade e para o bem-estar do povo!"⁸⁰. Durante mais de um século, o atraso semifeudal possibilitara a arrogância, a interferência, o saque e o domínio das grandes potências capitalistas, o que por sua vez tornou mais grave ainda o subdesenvolvimento da China.

2. Algumas características filosóficas da revolução chinesa

Tratava-se agora de pôr fim a uma tragédia de mais de um século, um período bastante extenso se pensarmos em termos de custos econômicos e sociais, de perdas territoriais, dos terríveis sacrifícios humanos que comportou, mas um período bastante breve se considerarmos a história plurimilenar da nação chinesa. O que caracteriza a revolução na China não é só o fato de ela se desenvolver num país que se encontrava em condições semicoloniais (além de semifeudais), em evidente contraste com a revolução de Outubro, que se desenvolveu num país em que, às suas vésperas, era um dos protagonistas da competição imperialista e que concorria para a conquista da hegemonia. Esta diferença é conhecida. Há uma outra, talvez mais importante, mas raramente mencionada. Ao contrário da russa, a revolução

⁸⁰ Mao Tsé-tung, 1979, p. 15.

chinesa desenvolveu-se desde os inícios sob a perspectiva da *longue durée*^u.

A catástrofe inaudita da I Guerra Mundial estimulou um clima de espera messiânica que influiu também nas leituras da revolução de Outubro. Pensamos em um grande intelectual como Bloch, que espera dela não só o fim de qualquer tipo de “economia do dinheiro” e, junto com esta, da “moral mercantil que consagrou tudo o que de mais perverso existe no homem”, mas também a “transformação do poder em amor”⁸¹. Pelo menos no que diz respeito à “economia do dinheiro”, a visão cara ao primeiro Bloch estava extensamente difundida na Rússia soviética. Nos anos quarenta um bolchevique descreveu de forma eficaz o clima espiritual dos anos imediatamente sucessivos à revolução de Outubro: “Nós, jovens comunistas, crescemos com a convicção de que o dinheiro tivesse sido eliminado de vez [...] Se o dinheiro reaparecia, não teriam reaparecido também os ricos? Não estaríamos num declive escorregadio que nos levava de novo ao capitalismo”⁸²?

Estaria então retornando à vida o sistema político-social que tinha provocado os horrores da guerra? Essa expectativa messiânica leva, de um lado, a transfigurar os conteúdos da tão ansiada sociedade pós-capitalista, de outro lado a imprimir no processo histórico uma imaginária e fantástica aceleração, a ponto de que o presente parece configurar-se quase como a *plenitudo temporum*^v. Esta tendência se manifestou até em dirigentes políticos de primeiro plano. Pou-

^u Em francês no original, “longa duração”, aludindo a uma expressão forjada por historiadores franceses ligados à Escola e à revista *Annales*.

⁸¹ Bloch, 1971, pp. 321-322. Também Losurdo, 1997 a, pp. 171-172.

⁸² Em Figes, 2000, p. 926.

^v Em latim no original, “plenitude dos tempos”.

cas semanas após a fundação da Internacional Comunista, Zinoviev assim se expressou:

O movimento está progredindo com uma rapidez tão vertiginosa, que se pode afirmar com certeza que dentro de um ano esqueceremos que houve na Europa uma luta pelo comunismo, porque dentro de um ano a Europa toda será comunista. E a luta se estenderá à América, talvez também à Ásia e aos outros continentes.

O próprio Lênin, normalmente sóbrio e comedido, no discurso de encerramento pronunciado durante o congresso de fundação da Internacional declarava: “A vitória da revolução proletária no mundo inteiro está garantida. Aproxima-se a fundação da república soviética internacional”⁸³.

Ao tempo da revolução chinesa, a catástrofe iniciada em 1914 ainda se encontrava em pleno desenvolvimento, mas sua percepção já tinha sido largamente metabolizada. A visão de *longue durée* foi estimulada também pela consciência de que na China a revolução não seria imediatamente socialista, mas teria, por um “longo período” – observa Mao no final de 1947– um conteúdo em primeiro lugar antifeudal e anticolonial, implicando, portanto, na permanência, mesmo depois da conquista do poder, de “um setor capitalista da economia”⁸⁴. Vem aqui traçado um percurso em cujo âmbito já a primeira etapa duraria algumas décadas. Longe de ser a *plenitudo temporum*, a revolução é aceleração dramática de um processo de longa duração. A tradição messiânica judaico-cristã, ausente na revolução chinesa, parece cumprir um papel importante, através de múltiplas mediações, nas enfáticas expectativas de imediata regeneração

⁸³ Em Agosti, 1974-79, vol. I, pp. 74-75.

⁸⁴ Mao Tsé-tung, 1969-75, vol. IV, p.169.

que, algumas vezes, acompanharam a revolução russa. Tendo-se tornado comissário para o exterior, Trotski manifesta a esperança de que logo o ministério por ele dirigido se tornaria supérfluo, em consequência da dissolução dos Estados e das nacionalidades. A expectativa do PCC, ao contrário, era o renascimento da nação chinesa e a retomada de seu desenvolvimento, sobre uma base de igualdade com as outras nações, depois do breve e desventurado intervalo de um século de opressão.

Sem dúvida, continuou a estar bem presente a perspectiva comunista da “paz perpétua” na seqüência da derrubada do imperialismo e do capitalismo e da “eliminação das classes e do Estado”. Mas o elemento que abriu o caminho para a realização desse programa foi uma revolução nacional e anticolonial, que segundo Mao deveria preservar a lição de Sun Tsu, um teórico militar chinês do V século antes de Cristo⁸⁵. Entrelaçavam-se estreitamente a atenção às tarefas imediatas do presente e a perspectiva de longa duração, assim como entrelaçavam-se estreitamente dimensão nacional e dimensão internacional.

Aprofundando suas raízes num passado mais do que secular (a resistência ao colonialismo ocidental), resguardando a herança cultural milenar da nação chinesa e estendendo-se num longo arco temporal, a revolução nacional na China propõe-se a contribuir para alcançar um objetivo ambicioso e de longo alcance: a realização da paz perpétua em escala planetária. Uma pergunta se impõe: a dissolução do flagelo da guerra, bem como do Estado (e do Estado nacional) envolve também a dissolução das identidades nacionais? Esta questão não parece suficientemente esclarecida. É certo que a revolução quer contribuir para a unificação do gênero humano; porém, durante um inteiro período histórico, tal objetivo passa não pela dissolução das identidades nacio-

⁸⁵ Mao Tsé-tung, 1969-75, vol. I, pp. 195 e 203.

nais, mas sim por seu renascimento, uma vez suprimida a opressão imperialista.

Durante uma intervenção às vésperas da proclamação da República Popular Chinesa, Mao refaz a história de seu país. Evoca em particular a resistência contra as potências protagonistas das guerras do ópio, a revolta dos "taiping contra os ching, servos do imperialismo", a guerra contra o Japão em 1894-5, "a guerra contra a agressão da coalizão das oito potências" (em razão da revolta dos Boxers) e, finalmente, "a Revolução de 1911 contra os ching, lacaios do imperialismo". Tantas lutas e outras tantas derrotas. Como explicar a reviravolta que ocorreu num determinado momento?

Por muito tempo, durante esse movimento de resistência, isto é, por mais de setenta anos, desde a guerra do ópio em 1840 até às vésperas do Movimento de 4 de maio de 1919, os chineses não possuíam armas ideológicas para se defenderem contra o imperialismo. As velhas e imutáveis armas ideológicas do feudalismo foram derrotadas, tiveram de ceder e foram declaradas fora de uso. Na falta de algo melhor, os chineses foram obrigados a munir-se de armas ideológicas e fórmulas políticas como a teoria da evolução, a teoria do direito natural e da república burguesa, todas elas tomadas de empréstimo ao arsenal do período revolucionário da burguesia do Ocidente, pátria do imperialismo [...] mas todas estas armas ideológicas, assim como as do feudalismo, mostraram-se muito frágeis e, por sua vez cederam, foram retiradas e declaradas fora de uso.

A revolução russa de 1917 marcou o despertar dos chineses, que apreendem algo novo: o marxismo-leninismo. Na China, nasce o Partido Comunista, um evento que marcará uma época [...] Desde que com-

preenderam o marxismo-leninismo, os chineses cessaram de ser passivos intelectualmente e tomaram a iniciativa. Desde aquele momento, começou a terminar o período da história moderna mundial em que os chineses e a cultura chinesa eram olhados com desprezo⁸⁶.

O marxismo-leninismo é a verdade finalmente encontrada depois de longa procura, a arma ideológica capaz de garantir a vitória da revolução nacional na China, a de conduzir o país à resolução do problema da saída do semi-feudalismo e do semicolonialismo. Esta procura começou no período das guerras do ópio, bem antes da formação não só do marxismo-leninismo, mas do marxismo enquanto tal: em 1840, Marx era apenas um jovem estudante universitário. Junto com a *longue durée* emerge outra característica filosófica essencial do comunismo chinês, assim sintetizada por Mao: “As verdades universais do marxismo devem ser integradas às condições concretas dos diversos países e há unidade entre internacionalismo e patriotismo”⁸⁷. O universalismo ou o internacionalismo abstrato, que Gramsci imputava a Trotski⁸⁸, parece estranho à tradição do comunismo chinês.

3. Independência nacional e desenvolvimento econômico

O ano de 1949 marcou, pois, o triunfo de uma revolução que, pelo menos na sua primeira fase, apresentava-se com um conteúdo anticolonial e antifeudal. O que isto quer dizer

⁸⁶ Mao Tsé-tung, 1969-75, vol. IV, pp. 469-470 e 472.

⁸⁷ Mao Tsé-tung, 1998, pp. 242-243.

⁸⁸ Losurdo, 1997 a, p. 204.

concretamente? No que diz respeito ao primeiro ponto, devemos considerar que, a partir da guerra do ópio, a China sofreu a amputação de enormes territórios. No momento da eclosão da revolução de 1911, alguns patriotas esperavam ainda poder recuperá-los. E tais esperanças parecem encontrar novo alento seis anos depois, devido à posição assumida, na recém-nascida Rússia Soviética, por Karakhan, o qual, exercendo a função de comissário do exterior, declarou-se pronto para repudiar os tratados impostos à China pela Rússia czarista. Mas não era possível fazer retroceder ao ponto de partida um processo histórico de já longa duração: disto se deram conta os dirigentes bolcheviques e disto já estavam conscientes os dirigentes do Partido Comunista Chinês. Tratava-se então de pôr fim, de vez, ao desmembramento do território nacional. Ainda que desiguais, os tratados assinados sob a ameaça dos canhões e dos exércitos invasores foram reconhecidos; porém não foi tolerada a amputação de territórios que, na base destes mesmos tratados, eram parte integrante da China. Impunha-se recuperar Taiwan. Tal política foi caracterizada pela firmeza, mas ao mesmo tempo pela moderação. A este propósito pode ser significativa uma comparação: em 1961, os dirigentes indianos se apressaram em recuperar Goa, naquele momento ainda colônia portuguesa, com a força das armas. Os dirigentes chineses, ao contrário, aguardaram pacientemente o vencimento do “contrato de aluguel” de Hong Kong e de Macau.

A defesa da independência nacional e da integridade territorial comportou uma série de profundas transformações também no plano interno. Desde antes da conquista do poder, Mao chamava a atenção para o desejo de Washington de que a China “seja forçada a viver da farinha americana”, acabando assim por “se tornar uma colônia americana”⁸⁹. As novas relações sociais deveriam garantir, em primeiro lugar,

⁸⁹ Mao Tsé-tung, 1969-75, vol. IV, p. 467.

o desenvolvimento econômico, que se impõe em vista do objetivo de conferir concretude ao programa de renascimento nacional. Já em 1940, Mao sublinhava:

Por seu caráter social, na primeira fase ou no primeiro passo, a revolução de uma colônia ou semi-colônia permanece fundamentalmente uma revolução democrático-burguesa, e objetivamente sua meta é deixar o terreno livre para o desenvolvimento do capitalismo [...] Portanto, esta revolução é necessária também para abrir um caminho ainda mais amplo para o desenvolvimento do socialismo⁹⁰.

Dezesseis anos depois, Mao convidou a não esquecer que, apesar da chegada ao poder do partido comunista, o quadro da China ainda estava marcado em primeiro lugar pelo subdesenvolvimento:

É preciso que todos os quadros e o povo inteiro relembrem continuamente que a China é, sim, um grande país socialista, mas também e ao mesmo tempo é um país pobre e economicamente atrasado. Trata-se de uma enorme contradição. Se desejarmos que nosso país se torne rico e potente, então necessitaremos de algumas décadas de esforços obstinados⁹¹.

Neste momento, Mao parece identificar a contradição principal não no conflito entre burguesia e proletariado, como fará, sobretudo, nos anos da Revolução Cultural, mas no descompasso entre socialismo e atraso. Mas então que postura é preciso assumir frente à burguesia nacional?

⁹⁰ Mao Tsé-tung, 1969-75, vol. II, p. 360.

⁹¹ Mao Tsé-tung, 1979, p. 579.

Quanto a nossa política nas cidades, à primeira vista dá um pouco a impressão de ser de direita: de fato, conservamos os capitalistas, concedendo-lhes também uma rentabilidade fixa por sete anos. Decorridos os sete anos como nos regularemos? Quando chegar o momento, veremos o que fazer. A solução melhor é deixar a questão em aberto e conceder-lhes ainda um pouco de ganhos. Com pouco dinheiro compraremos esta classe [...] Comprando esta classe a privaremos de seu capital político, assim não haverá nada a dizer [...] Este capital político devemos expropriá-lo até o fundo e continuar a fazê-lo até que não sobre uma única migalha. Eis por quê não se pode dizer que nossa política na cidade seja de direita⁹².

Trata-se, pois, de distinguir entre expropriação econômica e expropriação política da burguesia. Somente esta última deveria ser conduzida até o fim, enquanto a primeira, se não fosse contida dentro de limites bem determinados, comprometeria o desenvolvimento econômico necessário para garantir a integridade territorial e o ressurgimento do país e, conseqüentemente, o respeito do pacto social sobre cuja base os comunistas conquistaram o poder. No verão de 1958, Mao reafirmava seu ponto de vista perante o embaixador, um tanto desconfiado, da União Soviética: "Na China ainda há capitalistas, mas o Estado está sob a direção do partido comunista"⁹³.

4. A crise do pacto social de 1949

Garantir a integridade territorial, evitando o ulterior desmembramento do país e pondo fim ao processo iniciado

⁹² Mao Tsé-tung, 1998, p. 475.

⁹³ Idem, p. 251.

com as guerras do ópio significava em primeiro lugar recuperar Taiwan, caída entrementes sob a proteção de Washington. Como primeira etapa tratava-se de retomar o controle de Quemoy e Matsu, duas ilhas que – sublinha Churchill numa carta a Eisenhower de 15 de fevereiro de 1955 – “ao largo da costa” [...] “são juridicamente parte da China”, que persegue “um óbvio objetivo nacional e militar, isto é, livrar-se de uma cabeça-de-ponte que se presta maravilhosamente a uma invasão da China continental” (pelo exército de Chang Kai-shek, instalado em Taiwan, armado e apoiado pelos EUA)⁹⁴. Estas considerações não impediram o presidente estadunidense de brandir a arma atômica, pelo menos em duas ocasiões, isto é, em 1954 e em 1958⁹⁵.

A ameaça não podia deixar de ser tomada terrivelmente a sério. Mesmo porque, a República Popular Chinesa não era o único alvo. Em suas memórias, o ex-primeiro ministro francês, Bidault, relatava que às vésperas de Dien Bien Phu*, Dulles lhe teria proposto: “Se vos dermos duas bombas atômicas?” (a serem utilizadas, supostamente, de imediato contra o Vietnã)⁹⁶.

Consciente da clara superioridade dos Estados Unidos, a União Soviética limitou-se a garantir à China uma cobertura que não ultrapassava o território continental: o grande país asiático teve que renunciar a um objetivo o qual até Churchill considerava óbvio e legítimo. Emergiam os primeiros atritos entre os dois grandes países socialistas. A proposta de Kruschov de formar uma força naval conjunta sino-soviética, que de fato privaria a China de uma força naval autônoma, agravou mais ainda a situação. Conversando com Yudin, embaixador soviético em Pequim, portador da proposta, Mao expressou-

⁹⁴ Boyle, 1990, p. 193.

⁹⁵ Clark, 1996.

* Vitória decisiva do exército popular de libertação no Norte do Vietnã, em maio de 1954, pondo fim à colonização francesa.

⁹⁶ Fontaine, 1968, vol. II, p. 118.

se de forma decisivamente insólita: “[...] não consegui dormir ontem, depois de despedirmos-nos, e não comi nada”⁹⁷.

Houve entre China e URSS, neste momento, uma compreensível discordância de interesses. A primeira não entendia de modo algum sofrer a perda de Taiwan e o conseqüente desmembramento territorial que Washington planejava; a segunda almejava em primeiro lugar degelar as relações com os Estados Unidos, também para aliviar o peso terrível representado pela guerra fria e pela corrida armamentista. Segundo uma declaração de Mao, de 1964, a direção soviética olhava com irritação a obstinação que a China demonstrava em perseguir o projeto de reconquista de Taiwan⁹⁸. Nestes anos, aproveitando do isolamento internacional da China, a Índia recusou-se negociar de forma pacífica um acordo de fronteira entre os dois países, acreditando poder impor sua vontade com a força das armas⁹⁹. Interessado em ampliar suas alianças e considerando óbvio seu direito de dirigir todo o “campo socialista”, Kruschov assumiu na prática uma posição favorável à Índia.

A contradição objetiva que subsistia entre URSS e China foi agravada pela arrogância que Mao reprovava nos dirigentes soviéticos, como também demonstra o referido colóquio com o embaixador Yudin: “Vós, e Stalin em particular, desconfiastes por muito tempo dos chineses, considerando-os como um segundo Tito. Vós dizeis que os europeus menosprezam os russos; eu penso que certos russos menosprezam os chineses”. Esta postura “altiva e arrogante” caracterizava em particular Mikoyan (na época vice-presidente do Conselho dos ministros) que, em relação aos chineses, estabeleceu “uma relação pai/filho ou gato/rato”¹⁰⁰. Tais sus-

⁹⁷ Mao Tsé-tung, 1998, p. 250.

⁹⁸ Idem, p. 394.

⁹⁹ Maxwell, 1973.

¹⁰⁰ Mao Tsé-tung, 1998, p. 251.

peitas encontraram plena confirmação em 1960, com a retirada dos técnicos soviéticos da China, o que infligiu um golpe terrível à economia de um país já em profunda crise.

Situado entre 1958 (ano da segunda crise de Taiwan) e 1960, o início da ruptura entre PCUS e PCC coincidiu com a primeira grave crise do pacto social que havia estimulado e marcado a fundação da República Popular Chinesa. A partir da progressiva tomada de consciência do fato de que não se podia confiar na União Soviética para realizar o programa político que visava completar o processo de reunificação nacional (com a recuperação de Taiwan) e acelerar o desenvolvimento econômico, Mao recorre cada vez mais fortemente ao estímulo de queimar as etapas. Em 1954, tinha falado de “três planos qüinqüenais” que iriam lograr “lançar as bases” da industrialização, e acrescentava: “[...] em minha opinião, para construir um grande país socialista, precisaremos de cinquenta anos, isto é, de dez planos qüinqüenais”¹⁰¹. De modo análogo expressou-se em 1955: “Se quisermos construir um Estado socialista altamente industrializado e potente, precisaremos de algumas décadas, cinquenta anos digamos, isto é, toda a segunda metade do século”¹⁰². E no ano seguinte: sim, ainda falta uma autêntica indústria automobilística nacional. Será necessário desenvolvê-la, mas sem deixar-se levar pela precipitação: “[...] somos patriotas, mas não temos pressa”¹⁰³. Mas já no verão de 1957 sobreveio uma novidade. Mao se propôs a “alcançar e superar os Estados Unidos no plano econômico em oito ou dez planos qüinqüenais”¹⁰⁴.

Entrementes, os planos qüinqüenais previstos tendem a passar de dez para oito, e já não se trata, neste período de

¹⁰¹ Mao Tsé-tung, 1979, p. 168.

¹⁰² Idem, p. 177.

¹⁰³ Idem, p. 393.

¹⁰⁴ Idem, p. 659.

tempo, de alcançar o nível médio de desenvolvimento dos países capitalistas avançados, e sim de “alcançar ou superar” o país capitalista mais avançado de todos. Na medida em que se aprofundava a crise com a URSS, os tempos programados para o desenvolvimento econômico sofreram uma aceleração. Em 1958, no seu relatório ao VII Congresso do PCC, Liu Shao-chi retomou uma palavra de ordem atribuída a Mao: “Alcançar a Inglaterra em quinze anos”¹⁰⁵. O temor de um isolamento internacional impelia a queimar as etapas. Para produzir o milagre, foram convocados os “exércitos do trabalho”, que se mobilizaram durante o Grande Salto para Frente, com os pequenos altos-fornos de vilarejo instalados sob a onda do entusiasmo de massa. A Resolução de Wuhan, de 1958, declarava: “Uma fábrica é um campo militar. Diante das máquinas o operário é disciplinado como o soldado”¹⁰⁶. Esta militarização da economia, tanto mais acentuada pelo fato de que havia efetivamente um grave risco de guerra, estimulava um forte sentido comunitário, um radical igualitarismo, uma camaradagem de guerra, que eram percebidos e celebrados como o início do comunismo (uma dialética análoga havia se desenvolvido na Rússia soviética durante a fase do “comunismo de guerra”).

As expectativas de realização do pacto social (e dos objetivos de modernizar e completar a unidade nacional) são agora recolocadas na retomada da revolução mundial, estimulada pela inaudita transformação revolucionária das relações sociais internas da China. As expectativas pareciam bem fundadas. Nestes anos o vagalhão anticolonialista assumia maior ímpeto: o imperialismo não conseguia mais contê-lo; apesar de todo seu poderio, no plano estratégico, isto se revelou um “tigre de papel”. No Terceiro Mundo, os pilares das grandes potências coloniais desmoronavam uns após

¹⁰⁵ Guillerma, 1970, vol. II, p. 229.

¹⁰⁶ Idem, p. 232.

outros. O neocolonialismo também encontrava grandes dificuldades, como demonstrava, por exemplo, a revolução cubana. Em seu conjunto, a metrópole capitalista estava perdendo o controle do campo, até porque estava em pleno desenvolvimento um processo que levava o campo a cercar a cidade. A dinâmica que tinha assegurado o triunfo da revolução chinesa e que marcava o avanço impetuoso dos movimentos de libertação nacional assumia agora dimensões planetárias. Cada vez mais apertava-se, segundo Lin Piao (1965), o cerco à cidadela capitalista e imperialista. E esta mesma cidadela não estava de modo algum compacta em seu interior, como revelava a aventura de Suez, que tinha mostrado o enfrentamento entre o colonialismo clássico de França e Inglaterra e o neocolonialismo dos EUA. As “contradições entre os países imperialistas” revelavam assim sua decisiva importância:

Na análise dos problemas internacionais, estamos sempre convencidos de que a contradição mais forte está entre os países imperialistas que lutam entre si pelo controle das colônias. Eles usam as contradições que possuem conosco para ocultar as existentes entre eles¹⁰⁷.

Mao chegava assim a uma conclusão, talvez sugerida, em medida não desprezível, por um *wishful thinking*: “o mundo ocidental, inevitavelmente, despedaçar-se-á”; “a pretensa unidade do Ocidente é um discurso vazio”¹⁰⁸. Entretanto, o capitalismo mundial continuava presente até dentro da China. Como reagiriam os resíduos das velhas classes dominantes chinesas frente a uma crise mundial de grandes proporções? “Hoje, à primeira vista, estas pessoas parecem

¹⁰⁷ Mao Tsé-tung, 1979, pp. 191 e 482.

¹⁰⁸ Mao Tsé-tung, 1998, p. 280.

comportar-se muito corretamente, ainda não provocaram desordens. Mas se uma bomba atômica caísse sobre Pequim, como se comportariam? Não se rebelariam? A questão é muito problemática”¹⁰⁹.

A Revolução Cultural respondeu a todos estes problemas. Enquanto, no plano interno, estimulando o entusiasmo de massa, promoveria o impetuoso desenvolvimento das forças produtivas, no plano internacional a transformação revolucionária das relações econômico-sociais e da superestrutura política e ideológica conferiria ulterior impulso e ulterior radicalização ao gigantesco levante em curso não só no Terceiro Mundo propriamente dito, mas também no Terceiro Mundo presente no coração da própria metrópole imperialista. No verão de 1963, manifestando seu apoio à luta dos afro-americanos, Mao enfatizava “o agudizar-se das contradições de classe e nacionais no interior dos Estados Unidos”¹¹⁰. Alguns anos depois essa luta pareceu conhecer uma decisiva radicalização anticapitalista e antiimperialista, em conexão com a difusão em todo o mundo capitalista de um movimento de revolta que, em alguns casos, olhava com simpatia ou com admiração a China da Revolução Cultural. Neste contexto, as expectativas mais enfáticas pareciam justificadas. Com a vitória da revolução em nível planetário, pareciam ao alcance da mão os dois objetivos constitutivos do pacto social de 1949: a recuperação do atraso da China relativamente ao Ocidente e a definitiva libertação da pressão do imperialismo.

Mas esta estratégia faliu. Do mesmo modo com que a Rússia surgida da Revolução de Outubro foi chamada num certo momento a saldar as contas com a facassada revolução no Ocidente, também a China foi chamada a acertar as contas com a não realizada revolução no Terceiro Mundo e

¹⁰⁹ Mao Tsé-tung, 1979, p. 482.

¹¹⁰ Mao Tsé-tung, 1998, p. 378.

com a não alcançada derrota do imperialismo. Assim como na URSS consumou-se a ruptura Stalin-Trotsky, da mesma forma na China consumou-se a ruptura entre Mao e Lin Biao.

5. Deng Xiaoping e a reformulação do pacto social de 1949

A ilusão de promover o desenvolvimento das forças produtivas apoiando-se no permanente entusiasmo revolucionário de massa desvaneceu-se então. Em maio de 1974, durante um colóquio com o ex-primeiro ministro inglês Edward Heath, Mao traçou um balanço amargo, com fortes acentos autocríticos. Respondendo às observações de seu interlocutor, que afirmava ser destino dos grandes estadistas cometer erros, o presidente do PCC declarou: “Meus erros são mais sérios. Oitocentos milhões de humanos precisam comer, e ainda por cima, a indústria chinesa é subdesenvolvida. Não posso orgulhar-me muito da China. Vosso país é desenvolvido, o nosso é subdesenvolvido”¹¹¹.

A Inglaterra, que Mao esperava alcançar em quinze anos, quando iniciou o Grande Salto Para a Frente, continuava mantendo intacta sua vantagem. Não há dúvida: estava em crise um dos dois elementos constitutivos do pacto social de 1949. Quanto ao outro, sua crise tinha se tornado evidente ainda antes: os enfrentamentos de 1968 no Ussuri patentearam que a China estava militarmente exposta em duas frentes; poderia até reproduzir-se uma reedição da situação de 1900, quando uma coligação de oito grandes potências (inclusive Estados Unidos e Rússia) organizou contra o grande país asiático uma cruzada em defesa da “civilização”; em última análise, subsistia o risco de uma volta àquele período

¹¹¹ Mao Tsé-tung, 1998, p. 457.

de humilhação, opressão e desmembramento territorial que o PCC prometeu encerrar de vez.

Mais tarde, ao encontrar Gorbachov em 16 de maio de 1989 em Pequim, Deng se interrogou sobre as razões da ruptura precedentemente consumada entre os dois países e os dois partidos. Uma sombra de suspeita já tinha sido lançada pela postura assumida pela URSS em Yalta, juntamente com as outras grandes potências, “os acordos secretos para a divisão do mundo entre esferas de influência, com graves prejuízos para a China”. No conjunto, o peso da questão nacional tornou-se decisivo:

Não acredito que isto tenha ocorrido em consequência de disputas ideológicas; não pensamos mais que tudo que foi dito naquele momento era justo. O problema principal estava em que os chineses não eram tratados como iguais e se sentiam humilhados. Entretanto, nunca esquecemos de que no período de nosso primeiro plano quinquenal a União Soviética nos ajudou a lançar as bases da indústria¹¹².

Na realidade, alguma coisa interessante surgiu destas “disputas ideológicas”: a insustentabilidade da pretensão, por parte de um país ou partido-guia, de subordinar à própria política exterior (e aos próprios legítimos interesses nacionais), a linha política (e os legítimos interesses nacionais) dos outros países, partidos e movimentos “irmãos”: é uma pretensão da qual a China, em virtude da constante atenção conferida à questão nacional, conseguiu imunizar-se bem mais do que a União Soviética. Emergiu assim, claramente, o caráter complexo e tortuoso da trajetória internacionalista.

Após a crise que ocorreu no período que vai do Grande Salto Para Frente à Revolução Cultural, impôs-se na Chi-

¹¹² Deng Xiaoping, 1994, pp. 286-287.

na uma virada política visando retomar e reconfirmar o pacto social de 1949. Disto, pelo menos no que diz respeito ao objetivo da defesa da integridade territorial e do renascimento nacional, Mao já estava consciente: sob a onda do degelo com os EUA, a China conseguiu isolar diplomaticamente os dirigentes de Taiwan, ingressando triunfalmente na ONU e no seu Conselho de Segurança. Deng Xiaoping compreendeu que a política de abertura política era necessária também para alcançar o segundo objetivo do pacto social de 1949. Com isto, retomava um debate que já percorrera longa história. Às vésperas da fundação da República Popular Chinesa, no âmbito da ampla frente única protagonista da vitória, levantaram-se vozes que convidavam a buscar uma política de entendimento com Washington. A elas, Mao respondeu: “É verdade que os Estados Unidos possuem a ciência e a tecnologia: mas infelizmente elas não estão nas mãos do povo, mas nas dos capitalistas, usadas para explorar e oprimir o povo em sua pátria e para perpetrar agressões e massacres no exterior”¹¹³.

Aquilo que em 1949 representava só uma possível opção tornava-se cada vez mais uma escolha forçada assim que a crise, num primeiro momento e a dissolução, mais tarde, do “campo socialista” e da União Soviética, determinavam uma situação caracterizada pelo desfrute, por parte do Ocidente dirigido pelos EUA, de um monopólio científico e tecnológico sem precedentes na história. O que determinou a tragédia da China nos séculos XIX e XX, juntamente e em estreita conexão com a agressão colonialista e imperialista, foi a inalcançada revolução industrial. Esta catástrofe não deveria repetir-se mais.

Compreende-se assim a polêmica desenvolvida por Deng Xiaoping contra a Revolução Cultural, acusada não só de incapacidade em desenvolver as forças produtivas, mas

¹¹³ Mao Tsé-tung, 1969-75, vol. IV, p. 451.

também de um desvio populista que a levou a perseguir o ideal de “um ascetismo universal e um grosseiro igualitarismo”, duramente criticado pelo *Manifesto do partido comunista*¹¹⁴. Ao contrário, segundo Deng, “não pode haver comunismo com pauperismo ou socialismo com pauperismo”; falar em “comunismo pobre”¹¹⁵ é uma contradição nos termos. Comunismo e socialismo nada têm a ver com a distribuição igualitária da penúria e da miséria: em primeiro lugar “socialismo significa eliminação da miséria” e desenvolvimento das forças produtivas¹¹⁶.

Obviamente, a crítica da Revolução Cultural dirige-se também a Mao, sem, no entanto, de modo algum, conduzir a uma ruptura de tipo kruschoviano. Deng continua agitando a palavra de ordem cara a Mao, “só o socialismo pode salvar a China”, porém a esclarece ou a reinterpreta acrescentando que “só o socialismo pode desenvolver a China”¹¹⁷. Para o Mao de 1949 o marxismo-leninismo era a verdade finalmente encontrada da arma ideológica capaz de assegurar a revolução anticolonial e antifeudal; para Deng esta arma é um marxismo-leninismo libertado de suas incrustações populistas e pauperistas.

Sobre esta base, ontem como hoje, o PCC desenvolve uma política de frente única, apontando o socialismo e o papel dos dirigentes comunistas como a via mestra que conduz à salvação e ao renascimento da nação chinesa no seu conjunto: “Desviem-na do socialismo e a China retrocederá inevitavelmente ao semifeudalismo e ao semicolonialismo”¹¹⁸.

¹¹⁴ Marx-Engels, 1955, vol. IV, p. 489.

¹¹⁵ Deng Xiaoping, 1994, p. 174.

¹¹⁶ Idem, p. 122.

¹¹⁷ Idem, p. 302.

¹¹⁸ Deng Xiaoping, 1995, p. 176.

6. *Deriva nacionalista ou “nova revolução”?*

Em várias ocasiões, Deng Xiaoping definiu o novo curso que ele inaugurou, com o impetuoso desenvolvimento econômico que dele derivou, como uma “segunda revolução” que dá novo impulso à causa do socialismo: “[...] o socialismo tem um esplêndido futuro”¹¹⁹. Do mesmo modo se expressa o novo grupo dirigente conduzido por Jiang Zemin. Recebido com ceticismo na própria China, este discurso nem sequer é tomado em consideração no Ocidente. É em primeiro lugar a esquerda que lhe nega qualquer credibilidade e dignidade: a restauração do capitalismo parece estar sob os olhos de todos!

Esta “evidência” torna-se mais problemática se refletirmos sobre o fato de que a NEP foi julgada, em seu tempo, de modo não muito diverso. Recorramos à análise de um historiador inglês contemporâneo. Se os desempregados, cujo número crescia sensivelmente, estavam “reduzidos à fome”, bem diferente é a situação dos novos ricos: “[...] cobriam mulheres e amantes com casacos de pele e diamantes, viajavam em grandes carros importados [...] vangloriavam-se abertamente nos bares dos hotéis das enormes fortunas dissipadas apostando nas corridas de cavalos, nos jogos de azar, nos hipódromos e nos cassinos recém-implantados”. Esta ostentação, moldada “no quadro de fome e de sofrimentos daqueles anos” suscitava “uma sensação difusa de amargo ressentimento”. Uma crise afetou o partido comunista: “Em 1921-22, dezenas de milhares de operários bolcheviques rasgaram literalmente a carteira, desgostosos com a NEP: tinham-na rebatizado por Nova Extorsão do Proletariado”¹²⁰.

O quadro histórico de hoje tornou-se radicalmente diferente e seria superficial abandonar-se ao jogo das analogias.

¹¹⁹ Deng Xiaoping, 1994, pp. 119 e 311.

¹²⁰ Figes, 2000, p. 926.

Nem é menos superficial a “evidência da restauração do capitalismo”: ela perde de vista o fato de que também na China de hoje há um descompasso entre o quadro econômico e o quadro político, e esquece a distinção, que Mao já tinha conseguido fazer vigorar, entre expropriação econômica e expropriação política da burguesia.

E, no entanto, no Ocidente de hoje, o argumento segundo o qual, com o declínio da ideologia comunista, os dirigentes chineses teriam abraçado o nacionalismo, quase não encontra oposição. É uma argumentação que se apresenta simples e concisa mas que, no entanto, em sua simplicidade e concisão, contém pelo menos três erros. Em primeiro lugar ignora o peso que sempre teve a questão nacional no desenvolvimento do comunismo chinês. Em segundo lugar remove o nexó entre emancipação nacional e emancipação social, que constitui um elemento essencial do marxismo e do leninismo; é exatamente a partir dele que Mao pôde formular a tese já referida, segundo a qual “há unidade entre internacionalismo e patriotismo”. Nessa visão continua a inspirar-se Deng Xiaoping: é desenvolvendo as forças produtivas e a riqueza social que a China pode proporcionar “uma real contribuição à humanidade”; não só liberta da fome um quarto ou um quinto da população mundial, mas estimula também o resto do Terceiro Mundo a sacudir o peso da miséria e do subdesenvolvimento¹²¹.

Em terceiro lugar, aquela argumentação não define ou define de forma bastante incorreta a categoria de nacionalismo. Quem são os nacionalistas? Há uma diferença entre a defesa da independência e dignidade nacional e um nacionalismo exaltado e agressivo? Apesar das superficiais semelhanças ou assonâncias, defrontamos-nos com duas posturas radicalmente diferentes: a primeira é universalizável enquanto a outra não o é. O reconhecimento e a defesa da dignidade

¹²¹ Deng Xiaoping, 1994, pp. 222-223.

de uma nação são perfeitamente compatíveis com o reconhecimento e a defesa da dignidade das outras nações. É evidente, ao contrário, que a categoria de “povo de senhores” (ou mesmo “raça de senhores”) não é universalizável: só pode haver um povo de senhores enquanto houver povos servís e destinados à servidão.

Considerações análogas podem ser estendidas à categoria de povo eleito, cara a Bush filho, que não tem hesitado em proclamar um novo dogma: “Nossa nação é eleita de Deus e tem o mandado da história para ser um modelo para o mundo”¹²². Não se trata de uma voz isolada. Ouçamos Clinton: a América “deve continuar a guiar o mundo”; “nossa missão não tempo”. Retrocedendo ainda mais encontramos Bush pai: “Vejo a América como líder, como a única nação com um papel especial no mundo”. Finalmente, concedemos a palavra a Kissinger: “[...] a liderança mundial é inerente ao poder e aos valores americanos”¹²³. É evidente que a idéia de povo eleito, investido de uma missão única, cujo papel é guiar eternamente o mundo, não é universalizável. Ao contrário, é uma idéia grávida de conflitos explosivos. Para perceber isso, é suficiente comparar as declarações citadas acima com uma declaração atribuída a Hitler: “Não pode haver dois povos eleitos. Nós somos o povo de Deus”¹²⁴. Ainda que radicalmente diferentes sob tantos outros aspectos, as duas ideologias aqui confrontadas apresentam um ponto em comum: expressam uma idéia de nação tão enfática e exclusivista que inviabiliza qualquer universalização. Nisto consiste a essência do nacionalismo, ou do “hegemonismo” constantemente criticado nas intervenções dos dirigentes chineses.

E esta recusa do hegemonismo é constitutiva do pacto social, referencial da República Popular Chinesa e do PCC,

¹²² Cohen, 2000.

¹²³ Cf. Cap. III da presente data.

¹²⁴ Rauschnig, 1940, p. 227.

ontem como hoje. Vimos a polêmica de Mao, em 1949, contra os que remetiam à ciência e à tecnologia estadunidenses para promover o desenvolvimento da China. No início do novo curso, Deng declarou: “Devemos manter firme a via socialista. Agora alguns dizem abertamente que o socialismo é inferior ao capitalismo. Devemos dar um basta a esta controvérsia”. Apesar dos erros e dos ziguezagues de sua história, a República Popular Chinesa, observava Deng em 1979, já reduziu sensivelmente as distâncias relativamente aos países mais avançados. A renúncia ao socialismo e à direção do PCC conduziria a um pavoroso retrocesso, que não poderia ser tolerada pela “grande maioria do povo chinês”¹²⁵.

Compreende-se então sobre qual base se desenvolveram o debate e a luta política, não somente no interior da frente única, mas também do PCC. Poderíamos dizer que, no âmbito de uma participação comum em uma luta de emancipação, uma corrente nacional que vê concluído o processo revolucionário uma vez alcançados os objetivos nacionais (modernização, recuperação da integridade territorial e renascimento da China), contrapõe-se a uma corrente com objetivos bem mais ambiciosos, que remetem à história e ao patrimônio ideal do movimento comunista.

Se analisarmos a revolução na China considerando o inteiro arco de seu desenvolvimento (não esqueçamos de que o PCC começou a acumular experiências de gestão de poder mais de duas décadas antes de conquistar o poder em escala nacional), veremos que o Grande Salto para Frente e a Revolução Cultural representam uma ruptura de breve período no âmbito de um processo que, sob outros aspectos, é caracterizado por substancial continuidade. Sob essa luz, precipitados e superficiais tornam-se os discursos que falam, com um juízo de valor positivo ou negativo, de “restauração do capitalismo”. Convém, em vez disso, considerar uma pre-

¹²⁵ Deng Xiaoping, 1995, pp. 175-176.

ciosa indicação metodológica de Gramsci. Ele formulou a tese que a revolução burguesa na França abrange um período que vai de 1789 a 1871, isto é, do colapso do antigo regime até a Terceira República¹²⁶. Para que uma revolução possa considerar-se concluída, não é suficiente uma nova classe conquistar ou consolidar o poder; é necessário também que ela encontre uma forma política relativamente estável de gestão do poder. Entre 1789 e 1871 sucedem-se de modo tumultuado as mais variadas formas políticas (a monarquia constitucional, experiências republicanas de breve duração, a ditadura militar, o Império, o regime bonapartista etc.) até a burguesia francesa encontrar na república parlamentar a forma política normal e estável de exercício de seu poder e de sua hegemonia. No que diz respeito à China, a novidade surgida da revolução está ainda à procura não só da forma política, mas também de conteúdos econômico-sociais em que deveria encontrar expressão estável. Estamos em presença de um processo de longa duração e em pleno desenvolvimento, o qual já conseguiu resultados extraordinários, mas seus ulteriores desenvolvimentos e seu êxito são totalmente imprevisíveis.

¹²⁶ Cf. Losurdo, 1997 a, pp. 137 e ss.

XI. A ESQUERDA, A CHINA E O IMPERIALISMO

1. *"A China crucificada"*

ERA UMA VEZ... ASSIM poderia soar o início de uma investigação sobre a atitude da esquerda relativamente à China. Mas, bem longe de tratar-se de uma fábula, é um acontecimento que se desenvolve sob os nossos olhos e se presta a considerações melancólicas. Sim, era uma vez uma esquerda digna desse nome, que conhecia a história e relutava em fechar-se numa ótica provinciana. Ela estava ciente da tragédia que havia atingido o país habitado por um quinto ou um quarto da população mundial e que, talvez mais claramente do que qualquer outra, desnudava a ferocidade e a hipocrisia do Ocidente liberal.

Em evidente mentira resultava nesse caso a ideologia que acompanhou o expansionismo colonial, oficialmente promovido em nome da causa da difusão das luzes e da civilização. Salvo que a China – notava Goethe em uma conversa com Eckermann de 31 de janeiro de 1827 – conhecia uma florescente literatura “quando os nossos antepassados viviam ainda nos bosques”. Trata-se de um país que havia suscitado a admiração de Leibniz, Voltaire e outros autores iluministas por causa do seu espírito laico: onde estavam as guerras de religião que haviam ensanguentado a Europa? Por outro lado, aqui o privilégio do nascimento e o superpoder da aristocracia de sangue exerciam um papel bem mais relevante do que no país do confucionismo, onde, ao contrário, os mais altos cargos da administração eram freqüentemente preenchidos mediante concurso público.

No que se refere à economia, mais do que qualquer outra referência, é esclarecedora uma troca epistolar que se desenvolve ao final do século XVIII. A Inglaterra interessou-se em obter da China sedas, porcelanas, ervas medicinais, folhas de chá, e desejaria trocar essas mercadorias exportando por seu lado roupas de lã. Mas eis como, em 1793, o imperador chinês respondeu ao rei Jorge III: “[...] a nós não falta nada [...] e, portanto, não precisamos de nenhum dos manufaturados de vosso país”. A Inglaterra é então forçada a pagar em prata, com uma contínua e crescente evasão de suas reservas. Até que vem à mente dos comerciantes e governantes ingleses uma idéia genial: poder-se-ia cobrir o déficit promovendo e impondo a exportação de ópio proveniente da Índia...¹²⁷. A resistência do povo e dos dirigentes chineses foi destroçada, algumas décadas mais tarde, pela força das armas.

Começa a tragédia. Os fluxos financeiros (e a evasão das reservas) invertem a sua direção. Junto ao ópio fazem irrupção as tropas inglesas (e as tropas coloniais nativas obedientes a Sua Majestade britânica): “[...] mulheres chinesas são aliciadas e estupradas. As sepulturas são violadas em nome da curiosidade científica”¹²⁸. Um povo de civilização antiqüíssima vem a ser sistematicamente violentado, saqueado, humilhado. O seu corpo, o seu território vêem-se, um após outro, desmembrados pela matilha dos cães colonialistas e imperialistas, que se tornam sempre mais numerosos e sempre mais ávidos: à Grã-Bretanha unem-se, em feroz concorrência recíproca, França, Rússia, Portugal, Japão, Estados Unidos, Alemanha, Itália. Ninguém quer faltar a esse banquete, que se preanuncia fabuloso. A China vem a ser progressivamente amputada de Hong Kong, Macao, de amplíssimos territórios da Ásia Central, de Taiwan; em grave perigo está também o Tibet... O desmembramento territorial ocorre *pari passu* com

¹²⁷ Wolf, 1990, pp. 360-366.

¹²⁸ Spence, 1998, p. 53.

o saque e a destruição do patrimônio artístico e também com a imposição de fortíssimas indenizações em prol dos agressores. A tudo é dada uma aparência de legalidade mediante “tratados desiguais” sancionados pela força das armas: é o triunfo da política das canhoneiras e da lei do mais forte...

Às vezes, as grandes potências superam por algum tempo sua rivalidade a fim de dar uma lição aos bárbaros chineses, que percebem com crescente impaciência a agressão e o domínio imperialista. É o que se verifica no século XX, quando Grã-Bretanha, França, Estados Unidos, Japão, Rússia, Alemanha e Itália promovem uma selvagem expedição punitiva para sufocar a revolta dos Boxers. Falando às tropas que estão prestes a partir para a China, Guilherme II, não tem papas na língua:

Não haverá clemência e não faremos prisioneiros. Qualquer um que cai nas vossas mãos, cai sobre a vossa espada! [...] Possa pela vossa obra o nome de “alemão” firmar-se por milênios na China, de tal modo que nenhum chinês, com os olhos amendoados ou não, possa jamais ousar olhar um alemão de frente.

Não é necessário deixar-se levar por excessivos escrúpulos; é necessário abrir “a estrada à civilização de uma vez para sempre”¹²⁹.

Como foi justamente observado, é um período histórico que vê a “China crucificada”:

À medida que se aproxima de nós o final do século XIX, a China parece transformar-se na vítima de um destino contra o qual não pode lutar. É uma conspiração universal dos homens e dos elementos. A China dos anos 1850-1950, aquela das mais terríveis insurreições da história, o alvo dos canhões estran-

¹²⁹ Balfour, 1968, p. 297.

geiros, o país das invasões e das guerras civis, é também o país dos grandes cataclismas naturais. Sem dúvida o número das vítimas na história do mundo nunca foi tão elevado.

O rebaixamento geral e drástico do padrão de vida, a degradação do aparelho estatal e governamental, junto à sua incapacidade, corrupção e crescente subalternidade e sujeição ao estrangeiro, tudo isto torna ainda mais devastador o impacto das inundações e da carência alimentar: para dar um exemplo, os mortos somam “quase três milhões só na província de Shenxi, em 1928”¹³⁰.

Poucos anos depois começa a invasão japonesa. O saque e o “estupro de Nanquin” em 1937 é o episódio singular mais sangrento da II Guerra Mundial; ocorrem mais mortes do que em Dresden, Hiroshima ou Nagasaki. É “o holocausto esquecido”. Nas zonas onde a resistência é mais tenaz, os invasores recorrem à política dos “três tudos”, isto é, “saqueia tudo, mata tudo, queima tudo”. No seu diário, um coronel japonês anota: “[...] recebi do meu oficial superior ordens pelas quais toda pessoa aqui deve ser morta”¹³¹. Em resumo: “[...] não bastaria para descrever as carnificinas e as devastações sofridas pela China nem mesmo uma inteira biblioteca de histórias de horror”¹³².

2. Cultural liberal e celebração da superior “raça européia”

À “crucificação” da China dá forte contribuição a cultura liberal da época. John Stuart Mill não hesita em justificar ou

¹³⁰ Gernet, 1978, pp. 565-579.

¹³¹ Chang, 1997, pp. 215-216.

¹³² Romein, 1969, p. 260.

celebrar a guerra do ópio como uma desinteressada cruzada pela liberdade, a “liberdade do adquirente” (chinês) antes ainda que a “do produtor ou do vendedor” (inglês). “Um grande acontecimento” é como também Tocqueville nomeia essa guerra infame; é para ele “a última etapa de uma série de acontecimentos da mesma natureza que empurram gradualmente a raça européia para fora dos seus confins e submetem sucessivamente a seu império ou à sua influência todas as outras raças [...]; é a submissão de quatro partes do mundo à obra da quinta”. Incontrolável é o entusiasmo dos liberais franceses: “[...] é bom então não ser demasiado maledicente na avaliação do nosso século e de nós mesmos; os homens são pequenos, mas os eventos são grandes”¹³³.

Assistimos assim à ruptura com a grande cultura iluminista, que havia remetido à China para pôr em discussão o eurocentrismo e ganhar um ponto de observação que permitisse um olhar para Europa de fora e com uma certa consciência crítica. Essa tentativa genial e generosa transforma-se agora num terrível ato de acusação dirigido contra os iluministas, expostos por Tocqueville ao escárnio público por terem considerado como um “modelo” “aquele governo imbecil e bárbaro, que um punhado de europeus dominava a seu bel-prazer” (*O Antigo Regime e a Revolução*, III, 3).

Tudo parece permitido à “raça européia” superior, que naqueles anos e décadas se enriquece à custa da China, extraíndo dela força de trabalho servil e semi-servil. São os *coolies*:

Atraídos pela esperança de uma vida melhor, aqueles desventurados vinham amontoados em acampamentos antes da partida e depois mantidos nas estivas em condições de tal forma espantosas que muitos morriam durante a viagem; os navios de carga que sustentavam esse comércio rentável de escravos fica-

¹³³ Losurdo, 1993 a, Cap. I, p. 6.

ram conhecidos sob o nome de “infernos flutuantes”. Em 1886, o governo chinês havia apresentado um projeto de convenção que foi rejeitado pelas potências ocidentais¹³⁴.

E assim, ao promover o desenvolvimento econômico do Ocidente, o tráfico dos amarelos toma o lugar do tráfico dos negros. Compreende-se então que os chineses venham a ser repetidamente comparados aos negros, uns e outros assimilados a instrumentos de trabalho a serviço da raça branca de senhores. É um motivo bem presente em autores entre si tão diversos como Nietzsche e Renan. Este último, que se declara “liberal”, exprime-se com particular clareza: a “raça conquistadora”, a “nobre” européia “raça de patrões e de soldados” é levada a empregar nos trabalhos mais duros e nas “enxovias” a “raça da terra”, constituída pelos negros, e a “raça dos operários (a chinesa)”, por “natureza” dotada “de uma maravilhosa destreza de mãos e quase de todo privada do sentimento de honra”. E assim, para dar um exemplo, as companhias estadunidenses procedem à difícil construção da linha ferroviária destinada a consolidar a conquista do *Far West* mediante a importação da China de 10.000 *coolies*. A Guerra da Secessão terminara: para citar Engels, procura-se substituir a escravidão negra formalmente abolida pela “escravidão camuflada dos *coolies* hindus e chineses”¹³⁵. E, como os negros, também os chineses, que, a despeito de tudo, conseguem melhorar suas condições, tornam-se nos EUA o alvo do ódio racial e de horríveis massacres.

¹³⁴ Gernet, 1978, p. 582.

¹³⁵ Losurdo, 1997 c, pp. 27-33.

3. *“Só o socialismo pode salvar a nação chinesa”*

Em 1949, o partido comunista alcança o poder também porque se apresenta às largas massas como a única força política capaz de salvar a nação chinesa da tragédia que sobre ela se abate por mais de um século. A partir da guerra do ópio, ela teve que suportar a amputação de enormes territórios. No momento da revolução de 1911, alguns patriotas esperam ainda poder recuperá-los. E essas esperanças parecem encontrar novo alento seis anos depois, graças à tomada de posição assumida, na Rússia soviética recém-nascida, por Karakhan, que, exercendo função de comissário para Assuntos Externos, declara-se pronto a repudiar os tratados impostos à China pela Rússia Czarista¹³⁶. Mas não é possível deixar para trás um processo histórico já de longa duração: não o percebem os bolcheviques e nem são cientes disso os dirigentes do Partido Comunista Chinês, que em 1949 conquista o poder.

“Só o socialismo pode salvar a nação chinesa” – declara Mao Tsé-tung. Para estar à altura desse projeto e dessa promessa, trata-se nesse meio tempo de pôr fim de uma vez por todas ao desmembramento do território nacional. Embora desiguais, são reconhecidos os tratados impostos no passado com a agressão e a política das canhoneiras; portanto não pode mais ser tolerada a amputação dos territórios que, com base naqueles mesmos tratados, são parte integrante da China. É uma política caracterizada ao mesmo tempo pela firmeza e pela moderação. Pode ser proveitosa uma comparação: em 1961, os dirigentes indianos apressam-se em recuperar com a força do seu exército Goa, ainda então colônia portuguesa; os dirigentes chineses, ao contrário, esperam pacientemente que vença o “contrato de aluguel” de Hong Kong e Macau.

¹³⁶ Maxwell, 1973, pp. 304-305.

Mas isto não basta para evitar o confronto com os EUA, lançados à conquista da hegemonia mundial. Depois de ter intervindo pesadamente a favor de Chiang Kai-shek, Washington impede que a guerra civil alcance a sua conclusão com a recuperação de Taiwan por parte do governo central. A nova superpotência planetária não quer fechar o capítulo da “China crucificada”, ao contrário, faz de tudo para reabri-lo. Imediatamente depois da conquista do poder por parte dos comunistas, a administração Truman empenha-se em promover na ilha um movimento independentista¹³⁷. Se realmente não se consegue manter o controle sobre o grande país asiático no seu conjunto, em todo caso não se pode renunciar a Taiwan: é necessário estar pronto a transformá-la em “uma nação autogovernada”¹³⁸. A tentativa não tem êxito então, mas nem por isso desaparecem as aspirações dos EUA sobre um território considerado como “um trampolim” para um futuro ataque contra a China continental¹³⁹.

Somente a intervenção da frota estadunidense, em 1950, conseguiu impedir o exército popular dirigido pelos comunistas de completar a liberação e a unificação do país, fechando assim para sempre um dos capítulos centrais da história da “China crucificada”. Algum tempo depois, explodem, em dois momentos, em 1954 e em 1958, novas crises: a República Popular da China tenta assegurar-se do controle das ilhas ocupadas por Taiwan e colocadas imediatamente a cavaleiro do território continental. Em ambas as vezes os Estados Unidos ameaçaram com o recurso à arma nuclear.

¹³⁷ Chen Jian, 1994, p. 116.

¹³⁸ Aptheker, 1977, p. 288.

¹³⁹ Chen Jian, 1994, p. 96.

4. Os Estados Unidos, o Dalai Lama e os massacres na Indonésia

Além da secessão de Taiwan, o imperialismo procura promover também a do Tibet. E, igualmente nesse caso, a esquerda revela sua subalternidade e falta de memória histórica. Houve tempo em que ela se dava a leituras mais sofisticadas e difíceis, não se limitando à grande imprensa de informação e desinformação. Qualquer militante e simpatizante da causa do antiimperialismo sabia bem que a soberania chinesa sobre o Tibet tinha atrás de si séculos de história e que quem tentou colocá-la em discussão foi, em primeiro lugar, o expansionismo colonial britânico¹⁴⁰. Sim, basta folhear um bom livro de história para tomar consciência do fato de que essas tentativas eram e são parte integrante de uma política que visa ao “desmantelamento da China”¹⁴¹.

Não era só Mao Tsé-tung que considerava o Tibet parte integrante do território nacional chinês. Da mesma maneira pensava Sun Yat-sen, o primeiro presidente da república nascida da derrubada da dinastia mandchu. Aos ingleses que o convidavam a participar ativamente do matadouro da I Guerra Mundial, de modo a recuperar os territórios arrancados à China pela Alemanha, Sun Yat-sen fazia notar que a Grã-Bretanha era ainda mais ávida: “Vós também gostaríeis de tomar-nos o Tibet!”¹⁴². Por muito tempo, a pertença dessa região à China não foi posta em dúvida nem mesmo pelos historiadores mais distantes da esquerda. Quando tratava da revolta no Tibet de 1959 (largamente inspirada e alimentada, como veremos, pela CIA), o autor de uma história, não obstante asperamente crítica do Partido Comunista Chinês inseria de qualquer modo esse acontecimento no

¹⁴⁰ Lattimore, 1970, p. 119; Gernet, 1978, p. 450.

¹⁴¹ Romein, 1969, p. 54.

¹⁴² Sun Yat-sen, 1976, p. 71.

capítulo dedicado à “evolução interna” do grande país asiático¹⁴³.

Agora, ao contrário, também a esquerda, e até mesmo *O Manifesto* e *Libération* parecem empenhados em sustentar o separatismo. É também nesse particular que se pode ver o triunfo ideológico, além do militar, conseguido pelos EUA na guerra fria. Antes da eclosão desta, Washington não tinha dificuldade alguma para reconhecer a integração do Tibet à China, naquele momento controlada pelos nacionalistas de Chian Kai-shek. Ainda em 1949, em livro publicado sobre as relações EUA-China, o Departamento de Estado dos EUA incluía um mapa que, com toda clareza, indicava o Tibet como parte integrante do grande país asiático¹⁴⁴.

Mas os humores começaram a mudar à medida que se delineava o avanço do exército popular liderado por Mao Tsé-tung. Já em 13 de janeiro de 1947, George R. Merrel, encarregado dos negócios dos EUA em Nova Deli, escreve ao presidente estadunidense Truman para chamar sua atenção sobre a “inestimável importância estratégica” da região – teto do mundo: “[...] o Tibet pode, portanto, ser considerado um bastião contra a expansão do comunismo na Ásia ou ao menos como uma ilha de conservadorismo em um mar de desordens políticas”. Além disso – acrescenta o diplomata estadunidense – não se pode esquecer que, “o platô tibetano [...] em época de guerra de mísseis pode revelar-se o território mais importante de toda a Ásia”.

Extraio essas citações de um autor estadunidense, por décadas funcionário da CIA, como ele mesmo nos faz saber. Ao tratar do assunto, ele sublinha a continuidade entre a visão expressa pela carta a Truman há pouco citada e a visão em seu tempo cara à Inglaterra vitoriana, empenhada no “grande jogo” da expansão colonial na Ásia¹⁴⁵. Efetiva-

¹⁴³ Guillermaz, 1970, vol. II, pp. 266-278 e ss.

¹⁴⁴ Aptheker, 1977, p. 272.

¹⁴⁵ Knaus, 1999, pp. 24-25.

mente, ao imperialismo britânico sucede, após a segunda guerra mundial, o estadunidense: o separatismo tibetano é agora chamado a servir “aos interesses geopolíticos dos EUA”, constringendo Mao a dispersar as suas forças já limitadas e assim criando condições para uma “troca de regime em Pequim”¹⁴⁶. Em vista da realização de tal fim, “guerrilheiros” são treinados no Colorado e depois saltam de pára-quadras no Tibet: são providos por via aérea de armas, aparelhos de transmissão etc., e colaboram – o autor e funcionário da CIA não o esconde – também com “bandidos Khampa de velho estilo”¹⁴⁷.

Está claro então o contexto no qual se inseriu a revolta de 1959. Também nesse caso o autor aqui referido é notável não só pela informação de primeira mão, mas também pela franqueza. Ele faz notar que a revolta respondeu imediatamente ao fracasso da tentativa dos serviços secretos estadunidenses em provocar desordens na China a partir das Filipinas. Sem desencorajar-se, precisavam então concentrar-se no Tibet. Naturalmente – esclarecia naquela ocasião um dirigente de primeiro plano da CIA, citado sempre pelo autor-funcionário da mesma organização – o desencadeamento da revolta tinha “pouco a ver com a ajuda aos tibetanos”. Tratava-se, bem diversamente, de pôr em dificuldade “os comunistas chineses”. Era a mesma lógica que presidia – esclarecia depois o dirigente de primeiro plano da CIA – a decisão, tomada pelos serviços secretos estadunidenses naquele mesmo período, de “ajudar os coronéis rebeldes na Indonésia no seu esforço de destituir Sukarno”, acusado de se ter “tornado tolerante demais com os comunistas do seu país”¹⁴⁸. Frustrado na sua primeira tentativa, o golpe de Estado na Indonésia tem pleno sucesso em 1965: são massacradas várias centenas de milha-

¹⁴⁶ Knaus, 1999, pp. 215-216.

¹⁴⁷ Idem, pp. 219 e 223.

¹⁴⁸ Idem, p. 119.

res de comunistas ou de elementos considerados “tolerantes” demais com os comunistas. Teriam sido menos ferozes no Tibet as forças da reação e do imperialismo se fossem bem-sucedidas na sua tentativa separatista?

Um fato particular dá o que pensar. Está num artigo de um professor estadunidense em uma revista dos EUA: quem organizou em 1959 a fuga de Dalai Lama do Tibet foi um agente da CIA, que mais tarde viveu no Laos “em uma casa decorada com uma coroa de orelhas arrancadas das cabeças de comunistas mortos”¹⁴⁹.

5. A CIA e Hollywood convertem-se ao budismo!

A revolta tibetana de 1959 não conseguiu o sucesso esperado. Já contactado e financiado por longo tempo pelos serviços secretos estadunidenses, o Dalai Lama foge e se abriga na Índia. Frustrada a campanha no leste (em território tibetano e chinês), eis que Washington dá início à campanha no oeste. Vimos o dirigente de primeiro plano da CIA considerar o Dalai Lama como uma peça intercambiável da política estadunidense, semelhante aos coronéis-açougueiros na Indonésia. Agora, esse mesmo personagem ergueu-se à glória dos altares: transforma-se em líder da não-violência, um modelo vivo de nobreza moral e de santidade. A transfiguração envolve o budismo tibetano enquanto tal, apresentado como um conjunto de exercícios espirituais e de doutrinas e de técnicas de sublimes elevações acima das misérias deste mundo. A indústria cinematográfica estadunidense trabalha a pleno ritmo para difundir esse mito. No início do século XX, enquanto estava em plena agitação a luta entre Grã-Bretanha e Rússia para apropriar-se do Tibet, corria o boato de que o czar em pessoa iria transformar-se em budista¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Wikler, 1999.

¹⁵⁰ Morris, 1992, vol. III, p. 96.

Hoje, ao contrário, não parecem existir dúvidas: convertidos ao budismo estão Hollywood e a CIA!

Uma conversão tão extraordinária não podia deixar de produzir milagres. Durante séculos, a cultura ocidental olhou com desprezo o budismo tibetano, considerado sinônimo de despotismo oriental, por causa da centralidade por ele conferida a um dito deus-rei, sobre o qual se exerce o desprezo de autores entre si tão diversos como Rousseau, Herder, Hegel. Entre os séculos XIX e XX, os lama são considerados “uma encarnação de todos os vícios e de todas as corrupções, não apenas dos lama mortos”¹⁵¹. Quando, posteriormente, a Grã-Bretanha se prepara para a conquista, procura justificá-la em nome da necessidade de levar a civilização para “esta última fortaleza do obscurantismo”, a esse pequeno povo miserável¹⁵².

É óbvio que nem é preciso discutir a arrogância e a veia racista do imperialismo, mas nem por isso é preciso esquecer as infâmias da teocracia tibetana. Para explicar a sua real natureza, basta um texto extraído do historiador inglês há pouco citado: aquele que exercia a função, no início do século XX, “era um dos poucos Dalai Lama a ter alcançado a maioridade, dado que a maior parte dos seus tinha sido eliminada durante a infância segundo a conveniência do Conselho de Regência”¹⁵³. Agora ao contrário, graças ao milagre operado por Hollywood (e pela CIA), o budismo tibetano transformou-se em sinônimo de paz, tolerância, elevada espiritualidade. Doravante está claro: como foi com justeza observado, com base na ideologia e nos estereótipos dominantes, “os tibetanos são super-humanos e os chineses subumanos”¹⁵⁴.

¹⁵¹ Lopez Jr., 1998, pp. 6-7 e 22-23.

¹⁵² Morris, 1992, vol. III, pp. 94 e 98.

¹⁵³ Idem, p. 96.

¹⁵⁴ Lopez Jr., 1998, p. 7.

Decididamente divertidos resultam alguns momentos do processo de santificação em curso do Dalai Lama e do budismo tibetano. Um elemento essencial deste último é a estrutura de castas, que continua a manifestar-se também além da morte: se o corpo dos membros da aristocracia era sepultado ou cremado, o corpo vil da massa do povo era dado como alimento aos abutres. Faz algum tempo, o *International Herald Tribune* relatava um desses funerais plebeus, com o sacerdote que separava pedaço a pedaço a carne do osso do morto, para facilitar o trabalho dos abutres, que já esperavam em cima do monte. É necessário dizer que a descrição era precisa e minuciosa, mas era seguida das declarações de um “estudioso” que explicava tudo em chave ecológica¹⁵⁵; ele não esclarecia, porém, por que ao equilíbrio ambiental venha chamado a contribuir somente o corpo dos plebeus.

Contra esta prática de castas e discriminatória, considerada bárbara, levantou-se a Revolução Cultural; mas sua tentativa de extirpar com a violência uma tradição de velha data acabou por favorecer os setores mais retrógrados do budismo tibetano, que souberam mobilizar um amplo protesto em nome da defesa das tradições. Mais sabiamente, o atual governo tibetano, embora desaconselhando-os, não proíbe aqueles ritos fúnebres.

6. O Tibet e a luta entre progresso e reação

Infelizmente, também boa parte da esquerda parece ter-se convertido, ela mesma, senão ao budismo propriamente dito, de qualquer modo à imagem oleográfica do Dalai Lama e da religião por ele professada. De novo, a memória histórica é dissolvida. Fica afastada a horrível realidade do Tibet pré-revolucionário, a realidade da teocracia

¹⁵⁵ Faison, 1999.

que reduzia a condições de escravatura ou de servidão a quase totalidade da população. Não há dúvida de que – damos a palavra ainda uma vez a autores não suspeitos de simpatia por Mao Tsé-tung – as reformas realizadas a partir de 1951 “aboliram o feudalismo e a servidão”¹⁵⁶. Aboliram também a teocracia encarnada pelo deus-rei que pretende ou pretendia ser o Dalai Lama, efetuando a separação entre poder religioso e poder civil, que constitui um dos pressupostos essenciais do Estado moderno.

As reformas e a revolução significaram para as massas populares tibetanas um acesso a direitos humanos antes de tudo desconhecidos, uma elevação muito consistente do nível de vida e um prolongamento sensível da duração média da vida. De outro lado, as críticas dirigidas à República Popular da China mostram-se freqüentemente não apenas instrumentais, mas também contraditórias. Se um autor francês lamenta o escasso desenvolvimento industrial da república independente tibetana, que teria permanecido substancialmente em “um estágio proto-industrial”¹⁵⁷, eis que, escrevendo na *Foreign Affairs*, uma revista próxima do Departamento de Estado, um autor estadunidense formula críticas e recomendações de sinal oposto: a “política de rápida modernização” e o “desenvolvimento econômico” deveriam proceder “a um ritmo mais lento”, de modo a salvaguardar a identidade cultural tibetana¹⁵⁸. É uma pena que os EUA não mostrem essa mesma preocupação quando invadem com seus produtos, os seus filmes, as suas canções e os seus “valores” cada ângulo do mundo, incluído o Tibet!

¹⁵⁶ Goldstein, 1998, p. 86.

¹⁵⁷ Deshayes, 1998, p. 293.

¹⁵⁸ Goldstein, 1998, pp. 898 e 95.

É verdade, existe também uma questão de direitos nacionais. Em seu tempo, desencadeando uma luta indiscriminada contra cada forma de “obscurantismo” e atraso, a Revolução Cultural tratou o Tibet à maneira de uma gigantesca Vendéia a ser reprimida ou catequizada com uma pedagogia muito coercitiva, posta em ação por um “iluminismo” intolerante e agressivo proveniente de Pequim e dos demais centros urbanos habitados pelos han. Mas hoje esses erros de extremismo e universalismo agressivo foram corrigidos. A recuperação dos monastérios e da herança cultural tibetana prossegue vigorosamente. Mesmo formulando críticas, a revista estadunidense já citada reconhece que, na região independente tibetana, 60 a 70% dos funcionários são de etnia tibetana; reconhece estar em vigor a prática do bilingüismo, mas também exige que a preferência seja dada à língua tibetana¹⁵⁹. Os próprios jornalistas estadunidenses em maior grau afetados pela sinofobia virulenta deixam escapar que ao menos “a política oficial da China” é um tipo de “ação afirmativa em larga escala”; isto é, prevê uma série de discriminações positivas a favor dos tibetanos e das outras minorias nacionais, no que tange à admissão à universidade, à promoção a cargos públicos e ao planejamento familiar (que para os han é mais rigorosa)¹⁶⁰.

Como explicar então a persistente campanha contra a República Popular da China? Se, no plano internacional, a revolta de 1959 visava ao desmembramento ou ao menos ao drástico enfraquecimento do grande país asiático, no plano interno ela pretendia bloquear o processo de emancipação das massas populares e de modernização da região. Não por acaso, ainda hoje, entre os tibetanos no exílio pode-se verificar uma presença significativa de grupos “fundamentalistas num plano espiritual e conservadores num plano social”¹⁶¹,

¹⁵⁹ Goldstein, 1998, p. 94.

¹⁶⁰ Faison, 1999 b.

¹⁶¹ Deshayes, 1998, p. 295.

isto é, de grupos não resignados ao fim da teocracia e ao advento da separação entre Estado e igreja, e que se recordam com nostalgia do feudalismo e da servidão.

Mas será a posição do Dalai Lama substancialmente diversa? Ele “exige a criação de um grande Tibet, que incluiria não só o território que constituiu o Tibet político na idade contemporânea, mas também áreas tibetanas na China ocidental, em larguíssima parte perdidas pelo Tibet já no século XVIII”¹⁶². Além do que, minorias étnicas tibetanas vivem também em Bhutan, Nepal, Índia etc. Onde pararia o remodelamento da geografia política e quais os custos que isso envolveria? Bem se compreende então que o Nepal esteja também se posicionando contra as forças do Dalai Lama, pois nutre o “temor de que estas provoquem uma secessão no norte do país”¹⁶³. É mais que suficiente para dar-se conta do quanto é falsa e mentirosa a oleografia construída pela CIA e por Hollywood. Celebrado como um campeão da não-violência, o Dalai Lama vem a ser condecorado em 1989 com o prêmio Nobel da paz. Entretanto, quando a Índia procede ao rearmamento nuclear, o mais importante sustentáculo desta política acaba sendo... o prêmio Nobel da paz!

Mas, ao menos ele representa o povo tibetano? Até mesmo o *Livro negro do comunismo* reconhece que uma análise histórica elementar “destrói o mito unanimista alimentado pelos partidários do Dalai Lama”¹⁶⁴. Na verdade, com a “libertação pacífica” do Tibet em 1951, a derrubada do antigo regime nessa região e sua transformação político-social confrontaram-se de fato com uma incansável resistência dos grupos mais reacionários e das classes privilegiadas, mas também puderam contar com bases consistentes no âmbito da sociedade tibetana. Foram constrangidos a admitir isso também os autores princi-

¹⁶² Goldstein, 1998, pp. 86-87.

¹⁶³ Deshayes, 1998, p. 281.

¹⁶⁴ Margolin, 1998, p. 509.

palmente empenhados na campanha anticomunista e antichinesa. Ei-los, pois, a esbravejar contra “o sétimo Panchen Lama”, culpado de ter-se “prontamente coligado ao regime comunista”. Ainda mais duro é o julgamento que os campeões da cruzada anticomunista e antichinesa exprimem sobre os “monges”, que “não hesitam em profetizar que em breve o Tibet seja liberado” e que dirigem apelos nesta direção ao Partido Comunista e ao Exército Popular de Libertação.

Tais autores não conseguem conformar-se com o fato de que o Dalai Lama tão transfigurado por eles confronta-se desde o início não só com largos setores populares, mas também com setores religiosos que o querem “abater”. Os campeões da cruzada antichinesa e anticomunista devem se resignar. Ainda em 1992, no curso de sua viagem a Londres, o Dalai Lama foi objeto de manifestações hostis por parte da maior organização budista na Grã-Bretanha, que o acusa de ser um “ditador impiedoso” e um “opressor da liberdade religiosa”¹⁶⁵.

Até no que tange à revolução cultural, indubitavelmente um período trágico na história da região, é preciso ter presente que havia “até tibetanos” entre os guardas vermelhos: os confrontos flamejam entre grupos maoistas; “assim, no total, talvez tenham sido mortos mais chineses do que tibetanos”¹⁶⁶. A chamar de novo a atenção para esse fato está o *Livro negro do comunismo* que, porém, em homenagem a seu anticomunismo profissional, não hesita em ecoar a acusação de... genocídio chinês em detrimento do povo tibetano!

A lógica do imperialismo e da ideologia dominante é clara. Mas como explicar as simpatias de que o Dalai Lama goza também em certos setores da esquerda e até em círculos que saudaram a seu tempo a Revolução Cultural e que ainda falam dela com uma certa nostalgia? Não há dúvida de que hoje a situação no Tibet claramente melhorou no que tange

¹⁶⁵ Lopez Jr., 1998, pp. 193-194.

¹⁶⁶ Margolin, 1998, p. 509.

ao desenvolvimento econômico, à liberdade religiosa e aos direitos culturais e nacionais dos habitantes daquela região. Mas não é isso que interessa a uma determinada esquerda que no Terceiro Mundo, longe de apreciar o esforço para sair do retrocesso e da miséria, projeta ali a nostalgia e a idolatria a uma sociedade pré-moderna, cujos cidadãos sejam “pobres, mas belos”: uma sociedade que, como certos monastérios agora inseridos nos itinerários turísticos, deveria permanentemente servir como lugar de férias e de periódica regeneração espiritual do peso de uma opulência não obstante irrenunciável e, ao contrário, firmemente mantida. Nos anos 60, “pobres, mas belos”, com relação ao Ocidente, eram considerados os chineses; mas hoje, depois do impetuoso desenvolvimento ocorrido no grande país asiático, “pobres, mas belos”, aos olhos dessa dita esquerda, são os tibetanos seguidores de Dalai Lama. Que importa se este último seja na realidade rico e feio? Sim, é rico enquanto expoente de uma casta desfrutadora e superalimentada de dólares já desde os anos 50; feio, pelo fato de querer continuar a condenar a uma horrível condição de degradação os servos da aristocracia e teocracia tibetana. Tudo isto não conta: para uma certa esquerda, os filmes de Hollywood são sempre mais importantes do que livros de história e do que a análise crítica da realidade.

7. Um olhar sobre os “dissidentes”

Junto aos separatistas de Taiwan e do Tibet, os EUA adulam de um modo todo particular os chamados “dissidentes”. A respeito deles, vejamos então o que diz um general italiano, no entanto malévolo e hostil em relação à República Popular da China. Segundo ele, tais dissidentes são “quatro (em número)” e “nunca tiveram seguidores”¹⁶⁷. Todavia,

¹⁶⁷ Mini, 1999, p. 91.

para uma certa esquerda, as suas opiniões e exposições são bem mais importantes do que o esforço gigantesco de um quarto ou um quinto da humanidade para sair do subdesenvolvimento e da trágica experiência de humilhação e opressão nacionais impostas pelo imperialismo.

Particularmente bajulado, seja por Washington seja pela “esquerda” romana, é um desses “quatro” dissidentes, Wei Jingsheng. Num livro publicado pela Manifesto Libri ele dá uma bela mostra de si. Mas para se ter uma rápida idéia do personagem, convém aqui concentrar-nos sobre a entrevista concedida por ele a uma revista estadunidense. Depois de se ter lamentado da escassa atenção que lhe deram as autoridades e a população francesa no curso de uma viagem a Paris, o ilustre “dissidente” assevera: “Isso é o que acontece quando países do Ocidente adotam os valores chineses”¹⁶⁸. Como se vê, o alvo da polêmica não é o Partido Comunista Chinês, mas a China enquanto tal, que aqui se transforma em sinônimo de barbárie, como na mais hipócrita propaganda imperialista. E como na mais hipócrita propaganda imperialista, para o citado “dissidente”, o Ocidente erige-se no único guardião da civilização e dos direitos do homem, não obstante a infâmia das guerras do ópio e a tragédia da “China crucificada”.

Wei Jingsheng promove um panegírico do imperialismo e da sua planetária missão civilizadora que vai até a exaltação. Recusando-se a recorrer à guerra comercial (ou também de outro tipo?) contra os dirigentes de Pequim, os EUA demonstram ter “*confiado o povo chinês*” a líderes que não têm absolutamente interesse algum nos direitos humanos”. Evidenciei em itálico um termo revelador: a soberania universal compete originariamente e por direito inalienável ao líder planetário que tem sede em Washington e que pode graciosamente “confiá-la” em qualquer parte a um doméstico digno de sua confiança.

¹⁶⁸ Mirsky, 1998.

Mas o autoproclamado “dissidente” não detém aí suas manifestações. Como explicar o fato de que os Estados Unidos e a OTAN não se decidem a assumir uma linha de colisão frontal? Desgraçadamente, “no Ocidente, a grande indústria está ganhando uma maior influência sobre os governos e ela deseja o que deseja Pequim”. Segundo essa análise, o peso político do dinheiro nos países capitalistas seria um fenômeno muito recente e devido apenas às pressões provenientes da China. O desventurado que assim delirava parece nunca ter escutado falar da existência de um complexo industrial-militar, claramente interessado em pintar com tintas foscas o “perigo amarelo” e de qualquer modo em montar um clima de histeria antichinesa, o que favorece a produção e o comércio de novos, mais sofisticados e mais custosos equipamentos bélicos. E aos seus olhos pareceria como uma invenção dos seus “bárbaros” compatriotas a crítica do imperialismo, hoje como ontem, de vez que sua aspiração é transformar de qualquer forma o grande país asiático em uma gigantesca colônia ou semicolônia, privada de uma indústria nacional autônoma, reduzida a mercado de consumo da indústria estadunidense e ocidental, a fornecedora de matérias-primas e, sobretudo, de uma força-trabalho a baixo custo e semi-servil, como os *coolies* de infeliz memória.

O fato é – insiste o autoproclamado dissidente – que “os povos ocidentais não entendem até que ponto os seus governos estão corrompidos pelas práticas chinesas, que favorecem a grande indústria”¹⁶⁹. E de novo emerge a tendência racista em face ao povo chinês, caracterizado por “valores” e “práticas” infames. O pior é que esse centro de barbárie e de obscuras manobras envolve com seus tentáculos cada ângulo do mundo. Nas capitais mais importantes do Ocidente, os governantes oficiais são na realidade as marionetes de uma

¹⁶⁹ Mirsky, 1998.

finança que age na sombra. Não existe dúvida: Wei Jingsheng adora falar dos chineses do mesmo modo como os anti-semitas mais furiosos (e mesmo os nazistas) falavam dos judeus!

Uma pergunta se impõe. Estamos de fato perante expoentes de um movimento “democrático”? Nunca uma definição foi mais falsa e mentirosa. Por enquanto, eles estão bem longe, como vimos, de ser um movimento. E de qualquer modo esses personagens revelam-se os louvaminhas mais acríticos e mais exaltados do despotismo planetário de Washington. Estão prontos a aplaudir até sangrar as mãos, por exemplo, as bombas que destruíram a televisão sérvia e assassinaram os jornalistas culpados de ter opiniões diversas daquelas do general Clark e de Wei Jingsheng. Mas este Wei Jingsheng e os seus “três amigos” e comparsas são ao menos “dissidentes”? É certo que o são a respeito do povo chinês, que eles demonstram desprezar e que gostariam de ver golpeado e castigado pela fome. No mais, estamos diante dos representantes mais fanaticamente ortodoxos do “pensamento único” ocidental; para vê-lo triunfar, Wei Jingsheng e os seus “três amigos” e comparsas estão prontos a condenar à morte todos os hereges e povos inteiros, que cometem o erro de ser realmente “dissidentes” a respeito das planetárias ambições imperialistas de Washington.

8. A esquerda, a autodeterminação e a democracia

Bem se compreende porque, junto aos separatistas de todo tipo, os EUA recrutaram também os ditos “dissidentes”. O fato é que “a China permanece o último grande território que escapa à influência política estadunidense, constituindo a última fronteira a conquistar”¹⁷⁰. Washington decidiu aba-

¹⁷⁰ Valladão, 1996, p. 241.

ter também esse obstáculo. Em 23 de janeiro de 1993, o então secretário de Estado Warren Christopher declarava: “[...] a nossa política procurará facilitar uma evolução pacífica da China do comunismo à democracia”¹⁷¹. Explicitamente liquidado é o princípio da não interferência nos negócios internos dos outros Estados, que é consagrado, não só no direito internacional, mas também no comunicado conjunto chino-estadunidense de Xangai de 27 de fevereiro de 1972. *Pacta sunt servanda?* Esta regra não vale para os donos do mundo.

Através de um bombardeio multimidiático (ameaças de guerra comercial e de guerra propriamente dita), os EUA querem impor à China a mesma “democracia” que conseguiram exportar para a ex-União Soviética: ascensão ao poder de uma verdadeira e própria máfia; domínio incontestável de um autocrata, ladrão entre os ladrões, e pronto a bombardear inclusive o Parlamento; miséria em massa e assustadora diminuição da duração média da vida; recolonização de um enorme território reduzido à condição de Terceiro Mundo. Finalmente, um outro aspecto, que emerge da recomendação de um *expert* estadunidense, William D. Shingleton, que convida Washington a aproveitar a experiência do desmembramento da URSS para “enfrentar de maneira mais coerente a futura fragmentação da China”¹⁷².

Eis então que se delineia um desígnio infame, mas de grande fôlego. Os círculos mais extremistas do imperialismo sugerem que o seu objetivo vai bem além das “duas Chinas”: por que não pensar – perguntou-se um influente semanário alemão, *Die Zeit* – em “sete Chinas”¹⁷³? Mais exatamente, esses círculos apontam para o desmembramento da inteira China em “muitas Taiwan”¹⁷⁴, todas, direta ou indiretamente

¹⁷¹ Overholt, 1994, p. 315.

¹⁷² Mini, 1999, p. 92.

¹⁷³ Venzky, 1999.

¹⁷⁴ Limes, 1995.

controladas por Washington, que assim integraria em regime subalterno no mercado capitalista mundial as regiões mais desenvolvidas ou mais promissoras, abandonando as demais a um destino de subdesenvolvimento e miséria.

Taiwan, Hong Kong, o Tibet, o Chingiang são os pontos estratégicos nos quais se desdobra o projeto imperialista. Às vésperas da passagem do poder em Hong Kong, Chris Patten, o governador plenipotenciário enviado por Londres, e os EUA tentaram por algum tempo “negar os aspectos fundamentais do acordo”, que previa o retorno à pátria-mãe do território arrancado com a guerra do ópio¹⁷⁵. Frustradas sob esse aspecto, as manobras do imperialismo nem por isso cessaram. O Dalai Lama não abandonou ainda de todo as esperanças de uma desintegração da China similar àquela que marcou a tragédia da URSS¹⁷⁶.

Vejamos agora o que acontece em Chingiang, a região habitada pelos uigures de religião islâmica. Ela está conhecendo um período de extraordinário desenvolvimento¹⁷⁷. Reconhece-o até o general italiano já citado, a despeito de favorável à secessão: o governo central chinês se empenhou em “financiar, praticamente de graça, imensas obras de infra-estrutura”¹⁷⁸. O desenvolvimento econômico dá-se *pari passu* com o respeito da autonomia: “[...] a polícia local é composta na sua maior parte pelos uigures”. Não obstante, está em marcha uma agitação separatista “parcialmente financiada por extremistas islâmicos, como os talibans afegãos”. Estamos em presença de um movimento que “se mistura com a delinquência comum” e se mancha de atos nefandos. Os atentados parecem perseguir em primeiro lugar os “uigures tolerantes ou colaboracionistas”, ou seja, os “postos policiais”, controlados, como notamos, pelos uigures¹⁷⁹. Mas, de qualquer modo, “se os habitantes de

¹⁷⁵ Overholt, 1994, p. 358.

¹⁷⁶ Goldstein, 1998, p. 91.

¹⁷⁷ Overholt, 1994, p. 88.

¹⁷⁸ Mini, 1999, p. 96.

¹⁷⁹ Mini, 1999, pp. 88-89 e 93-94.

Chingiang fossem chamados hoje a um *referendum* sobre a independência, votariam provavelmente em maioria contra”¹⁸⁰.

Emerge claramente a instrumentalidade da palavra de ordem da “autodeterminação”, agitada contra a República Popular da China pelo imperialismo e acompanhada de modo subalterno pela “esquerda” imperial. Não que esteja ausente o problema da autodeterminação; ele está, ao contrário, assumindo dimensões macroscópicas. Mas o que está ameaçado não é o direito à autodeterminação dos “dissidentes”, que são “quatro (em número)”, e nem mesmo aquele da população uigure de Chingiang, que se opõe, na sua maioria, às manobras secessionistas e é a sua primeira vítima. Não, o que está ameaçado é o direito à autodeterminação de um povo que soma um quinto ou um quarto da humanidade.

Para compreender melhor esse último ponto, pode ser útil refletir sobre a história de nosso país: a Itália. Com base em documentos estadunidenses recentemente abertos ao público, às vésperas das eleições de abril de 1948, a CIA estava pronta, em caso de vitória da esquerda, a apoiar movimentos secessionistas na Sardenha e Sicília e a desmembrar a Itália¹⁸¹. Devemos considerar essas manobras uma homenagem ao princípio da “autodeterminação” do povo sardo e siciliano ou, ao inverso, uma ameaça ao princípio da autodeterminação do povo italiano no seu conjunto (incluídos sardos e sicilianos), ao qual não seria permitido se fazer representar por um governo que desagradasse aos que aspiravam a ser donos do universo?

Nos mesmos anos em que se iniciam as manobras secessionistas relativas à Itália, depois desativadas por causa da vitória da Democracia Cristã, tinham início também as manobras pelo desmembramento da China, atualmente em pleno desenvolvimento porque, desgraçadamente para Wa-

¹⁸⁰ Mini, 1999, p. 96.

¹⁸¹ Molinari, 1999.

shington, o partido comunista está ainda no poder. Se de algum modo conseguisse desmembrar a China, o imperialismo transformaria o grande país no seu conjunto, incluídos o Chingiang e o Tibet, em uma série de colônias e de protetorados. Seria o retorno da "China crucificada", com um número de vítimas que, como vimos, "na história do mundo nunca foi tão elevado". Depois de ter impedido que esse trágico capítulo da história mundial fosse encerrado de uma vez por todas, o imperialismo estadunidense está pronto então a reabri-lo em grande estilo. Desmembrar e empurrar para trás o país mais populoso da terra significaria para os EUA a consagração definitiva do seu domínio planetário imperial, do seu direito a intervir em Cuba, na Coréia, em Montenegro, na Rússia, no Iraque, em cada ângulo do mundo, do seu direito a condenar à morte por inanição, mediante embargo, qualquer povo que ousasse rebelar-se ou simplesmente exprimir um pouco de mau-humor em relação ao soberano de Washington.

Em termos análogos ao da autodeterminação coloca-se o problema da democracia. Devemos exigir a introdução na China ou em Cuba do pluripartidarismo de tipo ocidental? Aqui mais do que nunca revelam-se a subalternidade da esquerda e a sua incapacidade de proceder a uma análise concreta da situação concreta. No entanto, deveria ser ainda fresca a recordação da tragédia que se abateu sobre a Nicarágua sandinista. A seu tempo, os EUA submeteram-na ao bloqueio econômico e militar, minaram seus portos, puseram-na sob uma guerra não declarada, mas sanguinária, suja e contrária ao direito internacional. Diante de tudo isto, o governo sandinista viu-se constrangido a tomar medidas tímidas de defesa contra a agressão externa e a reação interna. E Washington exibia-se como defensor dos direitos democráticos ultrajados pelo "totalitarismo" sandinista. É como imaginar um carrasco que, depois de haver procedido à execução, põe-se a gritar scandalizado pela cor pálida e

cadavérica da sua vítima. Uma atitude grotesca: todavia não faltaram almas generosas para se associarem aos brados de escândalo do carrasco e à condenação das medidas “liberticidas” de Ortega, cujo espaço de manobra diante da agressão foi progressivamente reduzido e anulado. O resultado: eleições nas quais o povo nicaragüense, já ensangüentado e fatigado, com a faca mais do que nunca apontada à garganta, decidiu “livremente” ceder aos seus agressores. Só os lacaios e os imbecis podem celebrar essa infâmia e essa tragédia como triunfo da democracia. Exigir a introdução em Cuba do pluripartidarismo ocidental significa, nas atuais condições, trabalhar para uma réplica do triunfo do carrasco imperialista!

De modo similar coloca-se o problema também para a China. Vejamos os fatos. Um jornalista estadunidense assim descreve o comportamento de Washington: “Os líderes americanos sacam uma das armas mais pesadas do seu arsenal comercial, apontando-a ostensivamente para a China, e depois discutem furiosamente se pressionam ou não o gatilho”. O cancelamento das relações comerciais normais constituiria “em termos de dólares, a maior sanção comercial na história dos EUA, excluídas as duas guerras mundiais”; seria “o equivalente comercial de um ataque nuclear”¹⁸². Esta é também a opinião de Luttwak¹⁸³: “[...] com uma metáfora poder-se-ia afirmar que o bloqueio das importações chinesas é a arma nuclear que a América tem apontada para a China”.

Como poderiam ser consideradas “livres” eleições impostas em um país colocado sob a constante ameaça de um ataque nuclear (em termos comerciais, mas, indiretamente, também militares)? Os “dissidentes” resultariam enormemente favorecidos não só pela superpotência multimidiática e financeira do imperialismo mas, ainda mais, pelo fato de que eles poderiam apresentar-se como o único grupo apreciado

¹⁸² Dale, 1996.

¹⁸³ Luttwak, 1999, p. 151.

por Washington e, portanto, como o único grupo capaz de salvar a população do “ataque nuclear” (de tipo comercial) e da morte por inanição. A respeito destas hipotéticas eleições, seriam decididamente mais “livres” aquelas a seu tempo encenadas por Napoleão III, ou então por Mussolini e por Hitler!

É mérito dos atuais dirigentes chineses enfrentar de modo radicalmente diverso o problema, real e iniludível, da democracia. Rompendo com a desafortunada tradição do “socialismo real” e da “Revolução Cultural”, eles consideram preciosas as liberdades “formais” garantidas por lei. Daí toda uma série de reformas promovidas sob o controle do Partido Comunista, mas reais e incisivas, ainda que elas, como vem sendo explicitamente declarado, constituam só a primeira etapa de uma longa viagem.

Nada disso é desmentido pela tragédia que, em 1989, ocorreu na praça Tien An Men. Não foram apenas contradições internas mas, claramente, também as manobras do imperialismo que alimentaram uma agitação prolongada de modo interminável, não obstante todas as tentativas de mediação e de diálogo com os estudantes promovidas pela direção chinesa. Não se deve perder de vista o contexto histórico. São os anos em que os EUA desenvolvem sua ofensiva final contra o “socialismo real”, desmembrando a URSS e a Iugoslávia. Após um longo período de incerteza e de tentativas de restabelecer a ordem pública por via pacífica, a direção chinesa decide não se deixar arrastar em hipótese alguma pela degradingolada geral. É preciso, no entanto, dizer que, não obstante seus pesados custos, esta sofrida decisão economizou à China (e ao mundo) uma reedição, em escala muito mais larga, da tragédia que atingiu a URSS e a Iugoslávia, e chegou em cima da hora para conseguir privar os Estados Unidos do triunfo final, que eles já antegozavam. Compreende-se a raiva deles... Mas essa decisão não pôs fim, de modo algum, ao pro-

cesso de democratização, que agora, pelo contrário, pode desenvolver-se sobre bases mais sólidas.

Os progressos realizados no encaminhamento da democracia de base nas aldeias ou na difusão através do imenso país do princípio do governo da lei são reconhecidos mesmo pela imprensa ocidental menos cega pelo anticomunismo; assim como, com os dentes cerrados, é reconhecida a enorme extensão dos direitos humanos resultante do processo de saída do subdesenvolvimento. Hoje, de acordo com documentos oficiais de organismos da ONU, a duração média da vida na China é de cerca de dez anos mais elevada do que na Rússia: os círculos imperialistas empenhados em infligir à China a mesma sorte já reservada à URSS, laboram, em realidade, para uma catástrofe sem precedentes dos direitos humanos, para uma sensível diminuição da duração média da vida e, portanto, para uma prematura condenação à morte de um quinto ou de um quarto da população mundial. A esquerda ocidental abrirá ao menos os olhos para esse aspecto?

9. Do retorno de Hong Kong à pátria-mãe ao bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado

Seria a hora de, no interior da esquerda, desenvolver-se um debate sobre a realidade e o papel internacional da República Popular da China. Gostaria de dar uma contribuição nesse sentido, detendo-me na análise de duas atitudes que me parecem exemplarmente negativas. Há dois anos, por ocasião do retorno de Hong Kong à República Popular da China, *Il manifesto*, bem longe de festejar o acontecimento, identificou-se largamente com Chris Patten, o governador soberanamente designado por Londres. Sobre seu comportamento damos a palavra a um autor que é também colaborador da revista *Foreign Affairs*. Este sublinha a “desesperada resistência dos ingleses contra o caminho da

descolonização”, a “tenacidade dos esforços britânicos para manter o poder colonial”; não havia de modo algum preocupação com a “população de Hong Kong”, desenvoltamente “exposta a pesados custos e a pesados riscos pelo esforço das políticas de prolongar o colonialismo”¹⁸⁴. Para demonstrar a todos que ele era o verdadeiro soberano, Chris Patten procedia a uma “flagrante violação da norma prevista pela Declaração conjunta” sino-britânica que havia definido as modalidades da passagem de poderes sobre Hong Kong, assumia uma atitude que “podia tranquilamente ser declarada ilegal se julgada por uma corte inglesa”¹⁸⁵. No entanto – observa o autor já citado – “a imprensa mundial retratou de modo geral quase exclusivamente o ponto de vista britânico”¹⁸⁶. *Il manifesto* não fez exceção. Como a seu tempo, John Stuart Mill celebrou a guerra do ópio como uma cruzada pela liberdade, assim os seus hodiernos discípulos identificaram em Chris Patten, o hodierno representante das colônias britânicas (e dos mercados do ópio), um campeão e cruzado da luta pela liberdade. Ao menos nessa ocasião, o “diário comunista” teria podido tranquilamente rebatizar-se como “diário liberal e neocolonialista”.

E agora vejamos como um expoente autorizado da Refundação Comunista comenta a situação que se criou em consequência do bombardeio pela OTAN da embaixada chinesa em Belgrado:

A China [...], arrastada pelos cabelos na crise iugoslava (é muito difícil acreditar em erro), limita-se a pedir um final honroso para o caso, com um inquérito e a punição dos culpados, procurando proteger-se de interferências futuras em seus assuntos internos, mas

¹⁸⁴ Overholt, 1994, pp. 217-218.

¹⁸⁵ Idem, pp. 250 e 255.

¹⁸⁶ Idem, p. 215.

nem sequer sonha em renunciar ao objetivo proclamado de entrar na OMC para integrar-se definitivamente, e a pleno título, na globalização capitalista¹⁸⁷.

Quis citar por extenso esse trecho, porque convém analisá-lo minuciosamente e com vagar. Assim:

1) O bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado foi intencional. Era lícito esperar-se nesse ponto uma expressão de solidariedade para um país que, como o demonstra de modo emblemático esse ato de banditismo intencional, permaneceu constantemente na linha de tiro do imperialismo. Mas, ao contrário, nada disso ocorre. O alvo da polêmica é a vítima, mais do que a política de pressão, cerco, intimidação, subversão, além do ataque militar verdadeiro e efetivo, conduzida pelo agressor contra o grande país asiático. Em meio a muitas saudações aos princípios mais elementares da ética comunista ou da ética enquanto tal, extravasa uma polêmica mesquinha contra a República Popular da China.

2) Mas vejamos o conteúdo de tal polêmica: Pequim “limita-se a pedir um final honroso para o caso”. Não há dúvida de que o bombardeio da embaixada é um ato de guerra ao qual, com base no direito internacional, poder-se-ia ter respondido com um ato de guerra oposto. O companheiro Mantovani deveria ter apreciado a frieza de nervos do governo chinês e a sua contribuição à causa da paz mas, ao invés disso...

¹⁸⁷ Mantovani, 1999, p. 8.

3) Mas o requisitório prossegue. Não renunciando à sua aspiração (hoje finalmente realizada) de passar a fazer parte da Organização Mundial do Comércio (OMC), a China confirma querer “integrar-se definitivamente, e a pleno título, na globalização capitalista”. Tão logo tivesse lido Luttwack, Mantovani haveria entendido como funciona “a arma nuclear que a América tem apontada contra a China”: o fato é que, “não sendo a China um membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), os Estados Unidos estão ainda mais livres para tomar medidas protecionistas em seus litígios”¹⁸⁸. O que há de repreensível na aspiração de um quinto ou de um quarto da população mundial de não viver sob a ameaça cotidiana de uma “arma nuclear” ostensivamente apontada contra ela? Não tem sentido assimilar a uma integração “a pleno título” com o agressor a aspiração do agredido de subtrair-se à ameaça do agressor e, portanto, de ganhar maior liberdade de movimento.

Com base na lógica do companheiro Mantovani, a luta desesperada do povo cubano contra o embargo e pelo direito a relações comerciais normais exprimiria apenas a aspiração à integração no mercado e no mundo capitalista. Mas, então, retrocedendo, deveríamos dizer que a luta secular das massas populares contra a discriminação censitária tinha também ela em vista a plena integração no sistema eleitoral burguês, e as mulheres tinham em vista integrar-se na sociedade machista e capitalista quando reivindicaram o acesso aos direitos políticos e às profissões tradicionalmente consideradas reserva de caça masculina. Finalmente, para retornar a hoje, a

¹⁸⁸ Luttwack, 1999, p. 151.

reivindicação do Partido da Refundação Comunista, e do próprio companheiro Mantovani, de poder constituir um grupo parlamentar autônomo seria claramente sinônimo de aspiração à integração no sistema parlamentar burguês! Aqui não temos mais o que fazer com a ética comunista: ao contrário, salta aos olhos a fuga às regras mais elementares da gramática e da sintaxe do discurso político – o protesto, a luta dos excluídos contra uma sociedade ou uma ordem mundial fundada sobre a discriminação e sob pavorosas cláusulas de exclusão não é um reforço para essa sociedade ou essa ordem, mas sim, ao contrário, a sua concreta colocação em questão.

4) Certamente, com sua admissão à OMC, a República Popular da China encontra-se empenhada numa nova frente de luta, a qual deve ser travada no âmbito de uma globalização que, de um lado, condena os excluídos ao *apartheid* tecnológico e ao embargo ou à ameaça de embargo, de outro lado se movimenta sob o controle das grandes potências capitalistas e imperialistas. Trata-se, portanto, de uma luta muito difícil e complexa. Mas dar por favas contadas o triunfo do capitalismo e do imperialismo significa assumir uma atitude ao mesmo tempo derrotista e inconsciente de alguns dados de fato fundamentais.

Basta folhear a imprensa estadunidense para tomar ciência da permanente polêmica contra a República Popular da China também sobre o terreno da economia. Ao invés de resignar-se com seu atraso, ela pretende vincular os contratos que assina com o Ocidente à importação de tecnologia avançada; ao invés de liquidar em bloco a economia estatal e coletiva, faz de tudo para reestruturá-la e recuperá-la, mes-

mo quando lhe restringe a área, de modo que ela possa enfrentar com sucesso a concorrência mundial; ao invés de abandonar-se aos mecanismos de mercado, procura de todo modo transferir recursos ao Norte-Oeste e às regiões menos desenvolvidas, empenhando-se para fazê-las decolar; ao invés de converter-se finalmente ao neoliberalismo, ela faz alavanca sobre a despesa pública e sobre obras de utilidade pública para manter alto o ritmo de desenvolvimento, não obstante a grave crise que incidiu sobre o Sudeste asiático; repelindo todas as exigências, ela continua a opor-se à liberalização selvagem dos mercados financeiros (graças à qual o Ocidente conseguiu colocar em crise os chamados “tigres asiáticos” e firmar o controle sobre os centros nervosos da sua economia): eis algumas das acusações recorrentes que vêm endereçadas à República Popular da China; desgraçadamente – insiste a imprensa estadunidense – aquele grande país asiático continua a ser dirigido por um partido comunista!

De resto, se a integração na globalização capitalista fosse já efetivada e completa, como explicar o bombardeio estadunidense da embaixada chinesa, sobre o qual chama a atenção o mesmo companheiro Mantovani? Esse ato de barbárie não é o sinal de uma contradição ainda aberta e que parece mesmo agravar-se à medida que prossegue o desenvolvimento econômico e político da China?

10. O movimento comunista e a tragédia e farsa das “excomunhões”

Para estimular a malevolência à esquerda relativamente à República Popular da China contribui a tese, largamente difundida, segundo a qual naquele país já se teria verificado uma completa restauração do capitalismo. Vimos que, para pôr em dúvida essa tese, bastam já as declarações e os atos dos inimigos do grande país asiático. Mas aqui convém fa-

zer uma consideração de caráter mais geral. A história do movimento comunista é dominada por um problema de fundo. A revolução não se verificou nos pontos altos do desenvolvimento capitalista, os quais Marx tinha em vista em primeiro lugar para a passagem ao socialismo. E então, que fazer? Descartada a “solução” (social-democrática) de confiar permanentemente, ou mesmo de reconsignar o poder político à burguesia ou, pior ainda, às classes dominantes de tipo semifeudal e semicolonial, a decepção causada pela revolução que não houve no Ocidente podia ser enfrentada, e foi historicamente enfrentada, de três modos diversos.

Os dois primeiros são suficientemente notórios. Pode-se utilizar o país no qual os comunistas conquistaram o poder como base para estender a revolução e conquistar para ela sobretudo o pontos altos do desenvolvimento capitalista; ou então a tarefa principal pode ser vista na edificação, naquele país, do socialismo, do novo modo de produção chamado a tomar o lugar do capitalismo. Ambas estas saídas resultam hoje de todo impraticáveis, dadas as relações de força que em nível internacional vieram a se concretizar no plano econômico e no plano militar.

Mas existe um outro modo pelo qual se pode enfrentar essa dificuldade. Ele foi a seu tempo enunciado, com particular clareza, pelo primeiro presidente da República Popular da China, Liu-Shao-chi, segundo o qual, depois da vitória da revolução, a tarefa principal do novo poder popular consistia no desenvolvimento das forças produtivas obsoletas. No curso da Revolução Cultural, a teoria das forças produtivas, como expressamente vinha definida, constituiu o alvo de uma intensa campanha de denúncia. E, todavia, ela acabou por triunfar a partir da terceira sessão plenária da XI reunião do Comitê Central em 1979, ou seja, a partir do retorno ao poder de Deng Xiaoping.

E essa foi reiterada e formulada com mais precisão ainda em nossos dias: para a solução do problema da China, é

necessário o desenvolvimento, um desenvolvimento que deve ser o mais “equilibrado” e o mais “científico” possível.

Assim pois, a defasagem derivada da revolução não ocorrida nos países capitalistas avançados pode ser resolvida elevando ao nível dos países capitalistas avançados, no que toca ao desenvolvimento das forças produtivas, o país mais ou menos atrasado no qual os comunistas conquistaram o poder. Ao proletariado vitorioso o *Manifesto do partido comunista* indica duas tarefas: “[...] o proletariado servir-se-á do seu poder político para arrancar da burguesia pouco a pouco todo o capital, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para fazer crescer, com a maior rapidez possível, a massa das forças produtivas”. Entre essas tarefas, Marx e Engels, que tinham em vista os pontos altos do desenvolvimento capitalista, não viam contradição alguma. Mas, a partir sobretudo da segunda guerra mundial, essa contradição manifestou-se com nitidez. Um país em via de desenvolvimento que hoje, através de uma nacionalização radical dos meios de produção, se fechasse totalmente ao mercado capitalista, mesmo sem levar em conta as represálias comerciais e militares que poderiam ser-lhe dirigidas, permaneceria de qualquer modo privado da tecnologia mais avançada e certamente não seria capaz de resolver nem o problema do desenvolvimento das forças produtivas, nem o problema da construção do socialismo.

Desgraçadamente, nenhum daqueles que na esquerda falam da completa restauração do capitalismo na China leva em conta as contradições e as dificuldades reais enfrentadas pelo movimento comunista no curso da sua história e as contradições e as dificuldades reais que emergem da teoria e da prática do desenvolvimento das forças produtivas. Seria necessário proceder a balanços históricos, a reflexões e refundações teóricas, a análises concretas da realidade atual, dos processos de desenvolvimento, das relações de força,

mas essa tarefa, quando é enfrentada com espírito crítico e sem preconceitos, sem subserviência a quem quer que seja, resulta terrivelmente difícil e trabalhosa. É mais fácil e mais rápido recorrer à excomunhão.

Assistimos assim à perversa reexumação de um comportamento que se esperava superado e desaparecido de uma vez por todas. Pense-se na página negra constituída pela condenação por Stalin, em 1948, do Partido Comunista Iugoslavo, considerado culpado de uma política de restauração do capitalismo. Naquele momento, a emitir o decreto de excomunhão estava um “campo socialista” guiado por um país protagonista não só da revolução de Outubro, mas também de uma heróica e vitoriosa resistência contra a barbárie nazi-fascista. Hoje, ao contrário, são pequenos partidos e grupelhos minoritários e pretensiosos que querem emitir um decreto de excomunhão contra um partido comunista de dezenas de milhões de militantes, protagonistas de uma grande revolução nacional e social, e artífices de um processo de saída do subdesenvolvimento que interessa a um quarto ou a um quinto da humanidade e que, em consequência, está destinado a modificar radicalmente a geografia política do planeta e as relações de força em nível internacional. Não há dúvida, também aqui a tragédia transformou-se em farsa. Mas essa farsa pode alimentar uma nova e mais grave tragédia, favorecendo as manobras do imperialismo para isolar e golpear o país que, com seu próprio desenvolvimento (econômico e político), faz soar em Washington e em outras capitais uma campanha de alarme.

11. Era uma vez a esquerda...

Retornamos à questão da qual havíamos partido. Era uma vez uma esquerda, que olhava com simpatia a China Popular não só pela tentativa de construção do socialismo,

mas também pelo contrapeso que ela objetivamente constituía em relação ao imperialismo. Uma esquerda digna desse nome deve saber recuperar sua memória histórica e sua capacidade de análise política e geopolítica. A tragédia infligida ao povo chinês a partir da guerra do ópio é um episódio particularmente repugnante nos anais do colonialismo e do imperialismo e é um episódio cuja conclusão é reposta em questão por obra dos Estados Unidos, que claramente identificaram na República Popular da China o seu inimigo principal, o obstáculo principal à realização do seu objetivo de domínio e homologação mundial.

Referências bibliográficas

- "1948, guerra civile a Roma". In: *La Stampa*. 14 de setembro, p. 23, 1999.
- "LIMES". *Una Cina o molte Taiwan?*, Editorial do nº 1, pp. 7-12, 1995.
- "Renmin Ribao" (*Diário do Povo*). *Ancora a proposito dell'esperienza storica della dittatura del proletariato* (1956). O artigo publicado anônimo pode ser lido em *Sulla questione di Stalin*. Edizioni Oriente: Milano, III ed. 1971.
- AGOSTI, Aldo (Org.). *La Terza Internazionale. Storia documentaria*. Roma: Editori Riuniti, 1974-79.
- ALPEROVITZ, Gar. *The Decision to Use the Atomic Bomb and the Architecture of an American Myth*. New York: Knopf, 1995.
- AMBROSE, Stephen E. *Eisenhower. Soldier and President* (1983-84). New York: Simon & Schuster, 1991.
- APTHEKER, Herbert. *America Foreign Policy and The Cold War* (1962). New York: Kraus Reprint Millwood, 1977.
- ARENDT, Hannah. "Zionism Reconsidered" (outubro 1945). Tr. it. "Ripensare il sionismo". In: *Ebraismo e modernità*. Organizado por Giovanni Bettini. Milano: Unicopli, 1986.
- BALFOUR, Michael. *The Kaiser and his Times* (1964). Tr. it., de Alberto Aiello e Marco Papi. *Guglielmo II e i suoi tempi*. Milão: Il Saggiatore, 1968.
- BARKAN, Elazar. *The retreat of scientific racism. Changing concepts of race in Britain and the United States between the world wars*. Cambridge: University Press, 1992.
- BEBEL, August. *Die Frau und der Sozialismus* (1883). 60ª ed., Berlin: Dietz, 1964.
- BLOCH, Ernst. *Naturrecht und menschliche Würde*. Frankfurt: Suhrkamp, 1961.
- . *Geist der Utopie*. (1918: 1ª ed.), Frankfurt: Suhrkamp, 1971.
- BORISSOW, Oleg B. & KOLOSKOW, Boris T. *Sowjetisch-chinesische Beziehungen 1945-1970*. Tr. al. do original russo (1971) de Wolfgang Eckstein. Staatsverlag der Deutschen Demokratischen Republik, Berlin, 9173.
- BOYLE, Peter G. (Org.). *The Churchill-Eisenhower Correspondence 1953-1955*. Chapel Hill and London: The University of Carolina Press, 1990.
- BULLOCK, Alan. *Hitler and Stalin. Parallel Lives*. New York: Knopf, 1990.

- BURLEIGH, Michael & WIPPERMANN, Wolfgang. *The Racial State. Germany 1933-1945* (1991). Tr. it., de Orsola Fenghi, *Lo stato razziale. Germania 1933-1945*. Milano: Rizzoli, 1992.
- CALDIRON, Guido. "Quei serenissimi nazionalsocialisti". In: *Liberazione*, 23 de maio de 1997.
- CANFORA, Luciano. "Le Foibe, Tito e la 'politica estera' della sinistra". In: *Corriere della Sera*, 17 de agosto. 1996.
- CARR, Edward, H. *A History of Soviet Russia. The Bolshevik Revolution 1917-1923* (1950). Tr. it., de Franco Lucentini, Sergio Caprioglio e Paolo Basevi. *La rivoluzione bolscevica* 4ª ed. Torino: Einaudi, 1964.
- CATONE, Andrea. "Lenin e la transizione dal capitalismo al socialismo". In: Ruggero Giacomini-Domenico Losurdo (Org.). *Lenin e il Novecento*. Napoli: La Città del Sole – Istituto Italiano per gli Studi Filosofici, 1997.
- CHANG, Iris. *The Rape of Nanking. The Forgotten Holocaust of World War II*. Nova York: Basic Books, 1997.
- CHIESA, Giulietto. *Russia addio. Come si colonizza un impero*. Roma: Editori Riuniti, 1997.
- CHOMSKY, Noam. *The Chomsky Reader* (1987). Tr. it., de Cesare Salmaggi. *Linguaggio e libertà. Dietro la maschera dell'ideologia*. Milano: Tropea, 2002.
- CLARK, Gregory. "Other Asians Should Have a Word With China and Taiwan". In: *International Herald Tribune*, 2 de fevereiro de 1966.
- CLEMENS, Daniel Shaver. *Yalta* (1970). Tr. it., de Manuela Disegni. *Yalta*. Torino: Einaudi, 1975.
- COHEN, Richard. "No, Mr. Lieberman, America Isn't Really God's Country". In: *International Herald Tribune*, 8 de setembro, p. 7 (no artigo fala-se erroneamente de Lieberman, mas no dia seguinte, na página 6 do IHT apareceu a retificação), 2000.
- DALE, Reginald. "Time to Put Away the Big Trade Gun". In: *International Herald Tribune*, de 30 de abril de 1996.
- DESHAYES, Laurent. *Histoire du Tibet* (1997). Tr. it., de Lucio Chiavarelli. *Storia del Tibet. I segreti di una civiltà millenaria*. Roma: Newton & Compton, 1998.
- DEUTSCHER, Isaac. *Ironies of History. Essays on Communism* (1966). Tr. it., de Elsa Pelitti. *Ironie della storia. Saggi sul comunismo contemporaneo*. Milano: Longanesi, 1972.

FAISON, Seth. 1999 a

FAISON, Seth. "For Tibetans in Sichuan, Life in the Shadow of Intolerance". In: *International Herald Tribune*, 1^a de setembro, p. 4. 1999 b.

FIGES, Orlando. "A People's Tragedy" (1996). Tr. it., de Raffaele Petrillo. *La tragedia di un popolo. La Rivoluzione russa 1891-1924* (1997). Milano: TEA, 2000.

FONTAINE, André. "Histoire de la guerre froide" (1967). Tr. it. de Rino Dal Sasso. *Storia della guerra fredda. Dalla guerra di Corea alla crisi delle alleanze*. Milano: Il Saggiatore, 1968.

GASPERI, Alcide De. "La democrazia cristiana e il momento politico" (1944). In: *Discorsi politici*. Tommaso Bozza (Org.). Roma: Cinque Lune, 1956.

GERNET, Jacques. "Le monde chinois" (1972). Tr. it., de Vera Pegna. *Il mondo cinese. Dalle prime civiltà alla Repubblica popolare*. Turim: Einaudi, 1978.

GILAS, Milovan. "Conversations with Stalin" (1962). Tr. it., de Elena Spagnol Vaccari. *Conversazioni con Stalin*. Milano: Feltrinelli (Universale Economica), 1978.

GOLDSTEIN, Melvyn C. "The Dalai Lama's Dilemma". In: *Foreign Affairs*. Janeiro-fevereiro, pp. 83-97, 1998.

GRAMSCI, Antonio. "Lettera dell'Ufficio politico del PCI al Comitato Centrale del Partito Comunista Sovietico" (1926). In: *La costruzione del partito comunista*. Torino: Einaudi, 1971.

———. *Quaderni del carcere*. Torino: Ed. Critica de Valentino Gerratana. Einaudi, 1975.

GUÉRIN, Daniel. *La lutte de classes sous la Première République*. Paris: Gallimard, 2 voll. 1968.

GUILLERMAZ, Jacques. "Histoire du Parti Communiste Chinois" (1968-1972). Tr. it., de Bruno Crimi. *Storia del Partito comunista cinese*. Milano: Feltrinelli, 1970.

HILLGRUBER, Andreas. "Die Zerstörung Europas. Beiträge zur Weltkriegsepoche 1914 bis 1945" (1988). Tr. it., de Guido Mandarino. *La distruzione dell'Europa*. Bologna: Il Mulino, 1991.

HOBBSBAWM, Eric J. "Age of Extremes. The Short Twentieth Century 1914-1991". Tr. it., de Brunello Lotti. *Il Secolo breve. 1914-1991: l'era dei grandi cataclismi*. Milano: Rizzoli, 1995.

HOFSTADTER, Richard & HOFSTADTER, Beatrice K. *Great Issues in American History* (1958). Nova York: Vintage Books, 1982.

"In Tibetan 'Sky Burials', Vultures Dispose of the Dead". In: *International Herald Tribune*, 6 de julho, p. 2, 1999 a.

JEAN, Carlo. *Geopolitica*. Roma-Bari: Laterza, 1995.

JIAN, Chen. *China's Road to the Korean War. The Making of Sino-American Confrontation*. Nova York: Columbia University Press, 1994.

KELLEY, Robin D. G. *Hammer and Hoe. Alabama Communists during the Great Repression*. Chapell Hill and London: The University of North Carolina Press, 1990.

KINDERMANN, Gottfried-Karl. *Der Aufstieg Ostasiens in der Weltpolitik 1840-2000*. Stuttgart-München: Deutsche Verlags-Anstalt, 2001.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994.

KNAUS, John Kenneth. *Orphans of the Cold War. America and the Tibetan Struggle for Survival*. New York: PublicAffairs, 1999.

LATTIMORE, Owen. "Studies in Frontier History" (1962). Tr. it., de Andrea Ginzburg e Aldo Serafini. *La frontiera. Popoli e imperialismi alla frontiera tra Cina e Russia*. Turim: Einaudi, 1970.

LENIN, Vladimir I. "Sul diritto di autodecisione delle nazioni" (1914). In: *Opere complete*. Roma: Editori Riuniti, vol. XX. 1955 a.

———. "L'imperialismo fase suprema del capitalismo" (1917). In: *Opere complete*. Roma: Editori Riuniti, 1955 sgg, vol. XXII. 1955 b.

———. "Dichiarazione dei diritti del popolo lavoratore e sfruttato" (17 janeiro de 1918). In: *Opere complete*, vol. XXVI. Roma: Editori Riuniti, 1955 c.

———. "Rapporto sulla guerra e la pace" (7 marzo 1918). In: *Opere complete*. Roma: Editori Riuniti, 1955 sgg, vol. XXVII. 1955 d.

LOPEZ, JR., Donald S. *Prisoners of Shangri-La. Tibetan Buddhism and the West*. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1998.

LOSURDO, Domenico. *Marx e il bilancio storico del Novecento*. Roma: Bibliotheca, 1993 a.

———. *Democrazia o bonapartismo. Trionfo e decadenza del suffragio universale*. Bollati 1993 b.

———. *Il revisionismo storico. Problemi e miti*. Roma-Bari: Laterza, 1996 a.

- _____. *Utopia e stato d'eccezione. Sull'esperienza storica del "socialismo reale"*. Napoli: Laboratorio politico, 1996 b.
- _____. *Antonio Gramsci dal liberalismo al "comunismo critico"*. Roma: Gamberetti, 1997 a.
- _____. *Le origini del secolo americano*. Milano: Teti, 1997 b.
- _____. *Nietzsche e la critica della modernità. Per una biografia politica*. Roma: Manifesto Libri, 1997 c.
- _____. *Il peccato originale del Novecento*. Roma-Bari: Laterza, 1998.
- _____. *Introduzione a Karl Marx-Friedrich Engels, Manifesto del partito comunista*. Organizado por D. L. Laterza, Roma-Bari, 1999.
- LUTTWAK, Edward. "USA-Giappone-Cina, la strana geometria". In: *Limes*. nº 1, pp. 149-152, 1999.
- LUTZKER, Michael A. "The Precarious Peace: China, the United States, and the Quemoy-Matsu Crisis, 1954-1955, 1958". In: Joan R. Challinor and Robert L. Beisner (a cura di). *Arms At Rest. Peacemaking and Peacekeeping in American History*. New York: Greenwood Press, 1987.
- MANTOVANI, Ramon. "Gli obiettivi raggiunti di questa guerra". In: AA. VV. *Dalla guerra nei Balcani un nuovo ordine imperiale*. Roma: Partito della Rifondazione Comunista, 1999.
- MARGOLIN, Jean-Louis. "Cina: una lunga marcia nella notte". In: Courtois et alii. *Le livre noir du communisme* (1997). Tr. it. *Il libro nero del comunismo. Crimine-terrore-repressione*. Milão: Mondadori, 1998.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Werke*. Berlin: Dietz, 1955 sgg. 1955.
- MASI, Edoarda. *Breve storia della Cina contemporanea*. Roma-Bari: Laterza, 1979.
- MAXWELL, Neville. "India's China War" (1972, 1ª ed. 1970). Tr. it., de Gigliola Re. *L'India e la Cina. Storia di un conflitto*. Milão: Mazzotta, 1973.
- MINI, Fabio. "Xinjiang o Turkestan orientale"? In: *Limes*, nº 1, pp. 83-96, 1999.
- MIRSKY, Jonathan. "Talking with Wei Jingsheng". In: *The New York Review of Books*. 5 de março, p. 39, 1998.
- MORRIS, James. *Pax Britannica*. Londres: The Folio Society, 1992.
- OVERHOLT, William H. "The Rise of China. How Economic Reform is Creating a New Superpower" (1993). Tr. it., de Giuseppe Barile. *Il risveglio della Cina*. Milão: Il Saggiatore, 1994.

- PAINE, S. C. M. *Imperial Rivals. China, Russia, and Their Disputed Frontier*. Armonk/London: Sharpe, 1996.
- PONTING, Clive. "Churchill's plane for race purity". In: *The Guardian*. 20-21 de junho de 1992.
- RAUSCHNING, Hermann. *Gespräche mit Hitler* (1939). New York: Europa Verlag, 1940.
- RICHARDSON, Michael. "Asia Looks to Zhu for Sign of Backing Off On Spratlys". In: *International Herald Tribune*. 22 de novembro, p. 5, 1999.
- ROMEIN, Jan. *Il secolo dell'Asia. Imperialismo occidentale e rivoluzione asiatica nel secolo XX*. Ed. original holandesa 1956, tr. it. de Fernando Solinas e Enzo Collotti. Turim: Einaudi, 1969.
- SHERRY, Michael S. *In the Shadow of War. The United States Since the 1930s*. New Haven and London: Yale University Press, 1995.
- SPENCE, Jonathan. *God's Chinese Son. The Taiping Heavenly Kingdom of Hong Xiuquan*. Londres: Harper Collins, 1998.
- STALIN, Josif W. *Werke*. Hamburg: Roter Morgen, 1971.
- THOMAS, Hugh. *Armed Truce. The Beginnings of the Cold War 1945-46* (1986). London: Sceptre, 1988.
- TROTSKI, Lew D. "La Révolution trahie" (1936-37). Tr. it., de Livio Maitan. *La rivoluzione tradita*. Roma: Samonà e Savelli, 1968.
- TSÉ-TUNG, Mao. *Opere scelte*. Edizioni in lingue estere, Beijing Mao Tsé-tung, 1979. *Rivoluzione e costruzione. Scritti e discorsi 1949-1957* (a cura di Maria Arena Regis e Filippo Coccia). Torino, Einaudi, Mao Tsé-tung, 1998. *On Diplomacy*. Beijing: Foreign Languages Press, 1969-75.
- TUCKER, Robert C. *Stalin in Power. The Revolution from Above, 1928-1941*. New York - London: Norton, 1990.
- VALLADÃO, Alfredo G. A. "Le XXI^e siècle sera américain" (1993). Tr. it., de Francesco Sircana. *Il XXI secolo sarà americano* (1994). Milão: Il Saggiatore, 1996.
- VENZKY, Gabriele. "Aufstand des kleinen Bruders. Taiwan verwirft das Dogma der Wiedervereinigung mit China-zu Recht". In: *Die Zeit*. 22 julho, p. 6, 1999.
- WALDRON, Arthur. "After Deng the Deluge. China's Next Leap Forward". In: *Foreign Affairs*. Setembro-outubro. 1995.

- WIKLER, Daniel. "The Dalai Lama and the Cia". In: *The New York Review of Books*. 23 de setembro, p. 81, 1999.
- WOLF, Eric R. *Europe and the People without History* (1982). Tr. it., de Fabrizio Rondolino e revisão de Berardino Palumbo e Pier Giorgio Solinas. *L'Europa e i popoli senza storia*. Bolonha. Il Mulino, 1990.
- WOODWARD, C. Vann. *The Strange Career of Jim Crow* (1955). II ed. revista. New York: Oxford University Press. London, Oxford, 1966.
- XIAOPING, Deng. *Selected Works*. Vol. II (1975-1982). Beijing: Foreign Languages Press, 2ª ed. 1995.
- . *Selected Works*. Vol. III (1982-1992). Beijing: Foreign Languages Press, 1994.
- YAT-SEN, Sun. "L'imperialismo dei bianchi e l'imperialismo dei gialli" (1924). In: *I tre principi del popolo*. Tr. it. de Settimio Severo Caruso. Turim: Einaudi, 1976.
- ZEMIN, Jiang. "Report Delivered on the 15th National Congress of the Communist Party of China on September 12, 1997". In: *Beijing Review*. 6-12 de outubro, pp. 10-33, 1997.
- ZHIHUA, Shen. "Interests Conflicts and Their Solution during the Talks on the Sino-Soviet Treaty of 1950". In: *Social Sciences in China*, nº 2, pp. 41-53. 2002.

FONTES

Os capítulos I-VII deste livro, publicados inicialmente como artigos em *L'Ernesto, mensile comunista*, foram reunidos num volume com o título *Fuga dalla storia? – Il movimento comunista tra autocritica e autofobia*, La Città del Sole, Nápoles, 1999; traduzido para o alemão pela Neue Impulse Verlag, Essen, 2000 (Maxistitsche Blätter; Flugschiften, nº 1); para o inglês em “NST – Nature, Society and Thought. A Journal of Dialectical and Historical Materialism”, Universidade de Minnesota, 2000; em espanhol pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, 2003. A tradução em francês (Le Temps des Cerises, Paris, 2000) foi ampliada e abrange até o capítulo VIII deste livro.

O capítulo IX deste livro foi originalmente publicado (com o título *Fallimento, tradimento, processo de apprendimento. Tre approcci nella lettura della storia del movimento comunista*) em “I Quaderni dell'Ernesto Toscano”, nº 3, 2003; traduzido para o alemão em *Zur Hypothek des kommunistischen Erbes. Überlegungen zur historischen Niederlage des Sozialismus*, de Hans Modrow, Harald Neubert, Domenico Losurdo e Monty Johnstone, em “Pankower Vorträge”, Heft 47, Berlim, 2003, e, ligeiramente reduzido, em “Z., Zeitschrift Marxistische Erneuerung”, nº 53, março de 2003; para o inglês, em “NST – Nature, Society and Thoughts. A Journal of Dialectical and Historical Materialism”, Universidade de Minnesota, 2000, pp. 33-57.

O capítulo X deste livro foi originalmente publicado (com o título *La dialettica della rivoluzione in Russia e in Cina: un'analisi comparata*, em “Marxismo Oggi”, 2002, nº 1, e posteriormente reproduzido em *Cinquant'anni di storia della Repubblica Popolare Cinese. Un incontro di culture tra Oriente e Occidente*, de Domenico Losurdo e Stefano G. Azzarà, Istituto Italiano per le Studi Filosofici-La Città del Sole, Nápoles, 2004; traduzido para o alemão em “Topos”, Heft 18 (2001).

O capítulo XI deste livro foi originalmente publicado como opúsculo (com o título *La sinistra, la Cina e l'Imperialismo*, por La città del Sole, Nápoles, 2000; traduzido para o alemão em Neue Impulse Verlag, Essen, 2000 (Maxistische Blätter; Flugschiften, nº 2).

Os textos citados acima são reproduzidos neste livro com algumas pequenas alterações feitas pelo autor.

